

Cláudio Jorge Freixo Oliveira Moreira

O *Mercúrio Português* (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração

Universidade Fernando Pessoa

Porto | 2012



Cláudio Jorge Freixo Oliveira Moreira

O *Mercúrio Português* (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração

Universidade Fernando Pessoa

Porto | 2012

Cláudio Jorge Freixo Oliveira Moreira

O *Mercúrio Português* (1663-1667): uma arma na Guerra da Restauração

Dissertação apresentada à Universidade  
Fernando Pessoa como parte integrante  
dos requisitos para obtenção do grau de  
mestre em Ciências da Comunicação

Universidade Fernando Pessoa

Porto | 2012

## Resumo

Este trabalho tem como intuito primordial analisar o conteúdo do *Mercúrio Português*, jornal publicado em pleno século XVII. Tem havido diversos estudos sobre esta publicação ancestral – uns mais antigos, outros mais recentes –, no entanto, à excepção da obra de Eurico Gomes Dias (2010), não se conhecem investigações que aprofundem esta temática, por forma a descodificar os aspectos mais relevantes do discurso produzido.

Até hoje, realizaram-se somente algumas pesquisas exploratórias do *Mercúrio Português*, sem que se pudesse aferir com exactidão os efeitos provocados na sociedade de então. Aliás, a esmagadora maioria dos estudos que tratam este periódico seiscentista fazem-no numa perspectiva muito superficial, não analisando as principais características dos artigos publicados ao longo dos cinco anos de existência, mas tecendo algumas considerações gerais sem que daí se possam fazer juízos abundantes.

Por conseguinte, esta dissertação visa colmatar esta carência patente nas investigações que têm como um dos objectos de estudo o *Mercúrio Português*. Para que esse objectivo fosse concretizado, bifurcou-se este trabalho: num primeiro momento, fez-se uma contextualização histórica e jornalística do século XVII, tendo em vista uma compreensão cabal do período; depois, concebeu-se uma pesquisa que tivesse por finalidade a recolha de dados quantitativos para uma posterior formulação de conclusões que, por sua vez, abordariam desde o número de matérias e linhas congregadas no jornal, passando pelas temáticas mais frequentes e as áreas geográficas mais citadas.

Assim sendo, pretende-se fazer uma análise diferente daquelas que já foram realizadas, com o propósito de trazer resultados ainda hoje desconhecidos sobre os artigos jornalísticos que compõem o *Mercúrio Português*. Portanto, é pretensão deste trabalho não só fornecer novos dados sobre esta publicação, mas também contribuir para que o rol de estudos concernentes à génese da actividade jornalística em Portugal seja enobrecido.

## **Abstract**

The foremost intention of this paper is to analyze the content of the seventeenth century newspaper *Mercúrio Português*. There have been several studies about this ancestral publication – some older and some more recent –, however, with the exception of the works of Eurico Gomes Dias (2010), there are no known investigations that further develop this theme as a way to decode the more relevant aspects of the newspaper's produced speech.

To this day, only some exploratory researches of the *Mercúrio Português* have been made, but without ever accurately being able to assess the consequences on society of that period. In fact, the majority of the studies about this seventeenth century newspaper are very superficial, by not analyzing the main characteristics of the articles published along its five year existence, but by weaving a few general considerations that cannot be used to extract abundant judgments.

Therefore, this dissertation intends to overcome this noticeable lack of investigations which have as a study object the *Mercúrio Português*. To achieve that goal, we chose the following path: first, we made a historical and journalistic contextualization of the seventeenth century, so we could better understand that period; secondly, we created a research that could collect quantifiable data from which we would draw conclusions. These conclusions would be about, among other things, the number of news and lines used on the newspaper as well as the more frequent subjects and frequently mentioned geographical areas.

In conclusion, we intend to produce a different analysis than the ones made before, with the purpose of reveling results as yet unknown about the journalistic articles of *Mercúrio Português*. Thus, it's the intention of this paper to not only supply new data about this publication but also to contribute to and enhance the list of studies about the journalistic activity in Portugal.

## Resumé

Ce travail a pour objectif principal d'analyser le contenu du journal *Mercúrio Português*, publié durant le 17<sup>ème</sup> siècle. Plusieurs études, plus anciennes les unes que les autres, ont été effectuées sur cette publication ancestrale. Cependant, à l'exception de l'œuvre de Eurico Gomes Dias (2010), aucune enquête n'approfondie la thématique, afin de décoder les aspects les plus relevant du discours produit.

A ce jour, seul des recherches exploratoires ont été effectuées sur le *Mercúrio Português*, sans que personne ne puisse mesurer précisément les effets provoqués sur la société de l'époque. D'ailleurs l'écrasante majorité des études qui se réfèrent à ce journal du 17<sup>ème</sup>, ont été faites de manière très superficielle, sans analyser les principales caractéristiques des articles publiés le long de ces cinq ans d'existence, mais mettant en avant quelques considérations générales, sans que puissent être porté de jugement fertile.

Par conséquent, cette thèse vise à combler les lacunes présentes dans les investigations faites pour l'étude du *Mercúrio Português*. Pour atteindre cet objectif, nous avons orienté le travail de cette façon: dans un premier temps nous avons étudié le contexte historique et journalistique du 17<sup>ème</sup> siècle, ayant pour but une immersion totale dans cette période ; dans un deuxième temps, nous avons effectué des recherches qui ont eu pour objectif le rassemblement de données quantitatives, qui ont servies postérieurement à la formulation de conclusions, qui abordaient depuis le nombre de pages et matières rassemblées dans le journal jusqu'aux thématiques les plus fréquentes et les zones géographiques les plus citées.

En effet, nous avons l'intention de faire une analyse différente de celles déjà réalisées, dans le but d'apporter des résultats encore aujourd'hui inconnus sur les articles journalistiques qui composent le *Mercúrio Português*. Ainsi, il fait partie de la prétention de ce travail de ne pas fournir seulement de nouvelles données sur cette publication, mais également de contribuer à ce que la liste des études concernant l'origine de l'activité journalistique au Portugal soit ennoblie.

## Resumen

Este trabajo tiene como objetivo principal analizar el contenido del *Mercúrio Português*, un periódico publicado en pleno siglo XVII. Han existido varios estudios sobre esta publicación ancestral – algunos más antiguos, otros más recientes –, sin embargo, con la excepción de la obra de Eurico Dias Gomes (2010), no se conocen investigaciones que profundicen sobre este tema de forma a poder conseguir descifrar los aspectos más relevantes sobre el discurso en ella realizado.

Hasta los días de hoy, se han hecho algunas investigaciones sobre el *Mercúrio Português*, sin que nadie pudiera medir con precisión los efectos del mismo sobre la sociedad de la época. De hecho, la inmensa mayoría de los estudios relacionados con este boletín del siglo XVII lo hacen en una perspectiva muy superficial, una vez que no analizan las principales características de los artículos publicados durante sus cinco años de existencia, pero llegando a desarrollar algunas consideraciones generales sin que estas permitan hacer interpretaciones concretas.

Por lo tanto, esta disertación tiene como objetivo llenar este vacío que reflejado en las investigaciones que tienen como objeto de estudio el *Mercúrio Português*. Para poderlo lograr, se ha bifurcado este trabajo: en un primer momento, se hizo una contextualización periodística e histórica del siglo XVII, con el objetivo de conseguir una mejor comprensión de la época; y por otro lado, fue concebida una investigación que tuviera como finalidad la recopilación de datos cuantitativos para conseguir una posterior formulación de conclusiones que, a su vez, abordarían desde el número de líneas y materias recogidos en el periódico, pasando por los temas más frecuentes y las zonas geográficas más citadas.

Así, se pretende hacer un análisis diferente a los que ya se han realizado, con el propósito de revelar los resultados aún desconocidos sobre los artículos periodísticos que forman el *Mercúrio Português*. Por lo tanto, con este trabajo lo se pretende es no sólo proporcionar nuevas informaciones y datos sobre esta publicación, sino también contribuir para que la lista de estudios sobre el origen de la actividad periodística en Portugal sea ennoblecida.

## **Dedicatória**

A todos quantos acreditaram na viabilidade deste trabalho.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, cabe-me agradecer à minha família, pais e irmãos, que me legaram os ensinamentos inestimáveis para encarar este projecto com audácia e coragem.

Depois, gostaria de agradecer todos os professores e colegas com quem me cruzei no percurso académico na Universidade Fernando Pessoa e que contribuíram para expandir o meu conhecimento e me provocaram para cursar o mestrado em Jornalismo.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de gratidão para o mentor da dissertação, Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa, não só pela orientação, mas também pela perseverança e crença que demonstrou no desenrolar deste projecto.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	2
<b>Capítulo I – Contexto Histórico do Século XVII</b> .....	4
1. Panorama Político anterior a 1640.....	5
1.1. O Domínio Filipino .....	5
1.2. Aclamação de D. João IV.....	10
2. A Guerra da Restauração .....	13
3. Panorama Político após 1640.....	19
3.1. Regência de D. João IV .....	19
3.2. Regências de D. Afonso VI e de D. Pedro II .....	21
4. Panorama Intelectual, Social, Económico e Cultural .....	27
<b>Capítulo II – Contexto Jornalístico até ao século XVII</b> .....	37
1. Contexto Jornalístico Ocidental anterior ao Século XVII .....	38
1.1. Os três paradigmas da História do Jornalismo.....	38
1.2. Fenómenos pré-jornalísticos .....	40
1.2.1. Antiguidade Clássica.....	40
1.2.2. Idade Média e Renascimento .....	45
2. Contexto Jornalístico Ocidental no Século XVII .....	48
2.1. A constituição dos primeiros jornais.....	48
2.2. O poder do jornalismo e a censura.....	50
3. Contexto Jornalístico Português até ao século XVII .....	53
3.1. Registos pré-jornalísticos significativos .....	53
3.2. O pioneirismo de Manuel Severim de Faria .....	54
3.3. Os Jornais Portugueses do século XVII.....	58
3.3.1. A <i>Gazeta</i> da “Restauração” .....	58
3.3.2. O <i>Mercúrio Português</i> .....	60
3.3.3 – Outras publicações .....	69

4. As primeiras reflexões sobre o jornalismo no século XVII.....	73
<b>Capítulo III – Análise do Discurso</b> .....	<b>77</b>
1 – Metodologia.....	78
2 – Descrição do estudo.....	81
3 – Análise e discussão dos dados recolhidos.....	89
<b>Conclusão</b> .....	<b>105</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>108</b>

## Introdução

O campo jornalístico tem sido alvo de inúmeros estudos ao longo dos tempos. Nos dias que correm, as pesquisas têm-se focado mais na actualidade, nomeadamente nas novas tecnologias ao serviço do jornalismo, descurando, assim, temas ancestrais cuja pertinência é inquestionável. Tendo em conta as céleres mudanças que têm afectado a actividade jornalística nos finais do século XX e primórdios do século XXI, qualquer investigação que se centre no jornalismo coevo verá a sua lógica e legitimidade dissipadas, pois não tardará até adquirir um cariz antiquado. Neste sentido, examinar uma componente jornalística antepassada não só possibilita que o objecto de estudo não se desactualize, como permite mais facilmente identificar e colmatar uma eventual lacuna, isto é, descobrir algo de novo que nenhum teórico tenha ainda descrito.

A temática subjacente a este trabalho concerne ao *Mercúrio Português*, um jornal publicado mensalmente em Portugal entre Janeiro de 1663 e Julho de 1667, contendo, globalmente, 55 números (mais 3 números extraordinários, dois deles escritos em castelhano) distribuídos ao longo de 795 páginas. Este periódico já foi estudado por vários autores, contudo, as análises elaboradas até hoje não revelam a profundidade necessária para entender verdadeiramente os aspectos inerentes ao discurso produzido por este jornal. Outras publicações relevantes do século XVII, como as *Relações* de Manuel Severim de Faria ou a *Gazeta* da “Restauração”, já mereceram análises aturadas, com mais substrato, ao passo que o *Mercúrio Português* ainda não foi tão dissecado quanto os outros dois produtos jornalísticos seiscentistas portugueses de maior saliência. Por isso, urge de certa forma corrigir esta ausência bibliográfica sobre este periódico, um intento que esta dissertação tentará humildemente alcançar.

Com efeito, o trabalho aqui patenteado segue uma estratégia tripartida. O mesmo é dizer que se subdivide em três grandes capítulos – os dois primeiros de contextualização e o terceiro de análise de conteúdo do *Mercúrio Português*.

O capítulo inicial debruça-se sobre a conjuntura histórica portuguesa no século XVII, com enfoque para o período restauracionista de 1640, sem descurar os períodos antecedentes e ulteriores. Num primeiro momento, procurou-se averiguar as causas que contribuíram para a anexação de Portugal à monarquia espanhola e descrever os 60 anos de dinastia conjunta entre os dois países da Península Ibérica. Depois, considerando a saturação do povo luso e a

vontade de um grupo da Nobreza portuguesa em mudar a situação que se vivia, relata-se a aclamação do duque de Bragança como rei, finalizando, assim, com a era filipina em Portugal. No ponto seguinte, faz-se uma pormenorização dos acontecimentos mais marcantes da Guerra da Restauração, para que se compreendessem as implicações deste conflito – que, no fundo, esteve na base do *Mercúrio Português* – ao longo dos 28 anos de vigência. No terceiro ponto, narra-se a contextualização política após 1640, em que se destacam D. Afonso VI e D. Pedro II, ambos filhos de D. João IV, como prossecutores da dinastia de Bragança. O primeiro capítulo finaliza com uma contextualização geral sobre o panorama intelectual, social, económico e cultural do Portugal seiscentista.

O segundo capítulo reporta-se ao contexto jornalístico do século XVII. Contudo, antes de se ir ao núcleo desta questão, procurou-se condensar algumas ideias sobre registos pré-jornalísticos que alegadamente influíram no desenrolar da actividade jornalística seiscentista. Posteriormente, ramificou-se o tema do jornalismo no século XVII: num primeiro momento, tocou-se na constituição dos primeiros jornais e, depois, discorreu-se sobre o poder que os jornais adquiriram e a censura infligida por quem detinha o poder. O terceiro ponto deste capítulo trata do contexto jornalístico português até ao século XVII: faz-se um trajecto pelos primórdios das publicações portuguesas, pelas *Relações* de Manuel Severim de Faria e pelos dois jornais portugueses daquela era: a *Gazeta* da “Restauração” e o *Mercúrio Português*. A finalizar o segundo capítulo são descritas as reflexões que se fizeram no século XVII sobre a actividade jornalística que começava a emergir.

O capítulo derradeiro, por sua vez, aborda o estudo levado a cabo para entender o discurso produzido pelo *Mercúrio Português*. Dividido em três passos, este capítulo teoriza sobre a metodologia quantitativa que se usou para analisar o conteúdo do periódico, descreve o estudo em si e as suas particularidades, e, finalmente, uma análise e discussão dos resultados, após se terem apurado os dados quantitativamente expostos.

Feiro este preâmbulo, as perguntas de investigação que orientaram a dissertação foram as seguintes:

- 1) Quais as razões para o aparecimento do *Mercúrio Português*?
- 2) Quais os temas, pessoas e locais mais evidenciados nos conteúdos do periódico?
- 3) Qual o contributo do *Mercúrio* para o desenvolvimento do jornalismo em Portugal?

# Capítulo I

## Contexto Histórico do Século XVII

## 1. Panorama Político anterior a 1640

O século XVII ficaria marcado por um período de profundas alterações no panorama nacional. É precisamente nesta época que se dá um dos principais acontecimentos históricos em Portugal, a Restauração da Independência, que havia sido perdida para o país vizinho no século XVI. As incidências ocorridas nesta etapa foram de tal maneira relevantes que puderam ser sentidas nas gerações vindouras:

“Parece incontestável que grande parte do que se irá encontrar formalmente no nacionalismo dos séculos XIX e XX é herdeiro dos temas da época da Restauração. Essa é a sua matriz, nomeadamente o da nação predestinada ou o capital de feitos bélicos que passam de fundamento do poder social das casas da fidalguia para património de todos” (Costa, 2004, p. 22).

Até se chegar à eclosão da Revolução, materializada a 1 de Dezembro de 1640, foi trilhado um caminho sinuoso pelas hostes lusitanas, sujeitas ao domínio infligido pelos Filipes de Espanha. Foi uma jornada longa e penosa, que obrigou os portugueses a esforços hercúleos para suportar a severidade imposta pelos responsáveis espanhóis. Neste sentido, importa fazer um apanhado geral deste período inaudito, que culminaria na revolta de um grupo de Nobres, que posteriormente se estenderia pela população em geral.

### 1.1. O Domínio Filipino

Portugal estava sob a égide de D. Sebastião – que subira ao trono com apenas 14 anos, em 1568 –, como ficara estabelecido nas Cortes de 1562-1563. Nestes anos, foram introduzidas algumas reformas legislativas, abrangendo matérias como os foros da Casa Real, a Organização das Ordenanças ou iniciativas financeiras, que, conjugadas, tinham por incumbência fazer actuar o aparelho da administração central que se vinha reforçando há algum tempo (Monteiro, 2010, p. 260).

No que respeita a reformas, o reinado de D. Sebastião ficou marcado pelas disposições introduzidas a nível militar. Há já algumas décadas que havia o objectivo de mobilizar e enquadrar militarmente a população masculina e, em finais da década de 1560, procurou-se definir quem devia ter cavalos e armas, ao mesmo tempo que o *Regimento (...) das Companhias das Ordenanças de 1570* entrou em vigor, procurando organizar o reino em companhias agrupadas em capitánias-mores de ordenanças, que treinariam militarmente a

população, serviriam de base ao recrutamento para a tropa e mobilizá-la-iam em determinados contextos. As ordenanças não atingiriam o êxito pretendido, mas foram uma instituição duradoura, já que a sua extinção ocorreria somente no século XIX. (Monteiro, 2010, pp. 262-263).

D. Sebastião era um rei ambicioso que pretendia alargar as suas conquistas no norte de África, designadamente em Marrocos, e também na Índia. Esta ambição de teor bélico residia na ideia de que o rei assumira-se como um “combatente da Cristandade contra os infiéis” (Monteiro, 2010, p. 260). Decidiu então organizar um exército para derrubar o sultão Mulay ‘Abd al-Malik. Sob o comando do rei, desembarcou em Arzila um exército composto por 15.500 infantes e 1500 cavaleiros e alguns partidários de Mulay Muhammad al-Mutawakkil<sup>1</sup>, que fora destronado pelo irmão al-Malik. O sultão marroquino dispunha de 8000 infantes e 41.000 cavaleiros, um exército bastante superior àquele que D. Sebastião conseguiu reunir. O contingente português prosseguiu até Alcácer Quibir, onde encontraria as tropas e a artilharia do sultão. O resultado foi desastroso para os portugueses, que perderam ingloriamente a batalha: o rei foi morto, assim como quase todas as tropas, escapando apenas umas cem pessoas (Oliveira Marques, 2006, p. 285).

Esta aventura assumida por D. Sebastião foi alvo de diversas sondagens, devido aos riscos que acarretava. Aliás, o monarca encetou conversações com o seu tio Filipe I<sup>2</sup> – Filipe II de Espanha, que mais tarde principiaria a dinastia filipina em Portugal –, que, embora não recusando apoio, mostrou-se pouco favorável a esta diligência. O cardeal D. Henrique<sup>3</sup> também tentou demover D. Sebastião, bem como o Conselho de Estado, mas ambos mostraram-se incapazes de reverter uma decisão régia, pelo que a contestação de nada lhes valeu (Monteiro, 2010, p. 263). Esta derrota, considerada “a mais desastrosa da história

---

<sup>1</sup> O apoio ao xarife deposto Mulay Muhammad al-Mutawakkil acabou por ser o móbil para a expedição portuguesa, já que, alegadamente, ao socorro português corresponderia a cedência de algumas regiões da costa marroquina (Monteiro, 2010, p. 264).

<sup>2</sup> Por uma questão de coerência, tratar-se-ão os Filipes pelo título que ostentaram em Portugal: Filipe I, Filipe II e Filipe III.

<sup>3</sup> Para além de ter assumido os destinos do reino entre 1562 e 1568, enquanto D. Sebastião não tinha idade suficiente para governar, D. Henrique foi inquisidor-geral, arcebispo de Évora e Lisboa e cardeal (Monteiro, 2010, pp. 266-267).

portuguesa”, às mãos do sultão Mulay ‘Abd al-Malik custaria cerca de 1.000.000 de cruzados, metade das receitas anuais arrecadadas pelo Estado (Oliveira Marques, 2006, p. 285).

Apesar da morte consumada de D. Sebastião, persistiu durante muitos anos o mito de que o rei teria sobrevivido. Aproveitando esta onda de crença no regresso do monarca, quatro indivíduos fizeram-se passar pelo rei que havia desaparecido em Alcácer Quibir. Afinal de contas, foram eles que garantiram ao soberano uma notoriedade póstuma, que se materializou em inúmeros movimentos messiânicos e deu azo inclusivamente a uma ópera de Gaetano Donizetti, *Dom Sébastien, Roi de Portugal*, que estrearia em Paris no ano de 1843 (Monteiro, 2010, p. 266).

O desaparecimento de D. Sebastião obrigava Portugal a uma reestruturação no seu reino. O cardeal D. Henrique era o homem que se seguia no trono, no entanto, a sua idade conjugada com uma saúde débil não o deixaram ter um reinado prolongado. Pressentindo que a morte estava a chegar, o cardeal-rei D. Henrique I decidiu entregar os destinos de Portugal a um Conselho de Governadores do Reino<sup>4</sup> até que houvesse consenso sobre quem seria o próximo rei de Portugal.

Vários pretendentes concorreram ao posto de rei de Portugal. Cinco, no total, se se excluir a putativa candidatura de Catarina de Médicis, e todos descendiam de D. Manuel I. O quinteto era composto por Filipe II de Espanha, Manuel Felisberto, duque de Sabóia, Rainúncio, duque de Parma, D. Catarina, duquesa de Bragança, e D. António, prior do Crato. Este último foi inclusive aclamado rei de Portugal pelos seus partidários em Santarém, uma atitude que se revelaria infrutífera tendo em conta o desfecho que se conheceria posteriormente (Monteiro, 2010, p. 268).

O Conselho acabaria por entregar a Filipe II de Espanha, que era o pretendente que reunia mais e melhores condições na corrida ao trono:

“Filipe II beneficiava de grande número de factores: a sua força, antes de mais, difícil de combater por um país cujo exército fora tão completamente esmagado e cujo tesouro se achava inteiramente vazio; a sua fama de boa administração e da manutenção da paz interna, duas condições de que Portugal carecia em absoluto; as suas promessas de conservar a

---

<sup>4</sup> Deste conselho fizeram parte o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, D. João Telo, D. Francisco de Sá Meneses, D. Diogo Lopes de Sousa e D. João de Mascarenhas.

soberania plena da Nação na forma de uma monarquia dual; e finalmente, *last but not least*, a sua hábil diplomacia e os seus argumentos monetários dentro de todos os círculos influentes portugueses, inteligentemente sugerindo, convencendo, ameaçando, prometendo e subornando.” (Oliveira Marques, 2006, p. 287).

Para além dos argumentos acima apresentados, houve também uma certa tradição que pesou nesta escolha. Isto é, nas três gerações que precederam D. Sebastião, a Casa Real portuguesa consumou onze casamentos, em que oito se realizaram em Castela. Este facto deixa antever que já desde a dinastia de Avis havia o propósito de uma união dinástica entre os países da Península Ibérica; mesmo depois da Restauração de 1640 e das consequências que daí advieram, esta intenção não deixou de ser procurada, pelo menos por parte dos castelhanos (Monteiro, 2010, pp. 244-255).

A inserção de Portugal na monarquia dos Habsburgo abarcaria um período de 60 anos e pelo trono passariam três soberanos, perfazendo cada um sensivelmente 20 anos de reinado. Filipe I cumpriu o seu mandato de forma aceitável, mas sem que alguns deslizes fossem cometidos, como a participação de Portugal na *Armada Invencível* contra Inglaterra, que provocou a derrocada na marinha nacional. (Oliveira Marques, 2006, p. 290). Ainda assim, nos primeiros anos da ocupação castelhana não se denotou um sentimento antiespanhol muito vincado na população, à excepção de algumas camadas intelectuais (Hermano Saraiva, 1984, p. 201).

Uma das primeiras medidas preconizadas por Filipe I foi estabelecer o estatuto de que Portugal gozaria na monarquia dual. Para esse efeito, foram convocadas Cortes em Janeiro de 1581, na cidade de Lisboa, mas uma peste precipitou uma mudança de planos. Assim, as Cortes foram adiadas para Abril do mesmo ano e tiveram lugar em Tomar. Neste acto solene, que ficaria conhecido como *O Pacto de Tomar* ou *O Estatuto de Tomar*, ficariam definidos os direitos de que Portugal poderia desfrutar estando sob ocupação espanhola (Monteiro, 2010, pp. 274-275). Eis alguns desses direitos:

“A administração ficou inteiramente nas mãos dos Portugueses. Nenhum espanhol podia ser nomeado para cargos de administração civil ou eclesiástica, justiça ou defesa. Vice-reis e governadores só poderiam ser espanhóis quando pertencessem à família real (filhos, irmãos ou sobrinhos). Inovações em matéria legal tinham de resultar de decisões tomadas e em Cortes, reunidas em Portugal e em que só portugueses participassem. O Império Ultramarino continuava a ser governado exclusivamente por Portugueses de acordo com as leis e regulamentos existentes. A língua oficial permanecia o português. A moeda

continuava separada, bem como as receitas e as despesas públicas. O rei não poderia conceder terras nem rendas em Portugal a não ser a súbditos portugueses. Na casa real, não haveria discriminação contra os Portugueses. Como inovações vantajosas para o país, registavam-se a supressão de barreiras alfandegárias na fronteira, uma situação favorável em relação às exportações de trigo de Castela e a concessão imediata de um empréstimo para as despesas urgentes do reino, parte deles para a redenção de cativo em Marrocos. Os Portugueses ficavam também autorizados a viajar para e dentro do Império Espanhol. Para fins práticos de orientação e política geral administrativa, criava-se um *Conselho de Portugal* que trabalharia com o rei e o acompanharia por toda a parte.” (Oliveira Marques, 2006, p. 289).

Pode fazer-se a distinção de dois períodos durante os 60 anos de união dinástica – o que vai de 1580 até 1620 e o que decorre daí até 1640. A primeira parcela de tempo é caracterizada por uma acalmia política, pela reorganização administrativa e por uma melhoria do tecido económico; a partir da terceira década de 1600, a prosperidade económica cessa e Espanha intensifica os conflitos com Inglaterra, França e Províncias Unidas (Hermano Saraiva, 1984, pp- 202-203).

O primeiro rei da dinastia filipina morreria em 1598, sendo substituído pelo filho Filipe II, que ao contrário do seu pai não obteve uma governação feliz; todavia, o nível de contestação não foi elevado. Devido à impopularidade das medidas que vinham de Madrid, intensificava-se o movimento do Sebastianismo, que acreditava que D. Sebastião não havia sido morto em Alcácer Quibir e que viria reclamar o trono que lhe pertencia (Oliveira Marques, 2006, pp. 290-295).

O zénite em termos de contestação chegaria na regência de Filipe III, filho de Filipe II, falecido em 1621. Espanha somava conflitos com a Inglaterra, França e Países Baixos e era preciso financiar os custos que estas batalhas encerravam. O poder marítimo português foi utilizado nesses conflitos, os impostos aumentavam consideravelmente e a tolerância dos portugueses era cada vez mais diminuta, ao mesmo tempo que o duque de Bragança, opositor à União Ibérica, era visto como o sucessor do encoberto D. Sebastião (Oliveira Marques, 2006, pp. 290-295 e Rodrigues Pereira, 1992, p. 73).

Os últimos anos da governação espanhola foram pródigos em revoltas populares. Em 1629, registaram-se motins no Porto devido ao boato da tributação fiscal da fiação do linho e, mais tarde, em Lisboa por causa da imposição de novos encargos aos pescadores (Hermano Saraiva,

1984, p. 204). Mas a manifestação mais emblemática neste que é considerado “o maior surto de revoltas populares da História portuguesa” deu-se entre os anos de 1637 e 1638, principiou em Évora e alastrou-se por todo o país. A razão para um movimento de uma magnitude nunca antes vista foi o lançamento de novas sisas para suportar tenças de fidalgos e ordenados em atraso (Hermano Saraiva, 1984, p. 204 e Monteiro, 2010, p. 292).

A escalada de protestos por parte da população portuguesa incidia, sumariamente, no desrespeito da coroa castelhana perante o *Estatuto de Tomar*, já que as garantias que foram asseguradas para Portugal desvaneciam ao longo dos anos. Ora, este incumprimento teve o seu prólogo quando o conde-duque de Olivares ascendeu à condição de “ministro favorito” de Filipe III. Este valimento permitiu a Olivares imiscuir-se na política governativa de Portugal e, ao sabor das circunstâncias, foi contrariando o pacto assinado nas Cortes de 1581 ao exigir que o povo luso comesasse a ter uma participação mais considerável no esforço financeiro que as guerras em que Espanha estava envolvida acarretavam (Monteiro, 2010, pp. 290-291).

A contestação era crescente, a capacidade de suportar atrocidades era bastante reduzida. Mesmo assim, os Filipes acabariam por deixar uma importante marca ao introduzirem um código legislativo, denominado de *Ordenações Filipinas*, que iria vigorar em Portugal até ao Código Civil de 1867 e no Brasil até ao Código Civil de 1917. (Oliveira Marques, 2006, pp. 289-290).

A paciência dos portugueses estava prestes a esgotar-se depois dos tumultos populares. A população via no 8.º duque de Bragança a última esperança no sentido de Portugal se ver livre da ocupação espanhola. D. João nunca se identificou com a monarquia dual e foi o herdeiro escolhido para suceder ao malgrado D. Sebastião. Filipe III estava crente na lealdade do duque e nomeou-o governador-geral das armas de Portugal, o que pressupunha uma aproximação à coroa espanhola. No entanto, isso serviria apenas para acelerar a revolta que começava a ser congeminada por alguns elementos da nobreza (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 13-14).

## **1.2. Aclamação de D. João IV**

O domínio castelhano tornava-se insustentável ao cabo de seis décadas e era preciso actuar para modificar a situação que se vivia. O 8.º duque de Bragança era um nome que recolhia alguma unanimidade e era visto como o elemento ideal para encabeçar um grito de revolta para com Filipe III. O rei espanhol estava convicto da lealdade dos fidalgos e não só indigitou

o D. João como governador-geral das armas de Portugal, como convocou a nobreza para as Cortes de Aragão e Valença, na esperança de que pudesse ser “um vivo exemplo aos demais vassallos de meus Reinos”. As Cortes tinham por objectivo abordar a situação da Catalunha, que clamava pela independência. O facto de muitos nobres portugueses terem recusado o mandado régio indiciava que a revolta dos portugueses poderia concretizar-se (Veríssimo Serrão, 1962, p. 15).

Algumas teorias foram sendo ventiladas sobre uma eventual recusa do duque de Bragança em assumir a liderança do movimento. Consta-se que D. Duarte, irmão de D. João, teria sido cogitado como líder da revolta face à recusa do duque. Consta-se também a possibilidade de instauração de um governo republicano, como o das Províncias Unidas. Nenhum destes rumores surtiu efeito e seria mesmo D. João, que mostrou sempre uma enorme prudência em avançar para o plano decisivo, a liderar o movimento contestatário (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 13-14).

A objecção à governação filipina subia de tom devido à pressão fiscal, à ameaça aos privilégios da Igreja e à distância da Corte régia (Lourenço *et al.*, 2011, p. 159). Urgia uma mudança lesta.

Segundo Veríssimo Serrão (1962, p. 13) há a destacar dois nomes como sendo os dos precursores da revolta: o secretário João Pinto Ribeiro e Pedro de Mendonça Furtado, alcaide de Mourão. Ora, estes dois intervenientes conseguiram reunir um grupo de conjurados, quarenta ao todo, que acabariam por perpetrar o golpe que restituiria a independência de Portugal perdida em 1580.

A missão foi conduzida com rapidez, apanhando as hostes filipinas de surpresa. No Terreiro do Paço, o padre Gonçalo da Costa anunciava o fim da monarquia dual, enquanto D. Miguel de Almeida proclamava a liberdade da Pátria e a realeza do duque de Bragança como D. João IV (Veríssimo Serrão, 1962, p. 18). Portugal assumia novo rei; estava assim estabelecida a terceira dinastia, a brigantina.

Este movimento foi mais ou menos bem recebido pelas classes sociais, que não aderiram fervorosamente à novidade, à excepção do povo que apoiava sem quaisquer constrangimentos D. João IV. A nobreza mostrou-se algo dividida sobre quem apoiaria no diferendo ibérico, a

burguesia assumiu uma posição neutral e o clero também mostrou sinais de divisão (Oliveira Marques, 2006, p. 300).

Após a aclamação, foi possível registar o regresso de muitos portugueses que se encontravam em Madrid e que estavam solidários com a Dinastia Nova. Este regresso foi importante do ponto de vista bélico, já que uma parte dos homens que voltava a território nacional tinha experiência de participação em exército anteriores (Costa, 2004, p. 51).

A ousadia dos portugueses, claro está, teria como corolário inevitável a guerra entre Portugal e Espanha, que prolongar-se-ia por uns longos 28 anos até o tratado de paz ser assinado por ambas as partes.

## 2. A Guerra da Restauração

O período compreendido entre 1640 e 1668 foi uma longa etapa de conflitos envolvendo Portugal e Espanha, que haviam partilhado durante 60 anos a regência dos Filipes. Os portugueses atreveram-se a desvincular da monarquia dual que unia ambas as coroas e a consequência natural deste acto rebelde era o conflito.

Antes da abertura das hostilidades, Portugal debatia-se com dois problemas nucleares: a recruta de homens para formar um exército e a pouca experiência das chefias militares. O primeiro imbróglio surgia devido à incapacidade das ordenanças cumprirem a sua obrigação. Assim, o recrutamento foi levado a cabo recorrendo a “violentas «levas»” feitas por senhores, capitães ou meros contratadores por conta própria, o que originou não raras vezes alguns protestos pujantes das populações; o segundo imbróglio encontra justificação no desconhecimento das inovações técnicas e novos saberes militares já testados nas guerras da Europa no primeiro e segundo quartel do século XVII, algo que só mudaria em 1660 com o ingresso do conde de Schomberg (Monteiro, 2010, pp. 301-302). Estas fragilidades eram conhecidas e Madrid congratulava-se já com uma derrota antecipada da nova dinastia portuguesa, daí que D. João IV tenha sido apelidado durante algum tempo como “rei de um Inverno” (Costa, 2004, p. 24).

Seguindo o raciocínio de Costa (2004), a Guerra da Restauração fragmentou-se em três etapas: a primeira abrangeu 1641 a 1646, a segunda englobou 1647 a 1656 e a terceira compreendeu 1657 até 1665; o período entre 1666 e 1668 serviu de base para alcançar a paz entre os dois países. O Alentejo seria o palco privilegiado da guerra. O palco onde houve uma maior concentração de tropas e onde ocorreriam as batalhas determinantes que consagrariam Portugal como o vencedor (inesperado) da guerra.

Os primeiros anos da guerra foram de relativa acalmia. Esta fase pacata deveu-se essencialmente às operações militares em que Espanha estava inserida. Por um lado, França e Espanha digladiavam pela supremacia a nível europeu no âmbito da Guerra dos Trinta Anos, por outro, os Habsburgo mantinham uma desavença interna com a Catalunha que duraria até 1656. Por conseguinte, estes dois acontecimentos estancaram uma hipotética ofensiva imediata que poderia ser nociva para a Dinastia Nova (Costa, 2004, p. 24).

Apesar da escassa actividade nos primórdios da guerra, logo em 1641 ocorreram pequenas alterações que não comprovaram uma supremacia de qualquer uma das partes. Em Outubro de 1643, D. João IV liderou uma campanha ofensiva em Évora que se revestiu de alguma importância, não só pela vitória alcançada, mas também pela presença do rei no meio do exército que, de acordo com os relatos da altura, foi determinante para motivar os soldados e Capitães. Só em 1644 se dá o primeiro acontecimento digno de ser apelidado de batalha, ficando conhecido como batalha do Montijo, cuja vitória fora reclamada tanto por Portugal como por Espanha. Ainda na primeira fase da Guerra da Restauração, designadamente em 1646, ocorre aquela que seria a última campanha de D. João IV, já que foi persuadido a adoptar uma postura mais cautelosa, privilegiando a defesa do reino através de fortificações (Costa, 2004, pp. 47-63). Em suma, esta primeira etapa foi pouco mais do que um somatório de pequenos ataques e contra-ataques, com Portugal a conquistar um maior número de vitórias, mas sem que daí adviessem grandes benefícios (Castelo Branco, 1992, p. 50).

Se a primeira fase da guerra não teve sobressaltos de maior, a segunda (1647-1656) foi um autêntico marasmo, não havendo iniciativas de vulto. O facto de Espanha estar envolvida em conflitos de mais envergadura não explica tudo; a juntar a isto está uma reformulação de objectivos da parte dos portugueses: decidiu-se que era mais conveniente conservar o território e só depois, se possível, avançar para a conquista do alheio. Os factores por detrás desta resolução foram a fraca produtividade política e diplomática entre 1643 e 1646 e a adaptação às condições que a sociedade impunha para a condução da guerra. (Costa, 2004, pp. 67-69). Acrescente-se ainda o cumprimento das tréguas que foram sendo decretadas durante quase duas décadas para se compreender melhor a quietação que se verificava nos campos de batalha (Monteiro, 2010, p. 303).

Só a partir de 1656, ano em que a situação militar da Catalunha foi estabilizada, é que Espanha pôde olhar a guerra com outros olhos (Monteiro, 2010, p. 302-303). Três anos mais tarde, era assinado o Tratado dos Pirenéus, o que significava não só o fim das hostilidades entre Espanha e França, mas também a cessação do apoio dos franceses a Portugal e uma maior predisposição da parte dos espanhóis para encarar a Guerra da Restauração com uma ambição mais contundente. Por isso, havia a necessidade de encontrar um outro auxílio. A escolha recaiu sobre Inglaterra – ambos os países estavam interessados num consórcio e o casamento entre a Infanta Catarina de Bragança, filha de D. João IV, com Carlos II acabou

por materializar esse desiderato<sup>5</sup> (Veríssimo Serrão, 1962, p. 50). A ofensiva que se adivinhava de Espanha exigia outros esforços para além da parceria com a Inglaterra. Neste sentido, Portugal contratou os serviços do conde Schomberg, que viria acompanhado por seiscentos oficiais, e teve a sorte de ter um conde de Castelo Melhor profícuo nas lides políticas, fazendo face às investidas mais perigosas do exército espanhol (Hermano Saraiva, 1984, p. 210).

Espanha via-se livre dos combates contra França e a Catalunha não era mais um problema. Estavam reunidas as condições ideais para que o foco bélico se concentrasse em Portugal. A última fase da guerra seria o período mais complicado de suportar, uma vez que Espanha podia concentrar todas as suas forças no objectivo de restituir a monarquia dual perdida em 1640.

Ao mesmo tempo que Espanha negociava a paz dos Pirenéus, decorria, em Janeiro de 1659, um cerco a Elvas pelo exército espanhol comanda por D. Luís de Haro. Para fazer face a esta afronta, foram destacados D. António Luís de Meneses, conde de Cantanhede, como comandante e D. Sancho Manuel como Mestre-de-campo-general, na tentativa de estancar a ofensiva castelhana e ripostar. A batalha dar-se-ia no dia 14 de Janeiro e seria equilibrada até ao ponto em que as tropas lusitanas irromperam definitivamente as linhas das trincheiras dos espanhóis, que haveriam de ceder terreno e debandar. Esta seria a primeira grande vitória da Restauração e ficaria conhecida como a batalha das linhas de Elvas (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 44-45).

A 8 de Junho de 1663 os dois exércitos defrontam-se naquela que seria uma das batalhas mais marcantes da Guerra da Restauração – a batalha do Ameixial. Castelo Branco (1992, p.

---

<sup>5</sup> Para que o matrimónio se concretizasse, Portugal e Inglaterra tinham de cumprir as contrapartidas contidas no contrato assinado em Lisboa, a 23 de Junho de 1661, com Portugal a ter de pagar o dote para ter Inglaterra como aliada: “O dote consistia em dois milhões de cruzados e a cedência de Tânger. A transferência de Bombaim para os ingleses fazia parte da aliança defensiva. Definiam-se ainda novos privilégios e imunidades para os mercadores ingleses na Índia e no Brasil, sendo a única contrapartida útil o envio à sua custa para Portugal de dois terços de infantaria de mil homens cada e dois regimentos de cavalaria de 500 homens cada, armados e equipados, pagos pelo rei de Portugal assim que chegassem. Além de algum apoio militar naval: em caso de invasão de Portugal, a Inglaterra enviaria em socorro dez naus de guerra e no caso de serem as costas infestadas de piratas, mandaria todos os anos três ou quatro naus com mantimentos e guarnições para oito meses.” (Costa, 2004, pp. 87-88).

50) ventila que a iniciativa para o confronto partiu de D. João José da Áustria, filho bastardo de Filipe III e comandante das tropas castelhanas na fase final do conflito, enquanto Monteiro (2010, p. 313) argui que a diligência foi executada pelo conde Schomberg. O resultado final da contenda parece gerar unanimidade, com ambos os autores a concordarem que a vitória sorriu aos portugueses. A derrota castelhana foi categórica e as baixas ascenderam a 4000 mortes e 6000 prisioneiros. Perderam cerca de 1400 cavalos, toda a artilharia e algum armamento e mais de 2000 carros de bagagens (Castelo Branco, 1992, p. 51). Para além do fracasso no plano militar, a derrota foi também sentida no âmbito político, dado que as probabilidades de êxito atribuídas às hostes lusitanas eram diminutas. O próprio Schomberg interpretou a vitória como uma dádiva de Deus e D. João José de Áustria confessou que o episódio da batalha do Ameixial foi uma novidade na história porque “nunca se verificara um exército ser derrotado por um outro que não queria dar batalha e que sempre a evitara.” (Costa, 2004, p. 98).

Após o estrondoso desaire de 1663, D. João José de Áustria foi destituído da direcção da questão portuguesa e o ano seguinte seria de alguma forma pacífico (Costa, 2004, 98-99). A próxima campanha, orquestrada em 1665 pelo marquês de Caracena, seria a tentativa derradeira de os Habsburgo fazerem anexar novamente Portugal ao seu extenso domínio. Por conseguinte, um conjunto de 20.000 homens saía de Badajoz rumo a Vila Viçosa, onde resistiu quatro dias. O contingente português foi socorrer a povoação e no dia 17 de Junho as duas forças militares encontrar-se-iam na planície de Montes Claros, perto de Borba, e travariam a batalha mais marcante da Guerra da Restauração e a última com grande envergadura. Ambos os lados contavam sensivelmente com 20.000 homens, mas seriam novamente os portugueses a levar a melhor: morreram 4000 soldados castelhanos, foram feitos 6000 prisioneiros e perderam-se 3500 cavalos (Castelo Branco, 1992, p. 51).

O êxito alcançado foi tremendo, mas Schomberg considerou que a Guerra da Restauração, com ênfase na batalha de Montes Claros, poderia ter-se revestido de outro significado se tivesse tido autorização para perseguir as tropas castelhanas remanescentes quando Portugal saía vitorioso, chegando mesmo a relatar essa ideia aquando da sua saída de Portugal:

“Eu não fora de parecer de se pôr tantas vezes em risco de dar Batalhas mas quando se ganhão (como aqui nos sucedeu estes últimos anos) devíamo-nos aproveitar das vitórias mais do que fizemos. Trarei o exemplo de Montes Claros, que depois de custar tanto trabalho, se devia seguir o inimigo até Juromenha, onde haveríamos acabado de tomar o

resto da Infantaria, e da bagagem, e quando não tomássemos muita mais cavalaria ao passar do Guadiana, havê-la-íamos seguido até as portas de Badajoz, e daí arruinado tudo até Mérida.

E quem dificultava esta facção dizendo que não se podia obrar por faltar pão ao exercito, não reparava que só o rebanho de gado e bois das carretas da Artilharia do Inimigo podia sustentar a nossa infantaria a Cavalaria não havia morrer de fome na campanha nem deixar de trazer mantimento á Infantaria.” (Ayres, *cit. in* Costa, 2004, p. 101).

Ultrapassada a batalha de Montes Claros, a guerra tinha finalizado do ponto de vista militar. Até à paz entre as duas dinastias, alcançada em 1668, registaram-se somente algumas escaramuças de pequena dimensão, que espelhavam o desgaste acumulado de mais de duas décadas de luta (Monteiro, 2010, p. 315). Para se ter uma ideia do estado do exército português no final da década de 1660, Valdez dos Santos (1992, p. 85) diz que não passaria dos 14.000 homens, dos quais 30% eram desertores, 15% tinham idade superior a 50 anos e 5% estavam doentes ou incapazes, o que perfazia uma totalidade de 7000 homens, um número assaz escasso.

É legítimo dizer que ambos os países ansiavam por tréguas. Do lado de Portugal, o país estava arrasado pelo esforço humano, financeiro e material canalizado para sustentar uma guerra de quase três décadas; do lado de Espanha, o falecimento de Filipe III, aquele que não aceitava a rebelião portuguesa, pressupunha uma resolução pacífica de um longo conflito. Este processo de apaziguamento foi observado de perto por França e Inglaterra, servindo D. Carlos II como mediador (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 56-57).

O aproveitamento político conquistado após a reconciliação entre os países ibéricos ficou um pouco aquém. O conde de Castelo Melhor exigia uma indemnização pelos estragos provocados pela guerra, mas entretanto D. Luís de Vasconcelos e Sousa seria afastado dos destinos de Portugal e os delegados que negociaram a paz<sup>6</sup> nada mais cobiçaram do que assegurar a paz, deixando de parte a defesa dos direitos sacrificados durante o período da Restauração (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 57-58). O facto de Ceuta ter permanecido fiel aos Habsburgo é uma das provas deste potencial fracasso diplomático (Monteiro, 2010, p. 316). De resto, Portugal viu reconhecida a sua plena independência e mantinha as suas fronteiras e

---

<sup>6</sup> Os elementos portugueses presentes foram o duque de Cadaval, os marqueses de Gouveia, Marialva e Nisa, o conde de Miranda e Pedro Vieira da Silva.

possessões (Oliveira Marques, 2006, p. 306). Demais a mais, seria apenas depois deste desenlace pacífico que a Santa Sé reconheceria Portugal como um país desanexado do domínio espanhol. O Papa Clemente IX, pelo *Dilectum filium*, de 1 de Janeiro de 1669, prometeu resolver este diferendo, mas só no reinado de D. João V é que toda a situação estaria deslindada (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 72-73).

### 3. Panorama Político após 1640

O dia 1 de Dezembro simbolizaria uma mudança colossal nos destinos do país. Pelo trono português passariam três reis – D. João IV e os seus dois filhos D. Afonso VI e D. Pedro II – até ao final do século XVII. A tarefa de liderar o país afigurava-se de extrema dificuldade, dado que teriam um período pouco auspicioso pela frente, com uma longa guerra pela independência. Para além disso, Portugal foi vítima de uma querela interna entre os dois filhos de D. João IV, que disputavam internamente o poder e acabaram por casar com a mesma mulher.

#### 3.1. Regência de D. João IV

O reinado do primogénito da coroa brigantina conheceu um significativo rol de reformas que intentavam fortalecer a posição de Portugal após o extremar de posições com Castela. A guerra afigurava-se como inevitável, portanto, era do total interesse do Portugal ressurgido architectar uma política que levasse o lema da Restauração avante.

Os primeiros tempos à frente dos destinos do Portugal restaurado não foram fáceis. O tempo para pensar era escasso e os afazeres eram inúmeros: havia que deliberar sobre a legitimidade do movimento restauracionista, a gestão das sensibilidades aristocráticas, as possessões ultramarinas, a eminente Guerra da Restauração e a canalização de fundos para financiamento do exército e das suas investidas (Lourenço *et al.*, 2011, p. 160).

A noção do árduo trabalho que esperava o recém-aclamado rei era um dado adquirido. Mas o sucesso ou insucesso das medidas que tomou geraram alguma discórdia. Por exemplo, Oliveira Marques (2006, p. 301) defende que o reinado de D. João IV, que compreendeu os anos de 1640 e 1656, foi “uma sucessão de desaires na diplomacia europeia e uma situação pouco próspera na economia interna”, que seriam compensados com alguns triunfos militares; por seu turno, Veríssimo Serrão (1962, pp. 40-41) acredita que a obra edificada por D. João IV merece ser elogiada, devido aos inúmeros esforços que pôs em prática nos vários domínios: político, administrativo, militar, legislativo e diplomático. Para além disso, o monarca foi fiel ao princípio do esforço nacional que era necessário para enfrentar as debilidades, ao mesmo tempo que foi um elemento preponderante no êxito do 1.º de Dezembro, pondo mesmo em cheque a fortuna e os privilégios senhoriais de que gozava.

Independentemente dos juízos díspares sobre a actuação de D. João IV, é factual que o rei introduziu medidas inovadoras assim que tomou posse, tendo em vista o conflito com a vizinha Espanha. A criação de um Conselho de Guerra foi logo a primeira inovação introduzida: funcionava como um desdobramento do Conselho de Estado e tinha como função central elaborar pareceres sobre os assuntos que diziam respeito à guerra, fazendo-os chegar ao rei sem qualquer pendor deliberativo. Outras tarefas a cargo do Conselho concerniam ao tratamento de licenças, patentes, nomeações, consultas sobre postos, condução de abastecimento e munições e fortificações, ordens regimentais, supervisão do estado em que se encontravam as fortalezas e fortificações, o cumprimento de obrigações dos cargos e pagamento a efectuar aos participantes da guerra (Costa, 2004, pp. 25-26).

A Junta dos Três Estados também seria outra criação de D. João IV, destinada à gestão dos tributos oferecidos em Cortes para a guerra (Costa, 2004, p. 27 e Veríssimo Serrão, 1962, p. 40).

No mesmo período, logo a seguir à Restauração da Independência, são também criados cinco Governos das Armas – das províncias Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura e Alentejo – para que uma projecção bélica fosse mais bem architectada. Com efeito, conceberam-se Vedorias e Pagadorias que visavam a gestão de todos os registos militares e os devidos pagamentos. (Costa, 2004, pp. 26-28).

Veríssimo Serrão (1962, p. 40) dá-nos ainda conta da concepção do Tribunal do Conselho Ultramarino, em 1643, e da Companhia da Junta de Comércio, já em 1649.

D. João IV, para além da veia política, não descurava a vertente artística. Percorreu um caminho interessante como homem das letras e da música, estando “à altura dos maiores em Portugal”. É o presumível autor dos motetos *Crux Fidelis*, *Adjuva nos Deus*, *Anima mea turbata est* e *Vivo ego* e dois opúsculos escritos na língua espanhola: *Defensa de la Musica moderna* e *Respuestas a las dudas que se Pusieron a la Missa «Panis quem ego dabo» de Palestrina* (Veríssimo Serrão, 1962, p. 41).

O primeiro rei da dinastia brigantina faleceria no ano de 1656 e confiava a regência à esposa D. Luísa de Gusmão, que casara com o então 8.º duque de Bragança em 1634, por obra do conde-duque de Olivares, que procurava desta forma impossibilitar uma rebelião de

Portugal face ao domínio castelhano, algo que, como se viu, iria revelar-se infrutífero para parar o movimento restauracionista.

Os anos que D. Luísa de Gusmão passou à frente dos destinos lusitanos foram de relativo sucesso, se confiarmos nos depoimentos do historiador Veríssimo Serrão (1962, p. 42), que afirma que diversos autores a consideram a maior rainha da História de Portugal pela maneira como amou, serviu e defendeu o reino.

### **3.2. Regências de D. Afonso VI e de D. Pedro II**

Após o desaparecimento de D. João IV, havia que assegurar a continuidade da Dinastia de Bragança. Esse posto haveria de ser ocupado por Luísa de Gusmão até que, teoricamente, o herdeiro natural tivesse idade suficiente para arcar com as responsabilidades do reino. O filho mais velho de D. João IV e D. Luísa de Gusmão era o príncipe D. Teodósio, que estava a ser instruído para assumir o lugar assim que seu pai deixasse o trono. No entanto, no ano de 1653, a família real recebia a notícia da morte de D. Teodósio. Desta forma, a legitimidade passava para D. Afonso, que era o sucessor.

D. Afonso não tinha ainda idade para assumir o posto e não parecia muito talhado para o ofício da gestão do reino. Uma febre maligna que o atingiu quando era criança tornou-o mental e fisicamente incapaz. Para além desta desvantagem, a adolescência de D. Afonso não ficaria marcada pelos melhores motivos, uma vez que envolvia-se com “rapazes de baixa estirpe”, designadamente os irmãos Conti. Fruto da imaturidade de que padeciam, os jovens tinham um comportamento pouco condigno e eram vistos com frequência a provocar desacatos nas ruas de Lisboa (Veríssimo Serrão, 1962, p. 46).

No dia 15 de Novembro de 1656, tinha D. Afonso 13 anos, foi feita a sua aclamação como futuro rei de Portugal. E desde logo D. Afonso começou a ver-se rodeado de jovens cortesãos como os condes de Atouguia e Castelo Melhor, que procuravam influenciar o afastamento de D. Luísa de Gusmão. O *lobby* acabaria por surtir efeito e a esposa de D. João IV renunciaria ao trono em 1662, dando lugar a D. Afonso, recolhendo-se ao Mosteiro de Xabregas em Março do ano seguinte. Apesar desta desistência, D. Luísa de Gusmão deixou obra feita: fez uma aliança com Inglaterra, o que possibilitou a sobrevivência da Dinastia Nova e preparou as tropas que defenderam Portugal desde 1657 até 1661 (Veríssimo Serrão, 1962, p. 47). No entanto, Oliveira Marques (2006, p. 304) tece algumas críticas a esta regência, pois foi

incapaz de sustentar um ataque holandês, em 1657, que bloqueou Lisboa por três meses e não conseguiu ser aceite na mesa de negociações que redundaram na assinatura do tratado dos Pirenéus, que possibilitou a paz entre França e Espanha.

Consta-se que D. Luísa de Gusmão pretendia convocar Cortes para que D. Pedro fosse jurado por sucessor; alguns fidalgos e cortesãos apoiaram de imediato esta iniciativa, ao passo que outros, como o 3.º conde de Castelo Melhor, o sexto conde da Atouguia ou o bispo de Coimbra, torceram o nariz. Os últimos acabariam por levar a melhor e conduzir D. Afonso até ao trono através de um golpe palaciano (Monteiro, 2010, p. 328).

D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor, foi o principal responsável pela ascensão de D. Afonso a rei de Portugal. Tal importância materializou-se mais tarde na nomeação de Vasconcelos e Sousa como escrivão da Puridade<sup>7</sup>, um cargo que estava em desuso desde há algum tempo. Apesar desta pretensa troca de favor, a verdade é que Castelo Melhor foi um elemento preponderante nos anos em que D. Afonso VI reinou, sendo o seu braço-direito nas questões mais melindrosas:

“O novo regimento mostra a confiança ilimitada que D. Afonso VI dispensava ao seu ministro, vendo nele o conjunto de qualidades que se requeriam: fidalgo com limpeza de sangue, homem prudente e de sã consciência, zelador do governo da República e de «muita autoridade, temperada com mansidão e afabilidade». O escrivão da puridade devia possuir uma boa cultura histórica e, ao mesmo tempo, o conhecimento seguro da vida internacional. Como colaborador mais directo do monarca, Castelo Melhor era a primeira encarnação em Portugal do ministro poderoso, cabendo-lhe o exercício de actos públicos e particulares, receber os juramentos de obediência à coroa, seguir D. Afonso VI nos enterros e exéquias das pessoas reais. Cabia-lhe ainda a correspondência diplomática, as nomeações para cargos da administração no Reino e no Ultramar, as consultas dos Tribunais e conselhos, podendo sempre ter acesso junto do monarca.” (Veríssimo Serrão, 1962, p. 48).

D. Afonso sofrera uma doença grave quando era ainda criança, cujas sequelas sentir-se-iam em diferentes patamares: no político, no familiar e no pessoal. Para além disso, o filho de D. João IV era portador de um feitiço colérico, tornando-se algumas vezes violento para com os próprios empregados. (Lourenço *et al.*, 2011, p. 163-167). Hermano Saraiva (1984, p. 211) adianta até que a doença não lhe permitia caminhar convenientemente.

---

<sup>7</sup> O cargo de escrivão da Puridade é descrito como o “maior ofício que dão os Reis” (Brazão, *cit. in* Lourenço *et al.*, 2011, p. 165).

Ora, esta doença impedia D. Afonso VI de ter filhos<sup>8</sup>, pelo que lhe era impossível deixar descendência. Ainda assim, e mesmo subsistindo inúmeras dúvidas quanto à saúde sexual do monarca, acabaria por casar-se em 1666 com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia<sup>9</sup>. Este enlace visava de certo modo camuflar as fragilidades reprodutoras de D. Afonso VI e (tentar) garantir a sucessão ao trono (Oliveira Martins, 2006, 305).

Antes deste consórcio, o escrivão da Puridade procurou por diversas vezes efectivar um casamento de D. Afonso VI com um partido interessante para a coroa. A escolha acabaria por recair sobre D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, mas já em 1652 o 3.º conde de Castelo Melhor projectou uma união com a filha do príncipe de Parma e pouco tempo depois com Mademoiselle Montpensier, pois Turenne, ministro francês, desejava colocá-la no trono português. Estas possibilidades foram goradas e surgiu como hipótese a filha do duque de Orleães, todavia, o matrimónio não se concretizaria. Dado que Luís XIV tinha o desiderato de colocar a filha do falecido conde de Nemours num trono europeu, designadamente D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, Castelo Melhor deu instruções a D. Francisco de Melo, marquês de Sande, para conduzir as negociações entre as duas partes<sup>10</sup> (Veríssimo Serrão, 1962, p. 196).

O matrimónio não teria uma longa duração – não chegaria sequer a um ano – e seria anulado por causa da alegada incapacidade de D. Afonso VI em procriar. Além disso, a intimidade do monarca foi devassada e conhecida por todos (Lourenço *et al.*, 2011, p. 165).

Com o intuito de fundamentar essa inaptidão de D. Afonso VI, foram recolhidos diversos testemunhos de mulheres que teriam mantido relações sexuais com o jovem rei. Todos eles

---

<sup>8</sup> Apesar deste impedimento, circulou o rumor de que D. Afonso teria já uma filha, de uma suposta relação com uma Catarina Assunção, que estaria a ser criada na casa do conde de Castelo Melhor. Mais tarde descobrir-se-ia que esta mulher fora manipulada por D. Luís de Vasconcelos e Sousa, no sentido de afirmar que o progenitor do bebé seria D. Afonso VI e não o seu marido (Lourenço *et al.*, 2011, p. 168).

<sup>9</sup> D. Maria Francisca Isabel de Sabóia ficaria também conhecida como Maria Francisca de Nemours ou Mademoiselle d' Aumale (Oliveira Martins, 2006, p. 305).

<sup>10</sup> O marquês de Sande assinou o contrato matrimonial em Paris, a 24 de Fevereiro de 1666, tendo o casamento sido celebrado por procuração em La Rochelle, a 27 de Junho; a nova rainha embarcaria para Lisboa e chegaria a 2 de Agosto (Veríssimo Serrão, 1962, p. 196).

comungavam da mesma opinião – D. Afonso VI não se comportava à altura e tinha alguns problemas com o órgão reprodutor:

“Jacinta Monteiro, que se recolhera no Recolhimento das Mercês dissera que, ao tempo do governo de D. Luísa de Gusmão, ela fora levada pelo criado Manuel Antunes até ao paço onde se encontrava D. Afonso VI e também António Conti (amigo do monarca), e «estando ela testemunha no paço 3 dias e 3 noites, e deitando-se na cama com sua majestade as ditas 3 noites, e nos dias algumas vezes, despida entre os lençóis, querendo sair majestade por muitas vezes penetrá-la, por mais diligências que fez nunca pôde penetrar, sendo assim que fazia el-rei toda a diligência pelo efectuar: mas ora se lhe abaixava o membro viril, ora derramava semente *extra vas*, sem que nas 3 noites e 3 dias o pudesse fazer *intra vas*, porque ela testemunha estava donzela; razão então porque não deliberou a causa porque seria estando com sua majestade o dito tempo, senão por entender que não prestava, nem tinha actividade para penetrar mulheres donzelas, no que se confirmou: porque vendo o dito Manuel Antunes a cama com a semente derramada por el-rei, lhe disse a ela testemunha, por não ver sinais de ser desflorada, que ela vinha donzela do mesmo modo que fora».

Joana Tomásia testemunhou que o membro viril de D. Afonso era muito diferente do de outro homem com quem havia estado, pois o de Sua Majestade «quando derramou semente ficou como o de uma criança, e muito desigual quando estava erecto, por ser muito mais delgado na raiz do que na extremidade».

De acordo com Jerónima Pereira, o rei tinha «os órgãos muito disformes, que eram ambos como um grande marmelo» e a semente que derramara era tão líquida que parecia água «e de diferente cheiro do que viu a seu marido».“ (Lourenço *et al.*, 2011, pp. 166-167).

Este episódio provocou uma ruptura no casamento e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia decide abandonar o paço, refugiar-se num convento e solicitar a anulação do matrimónio, alegando que a impotência de D. Afonso VI de nada lhe serviria. Esta atitude terá sido premeditada, pois a rainha e o infante D. Pedro, irmão do rei, organizaram uma estratégia para afastar o monarca do poder, assim como o conde de Castelo Melhor, o principal valido do soberano (Hermano Saraiva, 1984, p. 212).

Este momento conturbado atingiu igualmente outro dos suportes mais importantes de D. Afonso VI, António de Sousa de Macedo, reputado secretário de Estado e diplomata e obreiro do *Mercúrio Português*. Aliás, diz-se que foi ele quem desencadeou um agravamento no extremar de posições que se verificava, propiciando “o rastilho para a explosão da crise”.

Sousa de Macedo terá respondido com menos cortesia à rainha, pelo que D. Maria Francisca Isabel de Sabóia se queixou ao marido e requereu a imediata demissão de um dos seus braços-direitos. Castelo Melhor, ciente de que esta seria uma jogada política do partido do infante D. Pedro, pôs o monarca de sobreaviso e defendeu o seu colega de governo que, depois de uma suspensão temporária, foi mantido em funções. (Veríssimo Serrão, 1962, p. 198).

Estava instalada em Portugal, por volta de 1667, uma disputa interna pelo poder. De um lado estava D. Afonso VI, fragilizado pelas suspeitas de impotência sexual, mas com o apoio inequívoco de um conde de Castelo Melhor que não se queria desfazer do posto que conquistara; do outro lado estava o irmão D. Pedro, que colhia diversos apoios, desde logo a sua cunhada, com quem se diz ter formado um conluio para obrigar D. Afonso VI a sair de cena. No sentido de legitimar a sua posição, D. Pedro enveredou por uma dupla estratégia: em primeiro lugar, criou uma espécie de grupo de pressão, em que se incluíam o 1.º duque de Cadaval, o marquês de Marialva, os condes de Sarzedas e Vila Flor e D. Luís de Meneses, para destituir o conde de Castelo Melhor, enfraquecendo a posição de D. Afonso VI; em segundo lugar, o infante D. Pedro ameaçou que abandonava o Reino se o escrivão da Pureza não se afastasse do reino (Veríssimo Serrão, 1962, p. 198).

Ora, D. Afonso VI sucumbiu à pressão que lhe foi exercida pelo irmão e pelo núcleo de nobres que estavam dispostos a apoiar D. Pedro na subida ao trono. Castelo Melhor tentava impedir este desfecho, mas o soberano acabaria por assinar um documento em que declarava desistir dos seus reinos para sempre em favor de D. Pedro e seus filhos (Hermano Saraiva, 1984, p. 212).

Esta renúncia consagrou D. Pedro como regente. Teria o estatuto de rei, designadamente D. Pedro II, a partir de 12 de Setembro de 1683, quando D. Afonso VI faleceu, ele que passou alguns anos aprisionado nos Açores e viria a passar os últimos dias da sua vida enclausurado numa sala do paço de Sintra (Hermano Saraiva, 1984, p. 213). Entretanto, D. Pedro casaria com a cunhada D. Maria Francisca de Sabóia, que acabaria por falecer precisamente no mesmo ano do ex-marido, em 27 de Dezembro.

O rei D. Pedro II casaria uma segunda vez, desta feita com D. Maria Sofia de Neuberg, rainha que cairia nas boas graças da população, devido à sua postura sóbria, uma característica que rareava desde o tempo em que Portugal restaurou a independência (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 218-219).

Em termos de reformas relevantes, D. Pedro foi o responsável pela extinção das Cortes como órgão consultivo, reforçando, assim, a autoridade do governo. As últimas Cortes do século XVII reunir-se-iam com o propósito de jurar D. João como herdeiro da coroa (Veríssimo Serrão, 1962, p. 219). Acresce que seria na regência do irmão de D. Afonso VI que seriam lançadas as bases da industrialização pelo 3.º conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, exercendo o cargo de Vedor da Fazenda (Oliveira Martins, 1989, p. 191). D. Pedro II ficaria igualmente marcado pela participação na Guerra da Sucessão de Espanha e morreria a 9 de Dezembro de 1706, um pouco débil devido à “gonorreia galicada” que o afectou em 1693, fruto de uma relação extraconjugal com uma viscondessa da corte (Lourenço *et al.*, 2011, pp. 180-181).

#### 4. Panorama Intelectual, Social, Económico e Cultural

Para além de todo o enquadramento político e bélico que marcou o Portugal do século XVII, interessa averiguar outros sectores da época, para se compreender melhor o funcionamento do país.

Ora, um dos aspectos mais salientes que percorreram a História de Portugal, precisamente entre os séculos XV e XVII, concerne à influência dos portugueses no desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos de navegação marítima, permitindo ao Mundo conhecer novos mundos. Este contributo foi decisivo para se registar um progresso civilizacional. Demais a mais, a evolução a nível náutico foi certamente um dos ensinamentos mais importantes que Portugal legou à Humanidade:

“... eles foram os criadores da ciência náutica, que permitiu a navegação oceânica e a expansão da Europa em todo o Mundo. Eles criaram o navio próprio para os descobrimentos ao longo da costa da África e da América – a Caravela; eles adaptaram o astrolábio aos usos da navegação e formularam pela primeira vez os métodos e regimentos para determinar a posição das descobertas; eles traçaram novas estradas ao longo dos oceanos, fixaram nos mapas o contorno dos mundos, e redigiram, dia a dia, viagem a viagem, naufrágio a naufrágio, o roteiro de todos os mares e em todos os rumos da rosa-dos-ventos.” (Cortesão, *cit. in* Almeida, 1986, p. 1200).

O historiador Jaime Cortesão acrescenta ainda a este propósito:

“... a ciência náutica foi o aspecto mais original e saliente da nossa cultura de todos os tempos; o traço mais distintivo da nossa fisionomia espiritual no conjunto da humanidade; (...) se houvéssimos de representar por um símbolo aquilo que distingue e assinala o Português entre os raros povos que deram decisivo e duradouro impulso à civilização, teríamos de representá-lo, à maneira do Renascimento, na figura dum piloto, medindo, de astrolábio e sonda na mão, a altura do sol e o fundo do mar, a bordo de uma caravela. A grande glória de Portugal é ter sido a grande escola da arte de navegação nos tempos modernos e haver ensinado, de bom ou mau grado, às demais nações o uso de meia dúzia de instrumentos técnicos que lhe deram a posse dos oceanos e o conhecimento do globo.” (Cortesão, *cit. in* Almeida, 1986, p. 1200).

Apesar dos avanços que Portugal registou e consolidou, não se pode dizer que tenha existido uma ruptura epistemológica com os cânones que vigoravam naquele tempo, uma vez que não foi introduzida qualquer novidade, antes “um alargamento de horizontes” e um

incremento de sabedoria através da experiência directa. Contudo, há que referir que teve a sua quota-parte de influência na fractura que aconteceria mais tarde. (Almeida, 1986, pp. 1201-1207).

Essa mudança de paradigma intelectual registrar-se-ia por toda a Europa na passagem do século XVII para o XVIII. Esta mutação traduz-se, de acordo com Paul Hazard (1948), numa dicotomia acentuada entre os homens de um e de outro séculos. Os homens do século XVII privilegiavam a hierarquia, a disciplina, a ordem garantida pela autoridade e os dogmas; os homens do século XVIII abominavam a sujeição, a autoridade e os dogmas; os indivíduos do século XVII eram cristãos, acreditavam no direito divino e aceitavam uma sociedade fragmentada em classes desiguais; pelo contrário, os indivíduos do século XVIII eram anticristãos, acreditavam no direito natural e preconizavam a igualdade entre as classes. Em suma, foram estas as divergências mais significativas entre os dois períodos.

De volta ao panorama português seiscentista, não é de somenos fazer um retrato sobre a vida quotidiana. Ora, o país estava mergulhado num ambiente manipulado sobremaneira pela religião. A Igreja era um dos pilares da sociedade e detinha uma grande dose de influência sobre o espírito da população; não obstante os defeitos que a caracterizavam, a Igreja tinha nos dominicanos, nos franciscanos e, principalmente, nos jesuítas os veículos para propalar a sua doutrina pelo povo, mas também para influir nos destinos da coroa e da burguesia (Hermann e Marcadé, 2002, pp. 241 e 252-253). Calcula-se que entre 1628 e 1630 havia cerca de 450 conventos, que agregariam 7400 pessoas pertencentes a múltiplas casas religiosas (Oliveira Marques, 2006, p. 266).

Para além das ordens religiosas, a Igreja ainda tinha à sua disposição um mecanismo de repressão, a Inquisição, que funcionava como um tribunal eclesiástico que julgava e condenava os hereges, os abjuradores e os feiticeiros, enfim, todos aqueles que de alguma forma se desviavam da *verdadeira* fé. As punições que a Inquisição aplicava passavam por meras multas pecuniárias, confisco de bens, até desterros e encarceramentos perpétuos. As sentenças eram lidas e consumadas em cerimónias apelidadas de autos-de-fé. No que toca a estes rituais, estima-se que entre 1543 e 1684 foram queimadas pelo menos 1379 pessoas e condenadas 19 247, sem falar naquelas que morriam na prisão à espera do seu julgamento. (Oliveira Marques, 2006, pp. 267 e 270).

Outro fenómeno pertinente da época ligado à Igreja diz respeito ao *milagrismo* empedernido na sociedade. Esta característica baseia-se no conceito de que tudo o que acontece é justificado por fenómenos transcendentais. A título de exemplo, a escolha de um lugar bonito para a construção de um convento devia-se a um milagre, já que foi Deus que quis mostrar aos homens a beleza do Paraíso; uma boa viagem ou um naufrágio, viver uma vida breve ou prolongada, ter saúde ou padecer de uma doença, todas estas situações tinham fundamentação miraculosa (Hermano Saraiva, 1984, p. 220).

O povo português era essencialmente pobre. Outra coisa não seria de esperar num período singular como foi o da Restauração. Ainda que os rendimentos variassem de área para área, é certo que uma parte considerável da população portuguesa se encontrava no limiar da pobreza. O aumento do custo de vida e a carga de impostos implementada pela dinastia filipina podem de alguma forma ajudar a explicar a situação aflitiva que se vivia. (Hermann e Marcadé, 2002, p. 246).

A população via no abandono do país a resposta credível para fazer face às dificuldades, pelo que se consumaram alguns movimentos migratórios significativos. Hermann e Marcadé (2002, p. 247) estimam que entre 1580 e 1640 tenham abandonado Portugal cerca de 300.000 pessoas, ao passo que entre 1640 e 1700 o número se tenha cifrado em 120.000 – este número aumentaria nos primórdios do século XVIII. O destino mais atractivo para a diáspora portuguesa foi o Brasil, dada a descoberta de minas, mas não só, já que em 1622 a representação de portugueses em Buenos Aires, na actual Argentina, correspondia a um terço da população total.

Não é, de todo, uma tarefa fácil precisar o número de indivíduos que habitavam Portugal. Não havendo registos seguros sobre este particular, resta aventar hipóteses que se aproximem o mais possível da realidade. Joaquim Veríssimo Serrão (1962, p. 137) adianta que durante os 28 anos da Guerra da Restauração é crível que a população não tenha aumentado. O já aludido fluxo migratório, a destruição de campos e povoações e as mortes de muitos militares, agricultores, mestres e mancebos contribuíram decisivamente para um afrouxamento demográfico. Em virtude destes e outros factores – como a não elevação de lugares a vilas e vilas a cidades – o citado historiador conjectura que a população portuguesa balizaria entre 1.400.000 e 1.500.000 habitantes até à Restauração da Independência, contudo, este número poderia ser bem diferente em 1668, depois de quase três décadas de batalhas e muitas vidas perdidas.

Se o panorama social não era o mais favorável, o cenário económico vivido no século XVII também não foi o melhor, sobretudo após o início da Guerra da Restauração<sup>11</sup>. Todavia, a conjuntura internacional teve igualmente um certo peso no insucesso económico, impulsionado em grande parte pelo sector ligado aos tráficos coloniais, do qual Portugal dependia em larga medida. (Serrão, 1998, pp. 67-68).

Portugal passaria por alguns momentos aflitivos, o que obrigou à contínua desvalorização da moeda, pois as despesas militares e o declive nos rendimentos ultramarinos ganhavam uma dimensão estonteante. A título de exemplo, o marco de prata subiu, em 1668, até 6000 reais, cerca de 114% em menos de trinta anos, enquanto o ouro subiu até 82.500, o que equivale a 175%. Esta espiral recessiva teria o seu epílogo aquando da assinatura do tratado de paz, algo que redundaria na estabilização do valor da moeda (Oliveira Marques, 2006, pp. 256-257).

No sentido de contrariar as vicissitudes que a crise económica emanava, a partir de 1670 o país introduziu políticas de industrialização determinadas a partir de Estado e sem uma sustentação compacta. As consequências desta resposta foram praticamente nulas: não se logrou qualquer êxito e não foi sentida qualquer alteração de maior no que à economia diz respeito (Serrão, 1998, p. 68).

A prosperidade económica não reinava, contudo, nos finais da década de 1690 pôde assistir-se a uma recuperação, estimulada em larga escala pela mineração de ouro no Brasil, essencial para que a segunda metade do século XVIII tivesse um outro fulgor:

“Sob o influxo do ouro brasileiro, a economia portuguesa viveu então, durante a primeira metade do século XVIII, uma fase de relativa prosperidade. O ouro do Brasil teve vários efeitos na economia do país. Em primeiro lugar, promoveu a dinamização da actividade mercantil externa (visto que os restantes países, especialmente atraídos pelo ouro, intensificaram o seu comércio com Portugal), colonial (dado o grande crescimento do Brasil) e interna (nas actividades associadas ao comércio externo e colonial). Em segundo lugar, fez aumentar a riqueza privada, quer directamente, através da remessa de milhares de emigrantes que foram para o Brasil, quer indirectamente, por efeito da prosperidade económica. Em terceiro lugar, conferiu ao País uma grande disponibilidade de meios de pagamento ao exterior, o que lhe permitiu, por exemplo, abdicar de algumas actividades

---

<sup>11</sup> Durante o período compreendido entre 1539 e 1641, Portugal demonstrou alguma estabilidade do ponto de vista monetário, dando sinais de relativa saúde económica, não obstante a falência do Estado em duas ocasiões: 1560 e 1605. (Oliveira Marques, 2006, p. 256-257).

menos rentáveis, substituídas por importações, em proveito do reforço dos sectores económicos de maior vocação exportadora.” (Serrão, 1998, p.68).

Em termos de comércio, Oliveira Marques (2006, p. 255) alega que a Restauração não trouxe benefícios para o comércio externo porque a guerra com a Espanha e os ataques marítimos de que era vítima limitavam o comércio à distância. O Mediterrâneo fechava-se aos portugueses. Na tentativa de remediar esta perda, Portugal assinou alguns acordos com Inglaterra e Holanda, que na opinião de Oliveira Marques lesaram o país e trouxeram ainda mais dissabores à actividade comercial lusitana.

Olhando para os gráficos que Veríssimo Serrão (1962, p. 76 e 78) faz constar na sua obra, podemos desde logo presumir que o país privilegiava a importação à exportação. No tocante à entrada de mercadorias, o centro da Europa era a zona que mais produtos presenteava para Portugal: Amesterdão, Roterdão e Middelburgo forneciam tabuado, ferro, aduelas, carvão, centeio, queijo e alcatrão; Hamburgo, Lubeque e Danzig<sup>12</sup> cediam trigo, centeio, cevada, fazendas, madeiras, mastros, enxárcia, linho, armas, pólvora, ripas, abatidas aço e cobre; a Noruega provia tabuado e alcatrão e outros artigos eram resgatados aos países mais próximos, como Espanha, França e Itália. Já sobre os produtos que o país exportava, há a destacar o açúcar do Brasil, gengibre, tabaco, madeiras, sal de Setúbal, fazendas, azeite, azeitonas, vinho sardinha, frutos secos e mel. Os principais portos que Portugal dispunha – Caminha, Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto, Aveiro, Buarcos, Peniche, Lisboa, Setúbal, Portimão, Lagos, Tavira e Faro – tinham como incumbência a tarefa de contrariar a crise económica que vinha ensombrando a Europa.

Neste domínio, pode ainda ser destacada a produção agrícola. Num primeiro plano, há a realçar a *troika* de cereais que abundava em Portugal. No Noroeste, o milho era o cereal dominante, que expandir-se-ia para sul; no interior do país (Trás-os-Montes e zona montanhosa do Centro até à cordilheira central), o centeio era o cereal mais fértil; por último, o milho podia ser encontrado com mais fartura no actual Alentejo, Estremadura e Alentejo (Serrão, 1998, p. 70).

Num segundo posto, encontra-se a vinha, que granjeou um progresso assinalável nos finais do século XVII. (Serrão, 1998, p. 71). Os vinhos mais importantes naquela época seriam os de

---

<sup>12</sup> Danzig é hoje conhecida como Gdańsk, desde que passou para o domínio polaco.

Alvor, Portimão e Lagos, no Algarve, os de Évora, Beja, Alvito, Viana, Vila de Frades e Alcáçovas, no Alentejo, os da margem esquerda do Tejo (Alcochete, Caparica, Lavradio, Seixal, Barreiro e Alhos Vedros), os do termo de Lisboa, Torres Vedras, Alenquer, Santarém, Leiria, Torres Novas e Ourém, na Estremadura, os de Cantanhede, Lousã, Figueiró e Lamego, na Beira, e os de Monção, no Minho, apesar da abundância do vinho verde nesta província (Rebelo da Silva, *cit. in* Serrão, 1998, pp. 71-72). A produção vinícola revelou-se bastante proveitosa e era cada mais reconhecida além-fronteiras. Tanto foi assim que, em meados do século XVII, algumas firmas de origem britânica fixaram-se no Porto com o intuito de fomentar a produção e exportação de vinhos. (Oliveira Marques, 2006, p. 252).

Num terceiro patamar, surge a oliveira, que podia ser encontrada com mais facilidade no sul de Portugal, apesar da lenta progressão a Norte, precisamente no Minho e Trás-os-Montes. As plantações mais proveitosas podiam ser achadas em Lisboa, Santarém, Tomar, Abrantes, Coimbra, Lamego, Vale do Douro, alto Alentejo, Beira Baixa, Serpa, Moura, Beja e Évora (Serrão, 1998, p. 71).

Última nota neste particular para dar-se conta da também importante produção frutícola (figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras, pomares de maçã e pêra e laranjas doces da China) e hortícola (importante como meio de subsistência e pelo seu pendor mercantil) que Portugal possuía. (Serrão, 1998, p. 72 e Oliveira Marques, 2006, p. 252).

A produção cultural do século XVII deve ser igualmente retratada nesta dissertação, dadas as particularidades de que foi alvo. A influência espanhola sentia-se nos vários domínios da sociedade e a cultura não foi exceção. Entre 1580 e 1640, uma boa parte dos autores portugueses fixava a residência em Espanha, aceitava os padrões por que se regiam os espanhóis e escrevia na língua de Cervantes. Desta forma, o teatro, a literatura e a música castelhanas acabaram por ser enobrecidos devido à contribuição lusa. Apesar desta manifesta absorção cultural, havia alguns casos em que se passava o contrário, ou seja, autores espanhóis eram bilingues e escreviam na língua de Camões. (Oliveira Marques, 2006, pp. 283 e 296). O bilinguismo das elites letradas estava já enraizado em Portugal e o próprio D. João IV, após 1640, prosseguiu a sua obra melómana em castelhano; esta tendência bilingue cessaria apenas no século XVIII (Monteiro, 2010, p. 254).

Parece um dado adquirido que o espólio cultural português sofreu um rombo no século XVII, tanto em quantidade como em qualidade, se compararmos com o século antecedente,

que deu a conhecer o trabalho de autores como Luís Vaz de Camões, Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, João de Barros, António Ferreira ou Francisco de Holanda (Oliveira Marques, 2006, pp. 276-278). Este declínio na erudição lusitana deve-se sobretudo a dois factores: à repressão infundida pela Inquisição, que estagnava as iniciativas culturais, e à crise política e económica que se abateu no país, que gerou um desânimo incompatível com o brilho que as artes compreendem. Neste sentido, pode considerar-se o século XVII estéril, mas não inculto (Hermano Saraiva, 1984, p. 217).

Não obstante os óbices supracitados, há que fazer menção a múltiplos intérpretes que enobreceram a cultura portuguesa. Pode destacar-se desde logo a historiografia, muito popular na época da Restauração. Nomes como António Pais Viegas, o padre João de Vasconcelos ou o Frei Miguel Soares compuseram obras que versavam a legitimidade do golpe do 1.º de Dezembro de 1640. António de Sousa de Macedo, homem de múltiplas profissões, também se dedicou à historiografia com um manifesto sobre a justificação da Dinastia Nova, com a *Lusitana Liberata ab injusto dominio*, publicada em Londres no ano de 1645. Outros autores como Duarte Ribeiro de Macedo e D. Luís de Meneses, 3.º conde da Ericeira, também contribuíram decisivamente para um conhecimento mais lato sobre o Portugal restaurado (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 172-173).

Alguns relatos de viagens também se destacaram no período seiscentista. Os principais contributos foram dados por Sebastião Manrique e Manuel Godinho. Manrique deambulou pelos reinos de Pegu e Grão-Mogol, esteve em Macau e nas Filipinas e atravessou a Pérsia com destino a Roma; estas jornadas foram legadas no seu *Itenerario de las Misiones de la India Oriental*, publicado em Roma em 1653. Já Godinho viajou pela Pérsia, Arábia, Malta, Marselha, Bordéus e La Rochelle e relatou como ninguém a decadência do Estado Português da Índia na sua *Relação do Novo Caminho*, corria o ano de 1663 (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 174-175).

Ainda no campo das letras, devemos destacar aquele que é possivelmente o português mais virtuoso do século XVII: o padre António Vieira. Nascido em 1608, este membro da Companhia de Jesus notabilizou-se pela obra que valorizou não só a Igreja, como a própria Pátria, quer em solo lusitano, quer no estrangeiro, sobretudo no Brasil:

“Durante 62 anos manteve a actividade religiosa e literária, dando ao idioma português um cultivo aprimorado. Compôs tratados, sermões e homilias, relatórios diplomáticos e

cartas políticas, notas de viagem e apontamentos de circunstância. Impressiona o rol das suas obras e manuscritos, pela vastidão dos temas, pelo esmero da linguagem e pela cultura profunda de que deu testemunho. Como orador sagrado, impôs-se pelo vigor do raciocínio e pelo poder de comunicação; como epistológrafo, na opinião de Lúcio de Azevedo, o seu domínio mais acabado, soube conferir à prosa a dimensão de um clássico. Acresce o seu pendor visionário, que o levou a escrever em 1659 as *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, em que defendia a «segunda vida» de D. João IV, que voltaria para conduzir o reino ao triunfo anunciado pelo Evangelho. Ressurgia assim a visão de novo *Encoberto* anunciado nas trovas de Bandarra e que o grande jesuíta tinha como certa. A obra de Vieira constitui assim um monumento da cultura seiscentista, cobrindo ao mesmo tempo de glória o Brasil e Portugal.” (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 176-177).

Importa igualmente realçar diversos aspectos ainda respeitantes ao âmbito das letras. O primeiro deles concerne a D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo que deixou uma obra substancial, alvo de bastante literatura crítica; Frei António das Chagas também se distinguiu pelos poemas, sermões, tratados de religião, um volume de *Cartas Espirituais* e pelo estudo que realizou no campo da mística; depois, convém salientar *A Arte de Furtar*, uma obra que defende a legitimidade da Casa Brigantina e ataca o despotismo castelhano. A autoria deste livro foi atribuída a múltiplos autores, embora haja já certezas de que o padre Manuel da Costa seja o verdadeiro autor desta relíquia (Veríssimo Serrão, 1962, pp. 177-180); a esta já extensa lista resta acrescentar os nomes de dois historiadores – Diogo do Couto e Frei Luís de Sousa – e de um outro prosador ainda não mencionado: Francisco Rodrigues Lobo (Oliveira Marques, 2006, p. 278).

No que toca à arquitectura portuguesa do século XVII, pode dizer-se que os estudos elaborados até hoje são escassos para se conhecer profundamente o espectro arquitectónico da época. Daí que se veicule a ideia de que a arquitectura nacional seiscentista foi paupérrima, uma conclusão que Varela Gomes (2001, pp. 377-378) atribui à ignorância daqueles que desconhecem as construções erigidas em Lisboa e arredores.

Veríssimo Serrão (1962, pp. 182-184) divide a actividade arquitectónica em duas partes: por um lado, há a arquitectura religiosa, por outro, há a arquitectura civil. Sobre a primeira, o autor destaca o restauro da Torre de Menagem de Estremoz, atingida por um raio que a arruinou, e a construção de uma igreja consagrada à Rainha Santa, para além das obras no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, e a edificação da Igreja de Santa Clara-a-Nova, em Coimbra; sobre a arquitectura civil, há que fazer menção ao Palácio dos Marqueses de

Fronteira, em São Domingos de Benfica, “o mais acabado espécime das casas nobres do tempo”.

Em termos comparativos, Portugal e Espanha partilhavam alguns dos preceitos arquitectónicos e nem o fim da União Dinástica pôs cobro a essas similitudes. Porém, Varela Gomes (2001, pp. 379-380) é capaz de estabelecer alguns antagonismos entre os dois países: “A uma Espanha da pedra esculpida, do tijolo e do estuque, pode de facto opor-se um Portugal do mármore e dos revestimentos cerâmicos. A uma Espanha interior e cispada, um Portugal da superfície opaca.”.

A arquitectura lusitana sofreu naturalmente algumas influências. O maneirismo foi o movimento que mais importância teve neste particular e a sua marca pode ser detectada por duas vias: a via maneirista do tipo romano, que pode ser constatada no projecto de Herrera e Baltasar Álvares para o Mosteiro de S. Vicente de Fora, e a via maneirista do tipo racional, que se baseia nos espectros estruturais das igrejas jesuítas, como exemplificam S. Roque de Lisboa e o Espírito Santo de Évora (Veríssimo Serrão, 1962, p. 181). Por seu turno, Oliveira Marques (2006, p. 278) prefere ressaltar a influência dos arquitectos italianos Serlio e Filippo Terzi nas edificações portuguesas.

Resta acrescentar que a parca investigação que tem sido conduzida sobre a arquitectura portuguesa encontra duas justificações: o terramoto que abalou Lisboa em 1755 e a extinção dos conventos pelo liberalismo (Varela Gomes, 2001, p. 378).

A arte seiscentista não se fez apenas de artefactos arquitectónicos. Uma outra componente importante do Portugal restaurado diz respeito aos azulejos. No século XVII, pode-se identificar azulejos de feitura holandesa na Sala dos Painéis do Palácio dos Marqueses de Fronteira, que representariam as batalhas da Restauração. De acordo com Hermano Saraiva (1984, p. 224), a azulejaria é uma das maiores criações da arte portuguesa seiscentista, a par da talha: o azulejo substituiu as caras tapeçarias – advindas da Flandres e da Holanda – das igrejas e palácios; a talha conseguiu substituir a escultura em pedra e outros materiais caros, como o ouro e a prata dourada.

Para finalizar este capítulo, resta fazer uma pequena viagem pelos meandros da pintura. Ora, a este propósito, deve evidenciar-se desde logo dois grandes pintores: Diogo Pereira,

cuja obra se norteou pela pintura de incêndios e paisagens bélicas, e Domingos da Cunha<sup>13</sup>, que ficou célebre porque pintou em S. Roque de Lisboa mais de cinco dezenas de retratos em que sobressai a série de painéis sobre a vida de Santo Inácio de Loiala e S. Francisco Xavier. Em termos regionais, destacaram-se Gregório Antunes e Baltasar Gomes Ferreira. Falando sobre outros estilos, José de Avelar Rebelo deixou uma série de bons retratos no domínio da pintura laica de cavalete; Domingos Vieira, pintor régio, é considerado o melhor retratista do seu tempo e, por último, destaque para Josefa de Aiala, que brilhou na pintura de natureza-morta – compôs óleos em tela e cobre, tal como gravuras a buril, sobre temas de índole religiosa e naturalista (Veríssimo Serrão. 1962, p. 186).

---

<sup>13</sup> Este pintor é também conhecido como o *Cabrinha*.

## Capítulo II

### Contexto Jornalístico até ao século XVII

## 1. Contexto Jornalístico Ocidental anterior ao Século XVII

### 1.1. Os três paradigmas da História do Jornalismo

Não é uma discussão milenar, mas tem semeado a discórdia entre os teóricos que se ocupam do estudo da história do jornalismo: em que época se pode situar a origem da actividade jornalística? As opiniões dividem-se, sem que até hoje fosse alcançada unanimidade quanto a esta interrogação.

Para ajudar a debater esta matéria com mais profundidade, o estudioso Alejandro Pizarroso Quintero (1996, pp. 8-11) relata-nos três grandes perspectivas sobre a génese do jornalismo, duas delas apelidadas de “sócio-culturais”, enquanto a terceira tem a denominação de “técnica”. Por conseguinte, a primeira visão defende que os primórdios jornalísticos remontam à Antiguidade, uma vez que desde há alguns séculos antes de Cristo que há registo da difusão de conteúdos com carácter actual – notícias, portanto – que se assemelham aos que presenciamos diariamente; a segunda visão preconiza a Modernidade como sendo o berço do nascimento do jornalismo, devido à periodicidade incutida nas publicações, bem como ao surgimento da tipografia de Gutenberg<sup>14</sup>; por último, os defensores da terceira visão apregoam que foi no século XIX, nomeadamente nos primeiros anos, aquando da Revolução Industrial, através do desenvolvimento de impressoras e rotativas, que o mundo viu nascer o fenómeno jornalístico.

Particularizando a terceira visão – no decorrer desta dissertação serão aprofundados conteúdos inerentes às outras duas visões – destacamos o cepticismo de Martínez Albertos (1997, p. 89) em aceitar a existência do fenómeno jornalístico antes de atingirmos a segunda metade do século XIX. Esta convicção é alicerçada no argumento de que para haver jornalismo é necessário um certo grau de complexidade tecnológica, algo que, segundo o autor, só é admissível a partir 1850, aquando da Revolução Industrial. Demais a mais, o autor reforça a sua posição alegando que o jornalismo deve produzir efeitos sociais que afectem a componente espiritual da contemporaneidade. Estas ideias lapidares são desenvolvidas no seguinte trecho:

---

<sup>14</sup> Pizarroso Quintero anota que esta posição é a mais bem acolhida entre a generalidade de autores europeus que estudaram a história do jornalismo.

“O facto de alguns historiadores considerarem jornalismo a presença e desenvolvimento de determinados eventos anteriores a 1850 pode ser explicado simplesmente pela ênfase historicista e filológica com que a maioria destes pesquisadores examinou o fenómeno. Actuam particularmente com critérios literários e são enganados pelas aparências. Raciocinam da seguinte forma: esses papéis impressos dos séculos XVII e XVIII com aspectos de jornais são jornais e a sua actividade social é jornalismo. Porém, esta abordagem é radicalmente errada, porque no nosso mundo o que importa do jornalismo não é a sua carga literária - que por muitos anos, até finais do século XIX, responde a padrões estilísticos exactamente iguais àqueles que são detectados em qualquer outro escrito da época -, mas o que interessa do jornalismo é a possibilidade de que este evento mais ou menos literário produza efeitos sociais determinantes para a configuração espiritual do mundo contemporâneo. (...) Antes dessa data - 1850 - houve alguns jornais, mas ainda não tinha aparecido o jornalismo.”<sup>15</sup> (Albertos, 1997, p. 90).

Como nota de curiosidade, o mesmo autor José Luis Martínez Albertos, no livro *El Ocaso del Periodismo*, partilha connosco um dado interessante, ainda que desfasado do cerne deste trabalho. Ora, para além de avançar com o ano de início da actividade jornalística (1850), o autor espanhol também nos afiança a data em que o jornalismo impresso cederá definitivamente o seu espaço às novas tecnologias até desaparecer. Essa data está fixada em 2020. O desaparecimento ou não de artefactos impressos ligados ao jornalismo é cada vez mais uma questão premente (Albertos, 1997, p. 24).

A esta dissertação não compete dar uma resposta, mesmo que inconclusiva, sobre esta matéria e muito menos tomar partido por qualquer uma das posições acima aventadas. Todavia, no próximo ponto discorre-se sobre alguns fenómenos – que percorreram a História

---

<sup>15</sup> Tradução livre a partir do seguinte trecho original: “El hecho de que ciertos historiadores consideren periodismo la presencia y desarrollo de ciertas manifestaciones anteriores a 1850 se explica sencillamente por el énfasis historicista y filológico com que la mayor parte de estos investigadores examinan el fenómeno. Actúan fundamentalmente con criterios literarios y se dejan engañar por las apariencias. Razonan de la siguiente manera: estos papeles impresos del siglo XVII y XVIII com aspecto externo de periódicos son periódicos y su actividad social es periodismo. Pero este planteamiento es radicalmente erróneo, porque en nuestro mundo lo que importa del periodismo no es precisamente su carga literária – que durante mucho años, hasta finales del siglo XIX, responde a unas pautas estilísticas exactamente iguales a las que se detectan en cualquier outro escrito de la época –, sino que lo que interesa del periodismo es la posibilidad de que este acontecimiento más o menos literario produzca unos efectos sociales determinantes para la configuración espiritual del mundo contemporâneo. (...) Antes de esta fecha – 1850 – había algunos periódicos, pero no había aparecido todavía el periodismo.”

da humanidade – que podem ser considerados precedentes à afirmação do jornalismo como hoje o conhecemos.

## **1.2. Fenómenos pré-jornalísticos**

Tendo em consideração os três prismas referenciados, trataremos de averiguar, nas próximas linhas, argumentos que abarcam as perspectivas “sócio-económicas”, já que a terceira se refere ao século XIX e uma das premissas deste estudo é elucidar sobre os fenómenos que ocorreram até ao século XVII. Por conseguinte, a hipótese do jornalismo ser uma actividade com raízes no século XIX será como que ignorada, pois está claramente afastada do âmago deste trabalho<sup>16</sup>. Dito isto, as linhas seguintes serão como que uma mescla das duas primeiras teorias, cruzando autores e as ideias que lhes subjazem.

### **1.2.1. Antiguidade Clássica**

No ponto supracitado, podemos observar que o jornalismo se imiscui com a História, na medida em que é atribuído um determinado período histórico ao aparecimento desta actividade que se ocupa de informar a sociedade. Sobre este particular, Sousa (2008 a, p. 13) diz o seguinte:

“(...) o jornalismo é uma expressão discursiva da vida humana na sua diversidade de vivências e ideias. Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade).”.

Esta tese – muito discutível, dada a ausência de consenso entre os estudiosos – serve de base à justificação de que o jornalismo como o conhecemos foi beber das ideias ancestrais, tornando-se num instrumento massificador de notícias. Assim sendo, estes autores arrogam que os primeiros sinais da existência de jornalismo podem ser encontrados na Antiguidade Clássica (Sousa, 2008 a, pp. 13-24). Com efeito, Grécia e Roma são a representação pré-

---

<sup>16</sup> Com isto, não queremos dizer, nem podemos, que esta teoria é descabida e que não possui validade do ponto de vista científico.

histórica mais credível de “um sistema semelhante ao dos actuais *éditos*” (Silva Lopes, 1980, pp. 192-193).

Comece-se, então, por estabelecer algumas pontes entre a Grécia e o jornalismo. O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito à invenção da literatura por parte dos gregos, com natural destaque para as obras protagonizadas por Homero, *Odisseia* e *Ilíada*, que tinham como desideratos, aparentemente, a exaltação dos deuses e o entretenimento da população. Ora, estas obras da literatura clássica estariam já revestidas de “esquemas de narração e enunciação similares aos actuais modelos jornalísticos”; para além disso, os poemas homéricos abordam temáticas que estão igualmente presentes no jornalismo coevo – vidas de heróis famigerados, combates e diálogos entre pessoas conhecidas (Sousa, 2008 a, p. 14). O autor realça também as similitudes que algumas obras clássicas e o jornalismo contemporâneo possuem, designadamente o *lead*<sup>17</sup>.

Apesar da relevância concedida à literatura, podemos vislumbrar outras ligações que supostamente comprovam os indícios remotos da actividade jornalística. Por exemplo, jornalismo e História mantêm uma relação muito próxima. Mitchell Stephens (1993, pp. 126-129) aprofunda esse elo e ressalta dois escritores não-ficcionais como contadores de histórias, mas cuja actividade pode não ser considerada jornalística. O primeiro desses escritores é Heródoto<sup>18</sup> que no século V antes de Cristo, socorrendo-se da pena e do papiro, escreveu notícias sobre o presente, embora o objectivo fosse salvaguardar o passado histórico tendo em vista as futuras gerações. O segundo escritor é Tucídides, que se destacou no relato da Guerra do Peloponeso.<sup>19</sup> Este historiador ateniense, convencido da importância que a peleja acarretaria, decidiu eternizar as incidências para que todo o mundo pudesse constatar; no

---

<sup>17</sup> O *lead* é do ponto de vista jornalístico a primeira parte – primeiro parágrafo, geralmente – de uma notícia que dá ao leitor uma visão global do artigo, com o objectivo de cativar o leitor com o seu impacto. O *lead* responde a seis perguntas sacramentais: “Quem?”, “O quê?”, “Quando?”, “Onde?”, “Como?” e “Porquê?”, funcionando como chamariz para o que resta ser noticiado.

<sup>18</sup> Cícero, célebre pensador Romano, refere-se a Heródoto como *apud Herodotum patrem Historiae*; numa tradução livre, pode dizer-se que Marco Túlio Cícero se refere ao grego como *o Pai da História*.

<sup>19</sup> Este conflito opôs Atenas e Esparta; Tucídides, para além de assumir o relato da Guerra do Peloponeso, participou igualmente como combatente.

entanto, Stephens pensa que a intenção de Tucídides não era jornalística, uma vez que não estava a escrever notícias para os seus contemporâneos de forma deliberada.

Aguilera Castillo (1996, p. 18) também chama a atenção para a importância da civilização helénica na Historiografia, ressaltando o pendor noticioso:

“A partir desses antecedentes, e sublinhando as mobilidades das gentes, dos viajantes e dos pensadores que aumentam, não é de estranhar que o génio grego desenvolva aspectos comunicacionais de uma maneira nova e original. Começa assim a obra de historiar, na qual a história é notícia”.

Outra personagem incontornável da Grécia Antiga e que se relaciona de forma directa com o que vem sendo dito é Sócrates; Stephens (1993, p.128) argui que o famigerado filósofo era um eficiente disseminador das notícias, pois era sua preocupação constante o relato e a troca de informações, assim como a posterior discussão. Numa analogia ao conto da Lebre e da Tartaruga, Mitchell Stephens atribui a função do velocípede a Sócrates, dada a sua propensão para espalhar as notícias, e narrá-las ao detalhe.

Uma última figura grega que merece ser destacada pela sua pro-actividade em tempos remotos é Xenofonte. De acordo com César Aguilera Castillo (1996, p. 18), Xenofonte foi como que um correspondente internacional por causa do trabalho que realizou além-fronteiras, designadamente na Pérsia. A tarefa do historiador ateniense foi estudar o *modus vivendi* dos persas, uma população muito apreciada pelas hostes gregas de então. Uma vez mais se constata a proximidade entre o binómio História-jornalismo.

Apesar do pioneirismo grego na difusão de conteúdos pretensamente pré-jornalísticos, os romanos também se notabilizaram neste particular, ainda que países como a China ou Egipto também tivessem fornecido um vasto contributo no que à escrita de folhas manuscritas diz respeito (Tengarrinha, 1989, p. 25). Aliás, Silva Lopes (1980, p. 192) dá-nos conta da existência de um jornal oriundo da China, no ano 247 antes de Cristo, com a denominação *Gazeta da Capital*, mas os dados que o teórico nos empresta são parcos para se averiguar com exactidão se esse periódico de facto existiu ou não. Sousa (2008 a, p. 24), por outro lado, fala de um outro periódico chinês, a *Gazeta de Pequim*, que terá surgido no ano 618 e que sobreviveu até 1911, tendo mudado várias vezes o seu nome. Esta publicação foi difundida,

em primeiro lugar, em lâminas de madeira e, posteriormente, em papel<sup>20</sup>. Em termos de temáticas, estas balizavam entre “notícias oficiais e respostas dadas pelos funcionários do Imperador a questões que lhe eram colocadas”.

Retomando o tópico da civilização romana, podemos asseverar que Júlio César, antigo ditador de Roma, foi o precursor daquilo que hoje conhecemos como jornais; por volta do ano 131 antes de Cristo foram lançadas e publicadas concomitantemente as *Acta Diurna*<sup>21</sup>. Estes documentos, travestidos de jornal, corporizavam um conjunto de notícias concernentes à família imperial, aos magistrados, à alta sociedade que então vigorava, às novidades do mundo político, às festas; no fundo, tudo aquilo que poderia ser do interesse de uma sociedade culta (Martins, 1941, p. 10). O mesmo autor diz desconhecer a forma de partilha das *Acta Diurna*. Silva Lopes (1980, pp. 192-193) afiança que estas publicações eram afixadas nas ruas e igualmente distribuídas nos barbeiros. A tarefa de publicação das *Acta* estava a cargo dos *diurnarii* ou *actuarii* – escravos, funcionários públicos e magistrados – que também tinham por incumbência, para além da afixação, a recolha dos dados e a posterior redacção, podendo, inclusivamente, ser apelidados de “primeiros jornalistas” a habitar a face da Terra. (Sousa, 2008 a, p. 22).



Figura 1 – *Acta Diurna*

A par das *Acta Diurnas*, surgiram sob a égide de Júlio César as *Acta Senatus*, um Boletim Parlamentar publicado à parte em que se “apreendiam os trâmites da feitura das leis que

---

<sup>20</sup> De acordo com Silva Lopes (1980, p. 192), o papel terá sido inventado na China no ano 1050.

<sup>21</sup> As *Acta Diurna* também possuem as seguintes designações: *Actas Públicas*, *Actas Urbanas* ou *Diurnálias* (Sousa *et al.*, 2008, p. 21).

regeriam o Mundo” (Martins, 1941, p.10). Durante vários anos, estas publicações – similares àquilo que hoje denominamos de Diário da República – não foram partilhadas com o público em geral, possuindo, assim, um carácter confidencial; todavia, houve excepções. Pontualmente, algumas *Acta Senatus* eram dadas a conhecer ao povo pelos governantes. A partir do ano 59 antes de Cristo, estes documentos ter-se-ão tornado oficialmente públicos, por demanda de César, ao mesmo tempo que foram sendo integrados nas *Acta Diurna* (Sousa, 2008 a, p.22).

Ao facto de as *Actas* terem sido partilhadas deliberadamente com o povo não é alheio o potencial aproveitamento político que daí adviria:

“A decisão que Júlio César tomou em 59 a. C., de publicar as *Acta Senatus*, teve provavelmente a intenção de enfraquecer o poder dos seus oponentes no senado. (...) As notícias, conforme Júlio César bem sabia, podiam ajudar ou prejudicar facções políticas. E, efectivamente, é nesse sentido que os políticos têm achado o papel das notícias mais persuasivo.” (Stephens, 1993, p. 150).

Esta nova forma de comunicação introduzida por Júlio César foi muito popular entre as gentes romanas, sobretudo para com os eruditos que tinham mais facilidade em aceder aos conteúdos e, por conseguinte, interpretá-los. Mitchel Stephens (1993, p. 139), inclusivamente, narra uma pequena história envolvendo o romano Marco Túlio Cícero, decorria o ano 51 antes de Cristo. Então, o filósofo, escritor e advogado fora indigitado procônsul e enviado para a Sicília – situada na Ásia Menor, hoje sul da Turquia – por algum tempo; durante a sua estadia, Cícero escreveu algumas cartas para Roma. Numa delas pode constatar-se a “fome” pelas novidades: “Estou aqui, num distrito onde as notícias penetram com muita vagarosidade”. Este desabafo explicita de forma inequívoca a preponderância que a arte de noticiar ganhou entre a população romana.

Para finalizar este capítulo, resta-nos sintetizar as características que unem as *Acta* e os jornais coevos. Sousa (2008 a, p. 24) identificou um total de oito similitudes:

- 1) Periodicidade mais ou menos regular, presumivelmente quotidiana em algumas fases;
- 2) Frequência da publicação;
- 3) Conteúdos multifacetados de carácter noticioso (a notícia é o núcleo da informação);

4) Corpo de escribas (os diurnarii ou actuarii, “primeiros jornalistas”) destinado exclusivamente à redacção das Actas (o Código de Teodósio<sup>22</sup> faz-lhes referência e procura regular a sua função, sendo a primeira manifestação de controlo jurídico dos profissionais da informação);

5) Difusão pública de informação;

6) Difusão à distância e, dentro das circunstâncias, “massiva”;

7) Uso de diferentes suportes para a mesma mensagem (jornal de parede e jornal manuscrito, presumivelmente em papiro);

8) Iniciativa editorial do estado e também de particulares (abertura da publicação de actas à iniciativa privada, como se de uma empresa jornalística se tratasse).

### **1.2.2. Idade Média e Renascimento**

Os períodos agora em análise significaram um avanço significativo para aquilo que seria o berço dos primeiros jornais no século XVII.

Primeiramente, destaque-se a importância que os relatos de viagens tiveram neste particular. O seu interesse pela revelação de novos espaços, paisagens, floras, faunas, costumes e religiões, aventuras e peripécias várias, inspirou uma vasta literatura descritiva e narrativa (Saraiva e Lopes, 1982, p. 305). Outro tipo de obras como as crónicas medievais ou as cartas também fizeram com que se acelerasse o processo de nascimento do jornalismo nos séculos seguintes (Sousa, 2008 a, pp. 25-27).

A invenção da tipografia por Gutenberg, ainda no século XV, em 1438, potenciou uma nova era na partilha de documentação. Cádima (1996, p. 66) chega mesmo a apelidar o invento de Gutenberg não como uma evolução, mas como uma revolução ao nível cultural. Por isso, pôde assistir-se no início do século XV a uma rede de circulação de informação, com o aparecimento das notícias impressas. Mas já antes havia o hábito de partilhar informações através de notícias manuscritas (Jeanneney, 2003, p. 19).

---

<sup>22</sup> Sobre o Código de Teodósio (também conhecido como Codex Theodosianus) importa esclarecer que foi um conjunto de leis do Império Romano, coligidas a mando de Teodósio II, elaborado entre 429 a 438.

Em Itália, mas precisamente em Veneza, já havia conhecimento das *fogli d'avvisi* e das *notizie scritte* e já se falava abertamente dos *novellanti* e dos *menanti*; crê-se, igualmente, que terão sido os venezianos a criar o primeiro periódico público, chamado *Gazetta*<sup>23</sup>, designação que terá surgido devido ao nome da moeda por que era vendido nas ruas (conjectura mais aceite pelos teóricos) ou ao nome de um pássaro, no caso a pega, que em italiano se diz *gaza*. Estas publicações avulsas, conhecidas na língua portuguesa como folhas volantes, difundiram-se por Roma e outras cidades italianas, ao Sacro-Império, às França e à Holanda. (Rizzini, 1997, pp. 84-85). Há, inclusive, registo de uma folha volante que se fez circular pelo México no ano de 1541 (Traquina, 2004 a, p. 97).

Os governantes europeus não negligenciavam esta onda de informação e souberam dar-lhe uso. Stephens (1993, p. 162) conta um episódio passado em 1497, em que um observador londrino comentou com o rei Henrique VII que estava “absolutamente familiarizado com os negócios de Itália”. Esta situação configura a possibilidade de na Europa renascentista se orientar um público limitado, mas importante, em direcção ao monarca, como havia sido feito em Roma e na China (Stephens, 1993, p. 164).

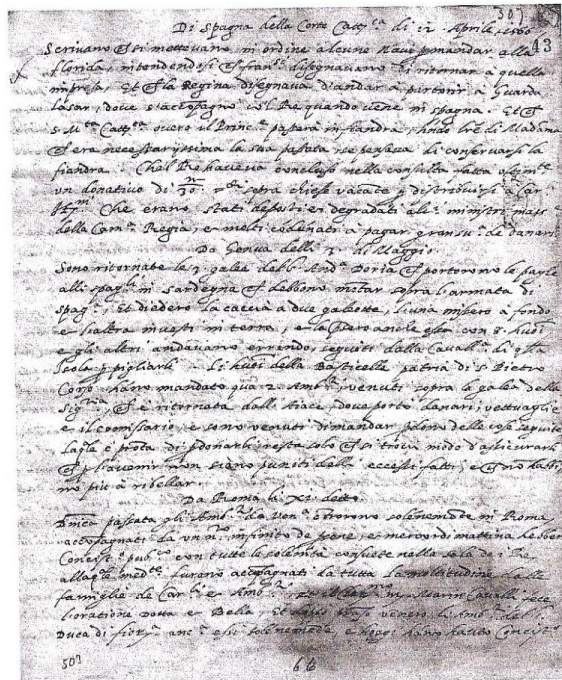


Figura 2 – Notícia manuscrita publicada em Veneza

<sup>23</sup> Estas publicações eram conhecidas em Portugal como *relações*, em França como *occasionnels* e na Alemanha como *zeitungen*.

Quais eram, então, as temáticas consignadas neste tipo de publicações? Os temas mais badalados eram aqueles que hoje em dia apelidamos de *fait-divers*: as *fofocas* eram já uma temática bastante estimulada, sobretudo nos casamentos reais. Depois, os crimes eram um tema famigerado, importante para entreter os leitores, mas também para reforçar as linhas de conduta que uma sociedade devia exalar. O exagero no relato foi também uma característica nas publicações avulsas dos séculos XVI e XVII – este sensacionalismo, não raras vezes, apregoava de forma explícita uma lição de moral. Os fenómenos sobrenaturais foram similarmemente um tópico popular, desde o nascimento de uma criança que parecia um monstro, passando pelo avistamento de animais com características físicas fantásticas, até relatos de bruxedos e feitiçarias (Stephens, 2007, pp. 90-109).

Estas eram as temáticas mais em voga pela simples razão de que o grande público gostava delas. Estes factos extraordinários apaixonavam uma quota-parte dos leitores porque eram capazes de interromper a monotonia da vida quotidiana e proporcionar momentos inusitados com a leitura de assuntos que versavam erupções vulcânicas, tremores de terra, crimes misteriosos ou feitos milagrosos (Weill, 2007, p. 24).



Figura 3 – Exemplo do sensacionalismo no século XVI

## 2. Contexto Jornalístico Ocidental no Século XVII

### 2.1. A constituição dos primeiros jornais

Até ao aparecimento dos primeiros jornais com periodicidade definida, houve uma série de contingências que contribuíram para esse efeito: i) a ansiedade dos leitores perante os acontecimentos que marcavam a actualidade; ii) a criação e estabilização de grandes Estados; iii) a descoberta da tipografia; iv) o aparecimento das *nouvelles* manuscritas; v) a impressão das folhas volantes e consequente propagação; vi) as primeiras impressões com carácter periódico e vii) a sobrevivência destas formas ancestrais de jornalismo (Albert e Terrou, 1970, pp. 8-11).

Pelo mesmo diapasão afina Marques de Melo (2003, p. 19), que argumenta que o surgimento do jornalismo é o resultado de exigências sócio-culturais que se manifestaram na engrenagem burocrática, nas operações mercantis e financeiras que movimentavam as cidades, na veiculação mais lesta de ideias e invenções que tornaram a reprodução do conhecimento num factor político considerável.

O primeiro produto noticioso estabilizado terá sido, segundo Braojos Garrido (1999, p. 24), o *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, no ano de 1605, em Anvérs, isto se se excluir a *La Gazette Français* de 1604, publicada por Marcellin Allard e Pierre Chevalier, que no entender de Sousa *et al.* (2009, p. 47) foi a pioneira das gazetas europeias e um modelo para os jornais que se sucederam.

Contudo, outras publicações reclamaram o estatuto de primeiro jornal com periodicidade definida. Bessa (1904, p. 47) cita um investigador inglês que terá defendido que a primeira publicação foi escocesa, a *Edimburg Gazette*, lançada em 1600, mas não há qualquer dado que o comprove.

O fluxo de publicações periódicas foi-se avolumando e muitas cidades europeias acolheram as gazetas e difundiam-nas, regra geral, semanalmente. De acordo com Braojos Garrido (1999, p. 24), foram estas as cidades que abraçaram o jornalismo: Basileia (1610), Viena (1615), Frankfurt (1617 e 1621), Hamburgo (1618), Estugarda (1619), Parma (1619), Colónia (1620), Berlim (1621), Zurique, 1623), Munique (1627 e 1629), Paris (1931), Leipzig (1632), Copenhaga (1634), Florença (1636), Génova (1639), Roma (1640), Lisboa (1641),

Bolonha (1642), Milão (1642), Turim (1645), Estocolmo (1645), Modena (1648), Madrid (1661), Sevilha (1661), Oxford (1665), Londres (1666) e Nápoles (1681).

A primeira gazeta a introduzir notícias do que se havia passado no dia anterior terá sido o *German Frankfurter*, de 1615. No entanto, há muitas dúvidas a subsistir no que ao primeiro diário diz respeito, pois publicações como os *Avisos* de Praga, em 1609, o *Courante uyt Italien, Duytsland* de Amesterdão, em 1618, o *Einkommende Zeitung* de Leipzig, em 1635, o *Neueinlauffende Nachricht von Kriegs-und Welt-Händeln* de Leipzig, em 1660, o *Leipziger Post-Und Ordinari Zeitung*, também de Leipzig, em 1662 ou o *Daily Courant* inglês, de 1702, concorrem para esse epíteto (Sousa *et al.*, 2009, p. 48). Clemente Cimorra (1946, p. 19) adianta que o primeiro periódico diário terá sido o *Reichszeitungen*, publicado em Viena pelo ano de 1620, ou a *La Gazette* de Théophraste Renaudot.

Durante o século XVII, instalaram-se igualmente publicações especializadas em determinadas áreas. Por exemplo, durante o ano de 1665 é fundado o *Journal des savants*, um hebdomadário eminentemente bibliográfico, que ambicionava divulgar os livros mais importantes da época, fossem os de índole científica ou literária. Mais tarde, esta publicação seria traduzida para Itália e Alemanha e, já em 1666, é criado o *Philosophical Transactions*, difundido pela Sociedade Real de Londres, que tem os mesmos objectivos do *Journal des savants* (Jeanneney, 2003, p. 22).

As gazetas que floresceram possuíam uma série de particularidades. Sousa *et al.* (2009, pp. 49-51) indicam uma dúzia de características distintivas das gazetas: i) tinham a periodicidade definida, semanal, quinzenal ou mensalmente, embora algumas publicações não respeitassem essa estabilidade; ii) havia uma continuidade e encadeamento nas publicações; iii) a missão das gazetas era sobremaneira noticiosa; iv) possuíam páginas em menor número, quando comparadas com os livros noticiosos; v) as notícias eram escritas com simplicidade, clareza e concisão; vi) o conteúdo edificava-se num rol diferenciado de notícias, mencionando as fontes, as datas e a proveniência geográfica; vii) referência de título na primeira página, com data e local de impressão; viii) diversidade temática nas notícias, que tratavam desde política, guerras, comércio, descobertas ou insólitos; ix) atenção à informação do estrangeiro, com múltiplas alusões a notícias de diferentes proveniências; x) difusão de notícias do dia anterior; xi) existência de pessoas responsáveis pela redacção, paginação e impressão dos jornais e xii) inclusão de anúncios pagos que, por consequência, tornavam as gazetas mais baratas.

Em traços gerais, podem estabelecer-se algumas características análogas entre o jornalismo das publicações do século XVII e o jornalismo que é praticado hodiernamente. Em primeiro lugar, ambos os períodos publicam informações e opiniões. Depois, partilham a qualidade de ter recursos vistosos para chamar a atenção do público. Afectam a vida pública e intrometem-se dos interesses instalados e aproveitam-se dele. Outra característica em comum é o facto de se arvorarem em produtos tecnológicos viáveis. Além disto, são publicações que se vendem regularmente a compradores e patrocinadores e que têm a capacidade de promover ideias, pessoas, serviços e bens (Álvarez, 2004, p. 27).

Para Fontcuberta *et al.* (1986, p. 38) a imprensa produziu a importante inovação do conceito de autor, até porque o século XVII se caracterizou pela difusão cultural, já que assistiu a um movimento de escritores a tornarem-se jornalistas – casos de Addison, Steele, Samuel Johnson e Daniel Defoe.

## **2.2. O poder do jornalismo e a censura**

Paulatinamente, a actividade jornalística foi ganhando o seu espaço e conquistando cada vez mais adeptos. Por isso mesmo, não é de estranhar que as monarquias absolutistas tenham olhado para os jornais como mecanismos de instrumentalização que servissem os seus desideratos. Vários exemplos podem ser desde logo citados: a *Gazette de France*, que teve Luís XIII e o cardeal Richelieu como colaboradores, a *Gazeta* da “Restauração” em Portugal, em que se diz que D. João teria participado em alguns números, ou a *Gaceta de Madrid*, que foi fundada pela própria Casa Real (Cádima, 1996, pp. 72-73).

Desta forma, a liberdade jornalística corria o risco de não se afirmar, embora houvesse a tentativa de não deixar que este estado de coisas se propagasse:

“A afirmação de nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade, e, subsequentemente, a conquista de uma nova forma de governação: a democracia. O poder absoluto é posto em causa, e existe a procura de caminhos alternativos, perante dúvidas sobre os benefícios e os custos de um sistema de poder que tem como base a «opinião pública», termo utilizado pela primeira vez em 1744, embora sem um sentido político.” (Traquina, 2002, p. 28).

No que ao jornalismo concerne, a afirmação do Absolutismo pressupunha uma estratégia bidireccional. Por um lado, havia a necessidade de adoptar uma orientação defensiva, que

passava por proteger afincadamente aquilo que se entendia como verdades únicas e neutralizar, através de censuras prévias, proibições, medidas de repressão e regime obrigatório de licenciamento, rebeldias, contestações e heterodoxias. Por outro lado, impunha-se uma orientação ofensiva, que se traduzia na interferência dos próprios Estados na comunicação jornalística: tomavam a iniciativa de escolher quem escrevia nos jornais e faziam do privilégio de impressão uma ferramenta monopolizada como plataforma de propaganda monárquica (Braojos Garrido, 1999, p. 25).

A repressão sobre quem difundia conteúdos de forma clandestina também foi induzida pelo poder papal, que procurava silenciar os informadores mais incomodativos. Não raras vezes, os produtores de conteúdos indesejáveis eram alvo de sanções macabras. Pio V e Gregório XIII não se desleixaram nesta matéria e há conhecimento de que Sisto V ordenou a prisão de Annibale Capello, chefe de um grupo de *menanti*, e, mais tarde, ordenou que se lhe cortasse uma das mãos e se lhe arrancasse a língua e, para completar o castigo, foi pendurado com um letreiro que o declarava falsário e caluniador (Weill, 2007, pp. 22-23).

De facto, este clima de intimidação foi decisivo para a ausência de periodicidade das publicações que circulavam na Europa antes do século XVII e para, porventura, a fundação de novos jornais. A censura prévia, compartilhada pelos governos e pela Igreja, era um aparelho eficaz contra acções potencialmente nocivas, o que redundou num progresso lento e desconfiado do jornalismo (Marques de Melo, 2003, p. 21).

O rumo da actividade jornalística conheceu momentos sinuosos, mas nem por isso deixou de ser um factor de modernidade das sociedades que a acolheram e disseminaram:

“No decurso do século XVII, a Reforma Intelectual pôs na ordem do dia o programa de uma ciência útil e ligada aos factos de onde emerge a representação de um mundo em movimento, susceptível de ser modificado.

O aparecimento da comunicação como projecto e aplicação da razão inscreve-se na linha directa deste ideal da perfectibilidade das sociedades humanas.” (Mattelart, 1994, p. 14).

A par desta importância no próprio século XVII, pode afirmar-se que o jornalismo transportou para o futuro, nomeadamente o século XIX, algumas das especificidades que caracterizaram a “época de ouro” do jornalismo: a evolução do sistema económico, o avanço

das tecnologias, factores sociais e evolução do sistema político no reconhecimento da liberdade como ponte para a democracia (Traquina, 2004 a, p. 35).

### 3. Contexto Jornalístico Português até ao século XVII

A Europa foi pioneira na difusão de conteúdos autenticamente jornalísticos. Aproveitando a onda, Portugal também participou de forma mais ou menos activa na proliferação do jornalismo periódico do século XVII.

Nos pontos que se seguem, far-se-á um retrato daquilo que foi a produção jornalística portuguesa desde a sua primeira publicação manuscrita até finais do século XVII, com a ênfase a ser dada nos meados deste século.

#### 3.1. Registos pré-jornalísticos significativos

Portugal, tal como os seus vizinhos europeus, reproduziu alguns registos antecedentes ao jornalismo do século XVII, que viria a destacar-se pela aquisição de um cariz periódico. Tengarrinha (1989, p. 29) identifica a *Relação da Nau Conceição Chamada Algaravia a Nova de Que Era Capitão Francisco Nobre a Qual Se Perdeu nos Baixos de Pero dos Banhos em 22 de Agosto de 1555*, difundida em 1556 na oficina de António Álvares, como sendo a primeira publicação impressa em terras portuguesas, nomeadamente em Lisboa. Um ano após este lançamento, surgiu a *Relação Verdadeira dos Trabalhos Que o Governador D. Fernando de Souto e Certos Fidalgos Portugueses Passaram no Descobrimento da Província da Frolida. Agora novamente Feita por Um Fidalgo de Elvas*, desta feita com origem em Évora (Tengarrinha, 1989, p. 29).

Curiosamente, a primeira folha noticiosa manuscrita portuguesa de que se tem conhecimento aparece somente em 1588, após a difusão das folhas impressas. O seu título era *Notícias da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre de Santa Catarina*, datava de 19 de Outubro de 1588 e disponibilizava, em cerca de duas páginas, informações sobre a destruição da *Armada Invencível* (Pena Rodriguez, 1996, p. 351).

Até ao dealbar do jornalismo português, situado em 1641, Tengarrinha (1989, p. 29) avalia que foram publicadas 32 *relações*. O temário que das mesmas foi pouco disperso: 14 (43,7%) abordaram a expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso; 6 (18,8%) tocou com assuntos religiosos; outras 6 (18,8) cingiram-se a notícias da Corte; 3 (9,4%) versaram sobre acontecimentos gerais do país e do estrangeiro; 2 (6,2%) trataram de batalhas e, finalmente, há o registo de uma (3,1%) que descreve a cidade de Lisboa.

O fenómeno da publicação das *relações* estava em crescendo e registou uma intensificação considerável na primeira metade do século XVII. Uma certa parte destas publicações estavam imbuídas de um espírito contestatário sobre o domínio castelhano em Portugal. Por isso mesmo, decorria o ano de 1627, Filipe III incute um sistema censório, que na prática se traduziu na primeira lei de imprensa portuguesa (Pena Rodriguez, 1996, p. 351).

Todavia, as relações não foram o único registo significativo antecedente à actividade jornalística em Portugal. Para além delas, é necessário mencionar os *almanaques*, os *reportórios*, os *calendários* e os *prognósticos*, que de alguma forma serviram de base até ao surgimento do primeiro periódico. O primeiro *almanaque* de que há memória pertence a Abraão Zacuto. A obra tinha a denominação de *Almanach Perpetuum*, foi escrita em hebraico e, mais tarde, traduzida e editada para latim por José Vizinho, discípulo de Zacuto, em Leiria, no ano de 1496, na tipografia de uma família hebraica dos Ortas; sobre os *reportórios*, pensa-se que o pioneirismo pertenceu a Beltrão da Rocha, em 1519, quando imprimiu em Braga o primeiro número deste tipo de publicação. Mais tarde, Germão de Galharde publicou em Lisboa três *reportórios* (se bem que a autoria dos dois últimos possa pertencer a Valentim Fernandes), enquanto João de Barreira, com dois números, e o seu filho António de Barreira, com um, também exploraram esta vertente em Coimbra; no tocante aos *calendários*, conhecidos como *Calendário Romano e Calendário Perpétuo*, há conhecimento de um, presumivelmente o primeiro, em 1573, em Lisboa. Depois, há registo de dois em Coimbra (1581 e 1583) e um último novamente em Lisboa, no ano de 1588; por último, convém dar-se conta dos *prognósticos*, cujos registos são escassos: sabe-se apenas da existência de duas publicações deste género, ambas redigidas por Paulo da Mota – a primeira foi impressa por Pedro Craesbeeck em 1608, ao passo que a segunda foi impressa em 1609 por Vicente Álvares (Tengarrinha, 1989, pp. 31-32).

### **3.2. O pioneirismo de Manuel Severim de Faria**

Não é apenas na génese do jornalismo a nível mundial que escasseiam consensos. A realidade jornalística portuguesa também vem alimentado divergências ao longo dos tempos sobre a génese do jornalismo português. A fonte da discórdia é Manuel Severim de Faria, tido por uns como o primeiro jornalista português, embora esta classificação não mereça unanimidade por parte dos estudiosos.

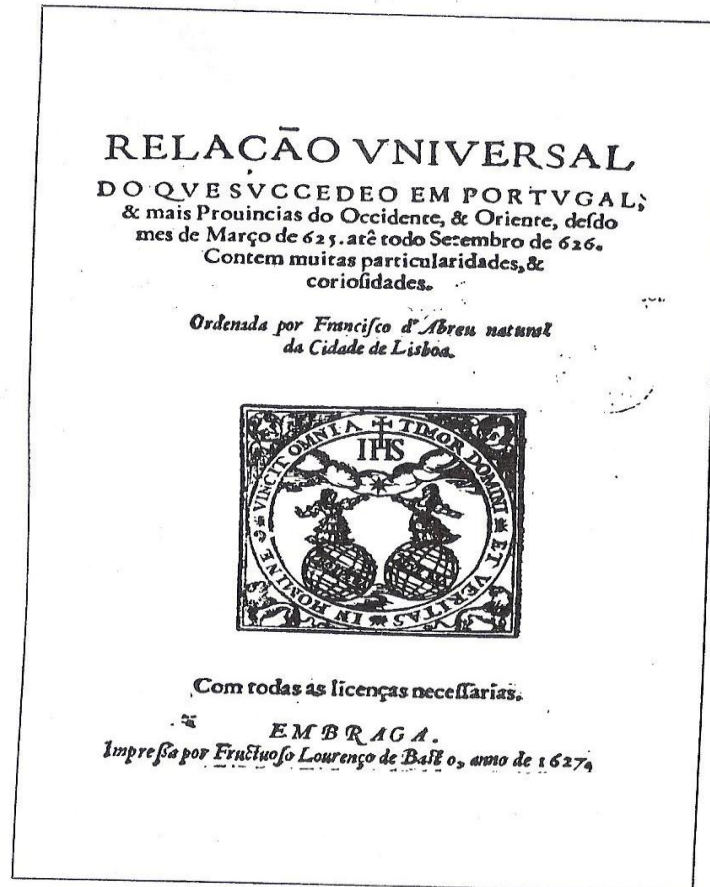


Figura 3 – Frontispício de uma das publicações de Manuel Severim de Faria

Ora, Severim de Faria, sob o pseudónimo Francisco de Abreu (Alves das Neves, 1989 p. 23), foi o autor de um ensaio noticioso publicado em 1626, 1627<sup>24</sup> e 1628, sob a forma de carta, dirigido a desconhecidos (Martins, 1941, p. 13). O primeiro número desse ensaio tinha o seguinte título: *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente e Oriente desde o mês de Março de 1625 até todo o Setembro de 1626*, enquanto o segundo possuiu um título igualmente denso: *Relação do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente desde Março de 1626 a Agosto de 1627*.

Estas relações faziam parte de uma obra com mais envergadura, intitulada *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz*

---

<sup>24</sup> A impressão de 1627, feita em Braga, foi uma reedição do primeiro número de 1626, com algumas dissemelhanças, provavelmente impostas pelo compositor que preparou a impressão tipográfica ou que se deveram a uma eventual revisão do texto pelo próprio autor (Sousa *et al.*, 2006, p. 48).

*Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações*, também da autoria de Manuel Severim de Faria, mas somente as *relações* acima discriminadas deram azo a impressão (Sousa *et al.*, 2006, p. 48).

Embora os conteúdos das *relações* de Manuel Severim de Faria fossem noticiosos, de acordo com Tengarrinha (1989, p. 35) estas publicações careciam de duas premissas fundamentais para serem consideradas o berço do periodismo português – a periodicidade e a continuidade, pois foram impressas quase como anuários. Esta tese é acompanhada por outros autores, como Cunha (1941, pp. 42-45), Alves das Neves (1989, p. 23) ou Bessa (1904, p. 144). Por seu turno, Sousa *et al.* (2009, p. 42) defendem que se todas as *relações* da *História Portuguesa e de Outras Províncias do Ocidente, Desde o Ano de 1610 Até o de 1640 da Feliz Aclamação d'El Rei D. João o IV Escrita em Trinta e Uma Relações* tivessem sido alvo de impressão, estaríamos, então, perante o primeiro jornal português; nesta medida, não se pode considerá-las como um periódico, embora conservem algumas características que os jornais seiscentistas portugueses haveriam de emanar; Rodrigues (1998, pp. 88-89) refere que as *relações* possuem um carácter de periodicidade claramente anual.

Numa obra totalmente dedicada a Severim de Faria, Sousa *et al.* (2006, pp. 111-113) fornecem uma série de razões que justificam o facto de as *relações* poderem ser consideradas publicações de cariz jornalístico, jornais, portanto:

1) O jornalismo é um fenómeno complexo para que a periodicidade por si só seja razão suficiente para catalogar uma obra como jornalística. Além disso, nos dias que correm são publicados registos semelhantes, como os livros-reportagens, e não são considerados menos jornalísticos;

2) Apesar de estarem escritas sob a forma de cartas pessoais, as *relações* congregam a principal marca da actividade jornalística: a transmissão de notícias;

3) As *relações*, não obstante as suas insuficiências em termos de actualidade, eram, hipoteticamente, novidades para quem as recebia, pois não tinha acesso a outras fontes de informação;

4) Ainda que tivessem uma ambição historiográfica, isso não significa que se descurasse a ambição jornalística, bem pelo contrário, pois os registos históricos dignificam o seu património;

5) As *relações* revêem-se em algumas publicações contemporâneas: descrevem acontecimentos reais, exploram causas e consequências dos acontecimentos, ajuízam e opinam.

6) Os conteúdos obedeceram a critérios de valor noticioso que nos tempos coevos ainda regulam o processo jornalístico: a actualidade, a possibilidade de personalização, a dramatização das histórias, tragédias, conflitos, óbitos, etc.

7) Manuel Severim de Faria teve a preocupação de introduzir nos seus escritos qualidades como a intenção de falar verdade, o rigor, as citações, em suma, reger-se aos factos.

Em termos biográficos, Severim de Faria foi também cónego e chantre de Évora. As suas obras foram determinantes para o nascimento da Academia Real de História de 1720 e da das Ciências de 1779. Coligiu as *Notícias de Portugal*, de 1655, que materializam estudos de numismática portuguesa, de genealogia nobiliária, de história das universidades peninsulares, de história da organização militar portuguesa e um memorial dos cardeais portugueses. Demais a mais, foi ainda o autor dos *Discursos Vários Políticos*, de 1624, que analisam as vestes eclesiásticas em Portugal e biografias de João de Barros, Luís Vaz de Camões e Diogo do Couto (Saraiva e Lopes, 1982, p. 573). Martins (1941, pp. 13-14) acrescenta ainda que Severim de Faria era doutorado em Teologia pela Universidade de Évora e que é o autor de *Vida do patriarca S. Bruno, fundador da religião da Cartuxa*, um livro que escreveu enquanto se recolheu a um convento, depois da recusa que deu a Filipe II, que o convidou para ser agente em Roma.

Independentemente dos juízos que se possam fazer sobre o autor, se foi ou não o primeiro jornalista português, ou se produziu ou não a primeira obra jornalística portuguesa, é inquestionável a importância do legado que compartilhou com a comunidade através das suas obras, especialmente as suas *relações*, cujo conteúdo e forma revelaram-se determinantes para o avanço intelectual e jornalístico que se abateu sobre a Europa do século XVII.

### 3.3. Os Jornais Portugueses do século XVII

A irregularidade, a falta de veracidade e qualidade gerais e a incerteza das publicações manuscritas ou impressas fizeram com que os leitores assíduos<sup>25</sup> exigissem outro tipo de conteúdos. O interesse em acompanhar de mais perto as incidências da Guerra da Restauração e os acontecimentos que se iam desenrolando pelo reino produziu novas necessidades num público sedento de informação actualidade. Ora, a resposta a essas necessidades foi o surgimento de registos jornalísticos com uma periodicidade constante, materializada em *Gazetas* e *Mercúrios* (Dias, 2010, pp. XXXIII-XXXIV).

Por isso, a produção jornalística com periodicidade sustentada em Portugal, no que toca ao século XVII, conheceu duas grandes publicações: A *Gazeta* “da Restauração” – numa alusão ao movimento da restauração da independência portuguesa perpetrado sobre o domínio castelhano – e outra, em análise nesta dissertação, denominada *Mercúrio Português*, que foi o único periódico relevante após a extinção da *Gazeta* da “Restauração”.

#### 3.3.1. A *Gazeta* da “Restauração”

O surgimento desta publicação trouxe consigo características que, no entender de Tengarrinha (1989, p. 35) não estiveram ao alcance das *Relações* de Manuel Severim de Faria: a objectividade, a continuidade aliadas a um objectivo eminentemente informativo. Ora, a *Gazeta* da “Restauração” veio como que revigorar a actividade jornalística. O seu primeiro número, extenso, como era apanágio naquela época, intitulava-se *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, foi impresso na oficina Lourenço de Anvers e o privilégio real concedido a Manuel de Galhegos, por Alvará de 14 de Novembro de 1641 e saiu a público em meados e Dezembro de 1641 (Dias, 2010, p. XXXIV).

---

<sup>25</sup> A leitura deste tipo de publicações estava apenas ao alcance de um número restrito de pessoas: “(...) os políticos, os diplomatas, os militares, os letrados e os comerciantes, sobretudo os que já haviam sulcado as estradas do velho continente, tomavam consciência dos sucessos alheios, o que lhes permitia encurtar a distância geográfica e estabelecer novos elos com os seus confrades de outros países. O nascimento da imprensa periódica tornou-se assim um meio transmissor de notícias históricas, graças aos primeiros jornais que surgiram em Portugal.” (Serrão, 1962 p. 170). Além disso, consta-se que a taxa de analfabetismo em Portugal rondava os 90% e que o preço (6, 8 ou 10 réis) era pouco convidativo para adquirir (Dias, 2010, p. XXXV).



**B**ELE I O V a armada de Olanda com hũa esquadra da armada Real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Dique rque; duron a pendencia mais de vinte, & quatro oras; foise a pique hum galeão dos Castelhãos, & ficaraõ alguns destrocados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde está aguardando aque el Rey nosso Senhor the de focorro para fair otra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.

O Conde da Castanheira, que estava preso numa torre de Senual pedio a el Rey nosso Senhor que lhe tirasse a prisão por quão estava indisposto; & el Rey nosso Senhor vñdo de sua natural benignidade o mandou trazer para o Castello de Lisboa.

Num lugar da Beira se afitna que ouue hum homẽ, que ouuindo dizer nũa cõterfação de amigos que na felice aclamação del Rey nosso Senhor fizera o crucifixo da Sã o milagre, que a todos he notorio, disse que podia a caso a imagem do Senhor despregar o braço; & assim como acabou de dizer estas palavras cahio hũa parede junto da qual estavam todos os da cõterfação, & sã a elle matou.

Estando o galeão Santa Margarida para dar à vela disse o Piloto que não se atreuia a sair sem lhe dar mais gente do mar, inquietarão os soldados, & foy necessario acudir o General Antonio Telles de Menezes, & alguns Senhores q̃ o acompaharam na jornada de Cadis; & despois de tudo quieto prenderão tres soldados, que foram os cabeças, & a todos tres os enforcarão.

A Luis

Figura 4 – Frontispício e página com notícias da *Gazeta* da “Restauração”

A *Gazeta* foi antes de mais um instrumento de incentivo para as gentes portuguesas – inclusivamente os militares – que se viam perante uma guerra ibérica:

“Era preciso animar o povo depois daquela ousada tentativa; convinha narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las, e porventura o governo não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das *Gazetas*, invento que como vimos era já conhecido em outros países da Europa” (Herculano *cit. in* Cunha, 1941, p. 39).

O jornalismo era visto como uma arma de arremesso ao serviço dos poderes instalados. Atendendo a esse facto, a *Gazeta* da “Restauração” estava submetida à censura prévia: num primeiro momento devido às *Ordenações Filipinas*, um código legislativo introduzido por Filipe II (Tengarrinha, 1689, p. 39), e posteriormente confirmadas por D. João IV na lei de 29 de Janeiro de 1643 (Pena Rodriguez, 1996, p. 352).

Com efeito, a 19 de Agosto<sup>26</sup> de 1642, poucos meses após ter principiado, a *Gazeta* via a sua publicação ser proibida “ (...) em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas” (Tengarrinha, 1689, p. 39). No entanto, outra razão poderá ter estado na origem

<sup>26</sup> Martins (1941, p. 21) refere que a decisão de cessação do periódico se deu no dia 14 de Agosto.

deste veto, tal como descreve Martins (1941, p. 21), que aventa a possibilidade de os inimigos castelhanos irem buscar informações preciosas à *Gazeta* e, desta forma, ganhar uma vantagem suplementar sobre o exército português.

Após alguns meses de interregno, a *Gazeta* retomou o seu curso em Outubro e deixou de publicar, talvez pela razão que Martins (1941, p. 21) adiantou, notícias internas, baseando os seus conteúdos em “novas fora do reino” até ao ano de 1648, altura em que cessou definitivamente (Tengarrinha, 1989, p. 39).

Olhando para um dos estudos que têm como objecto a *Gazeta* da “Restauração” (Sousa *et al.*, 2009, p. 325), pode apurar-se que as temáticas que em ambos os períodos mais se evidenciaram foram a vida militar e conflitos bélicos (46% de matérias e 51% das linhas), vida social e religiosa (21% das matérias e 19% das linhas), vida política e administrativa (12% das matérias e 10% das linhas) e vida diplomática (8% de matérias e 7% de linhas). Olhando para estes dados, facilmente se conclui que as batalhas afectas à Guerra da Restauração foram o âmago das notícias deste jornal, abarcando praticamente metade dos assuntos. Num segundo patamar, fruto do catolicismo empedernido do século XVII, verifica-se que a vida social e religiosa é também alvo de bastantes referências noticiosas. Depois, a vida política e diplomática partilham um terceiro nível de importância na escala de matérias deste longínquo periódico.

Em termos de redactores da *Gazeta*, Sousa *et al.* (2009, pp. 404-408) identificam três nomes que presumivelmente terão dado corpo às notícias: Manuel de Galhegos, Frei Francisco Brandão e João Franco Barreto. Os mesmos autores, (Sousa *et al.*, 2009, p. 409), apresentam igualmente as personalidades que terão tido a responsabilidade por imprimir a publicação: foram eles Lourenço de Anvers, Domingos Lopez Rosa e António Alvarez.

### **3.3.2. O *Mercúrio Português***

O *Mercúrio Português*, tido como o segundo periódico a aparecer no país, depois da *Gazeta* da “Restauração”. Foi publicada desde Janeiro de 1663 até Julho de 1667 e foi uma das publicações jornalísticas com mais substância no Portugal do século XVII.

O termo *mercúrio* advém do mensageiro dos deuses, razão pela qual um pouco por toda a Europa – Holanda, Alemanha e França – tornou-se um nome algo comum (Tengarrinha, 1989, p. 41).

A publicação do *Mercúrio* pode dividir-se em dois períodos: a primeira época do jornal, que compreende Janeiro de 1663 até Dezembro de 1666, cujos escritos foram da responsabilidade de António de Sousa de Macedo, enquanto a segunda época, que envolve todos os meses do ano de 1667, não tem ainda atribuído um autor.

António de Sousa de Macedo é considerado por alguns teóricos como o primeiro jornalista português (Pena Rodriguez, 1996, p. 352), um epíteto que não gera consenso. Tengarrinha (1989, p. 41) argui que Sousa de Macedo não foi, cronologicamente, o primeiro jornalista em Portugal, mas foi quem "(...) pela versatilidade da sua cultura e pelo seu estilo directo e conciso, apresentou uma verdadeira constituição de jornalista, ainda não visível em Manuel de Galhegos."

Para além da função de jornalista, Sousa de Macedo também se notabilizou noutras áreas das Letras. Coursou Leis na Universidade de Coimbra e evidenciou-se desde logo como embaixador plenipotenciário de D. João IV em Londres (Dias, 2010, pp. XLV-XLVI). Teve, igualmente uma passagem pela Holanda, onde pôde tomar conhecimento das publicações jornalísticas europeias que se iam proliferando, o que contribuiu decisivamente para a sua preparação para a tarefa de principiar a era dos *Mercúrios* em Portugal. Saraiva e Lopes (1982, p. 572) dão conta de algumas obras que Sousa de Macedo publicou, com realce para o poema *Ulissipo*, para obras doutrinárias como *Harmonia Política* (1651), dedicada a D. João IV, *Eva e Ave* (1676), de inspiração cabalística, e, ainda sob a égide filipina, fez publicar em 1631 *Flores de Espanha, Excelências de Portugal*, uma enciclopédia rica em glórias portuguesas. Foi igualmente jurista e diplomata e atribuiu-se-lhe a autoria da *Arte de Furtar*, uma das obras maiores no século XVII (Coelho, 1984, p. 69). Ainda na componente política, foi nomeado Secretário de Estado por D. Afonso VI para o governo liderado pelo 3.º conde de Castelo Melhor, em 1622, e, um ano mais tarde, seria nomeado o redactor do *Mercúrio Português* (Dias, 2010, p. XLVI).

Tendo em conta que este jornal é o objecto de estudo desta dissertação, é de todo o interesse apresentar algumas informações genéricas sobre o seu progresso ao longo dos anos. Tais informações estão patenteadas no Quadro 1, inspirado num outro quadro de uma obra (Sousa *et al.*, 2009, pp. 59-64) que estudou o conteúdo da *Gazeta* da "Restauração", servindo de base a uma apresentação.

**Quadro 1 – Mercúrios publicados, impressores e taxas**

<b>Mês e ano de publicação</b>	<b>Correu em</b>	<b>Título e eventual “manchete”</b>	<b>Impressor</b>	<b>Taxa (em réis)</b>	<b>Nº de páginas</b>
Janeiro de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Janeiro de 1663</i>	Henrique Valente de Oliveira	10	8
Fevereiro de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – Novas do mês de Fevereiro de 1663</i>	Henrique Valente de Oliveira	5	8
Março de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Março de 1663</i>	Omisso	5	6
Abril de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Abril de 1663</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Maio de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio de 1663 – Satisfazendo Mercúrio Português à sua natureza, e à sua promessa de falar verdade, ainda que fosse com sucessos contrários, refere os do Mês de Maio na forma seguinte</i>	Omisso	Omisso	6
Junho de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1663 – em que se alcançou a vitória da Batalha que se deu no Canal, e em que foi restaurada a cidade de Évora pelos portugueses</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	16
Julho de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1663 – E o glorioso sucesso na Praça de Almeida</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Agosto de 1663	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto de 1663</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Setembro de 1663	20 de Outubro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro de 1663</i>	Omisso	5	8
Outubro de 1663	14 de Novembro de 1663	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro de 1663 – Relação da guerra que o Conde de São João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez</i>	Omisso	Omisso	20

		<p><i>por aquela província em Galiza, até Castela a Velha, entrando, saqueando, e destruindo por muitos dias, e muitas léguas de terra, mais de cento e setenta vilas, e lugares do inimigo, sem lho impedir o exército d'El-Rei de Castela, e socorro com que o mesmo Conde passou logo ao Minho.</i></p> <p><i>E de como o conde do Prado Governador das Armas de Entre o Douro e Minho passou o Rio Minho, pelejou com o inimigo, ganhou à escala o forte de Gaião, destruiu, assombrou e sujeitou à obediência d'El-Rei Nosso Senhor muitas terras de Galiza.</i></p> <p><i>Correrias que se fizeram pelas outras província e saída que S. Majestade fez ao Campo da Junqueira com a gente da guerra desta Cidade.</i></p>			
Novembro de 1663	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro de 1663.</i></p> <p><i>E Relação de como valerosamente se tomou a Praça de Lindoso</i></p>	Omisso	Omisso	16
Dezembro de 1663	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro de 1663</i></p>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12
Janeiro de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1664.</i></p> <p><i>Entrada de S. Majestade em Santarém, e sucessos na guerra muito notáveis</i></p>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	24
Fevereiro de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1664</i></p>	Omisso	Omisso	8
Março de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1664</i></p>	Omisso	Omisso	6
Abril de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1664</i></p>	Omisso	Omisso	8
Maior de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1664</i></p>	Omisso	Omisso	8
Junho de 1664	Omisso	<p><i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1664 – Em que se refere a tomada da Praça de Valença pelo Exército de S. Majestade, de que é Capitão General o</i></p>	Omisso	Omisso	30

		<i>Marquês de Marialva Conde de Cantanhede; e o mais que neste mês obrou o exército de Alentejo</i>			
1.º Número extraordinário (Julho de 1664)	7 de Julho de 1664	<i>Mercúrio Extraordinário. Com a cópia da carta de Pedro Jacques de Magalhães Governador das Armas da Província da Beira no Partido de Almeida em que se deu conta a S. Majestade que Deus guarde, da milagrosa vitória que alcançou do Inimigo, sobre a Praça de Castelo Rodrigo, em 7 do presente mês de Julho de 1664. O Mercúrio ordinário referirá no fim deste mês as mais particularidades, de que ainda não chegou notícia</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	8
Julho de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, Com as novas do mês de Julho Ano 1664</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	24
Agosto de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto Do Ano de 1664</i>	Omisso	Omisso	20
Setembro de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, com a recuperação da Praça de Arronches. E os mais sucessos deste Mês de Setembro Do Ano de 1664</i>	Omisso	Omisso	16
Outubro de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, do mês de Outubro Do Ano de 1664. De como o inimigo voou a sua Praça de Erecera em Estremadura. E entrada e deslocação da Vila de Freixinela<sup>27</sup>, por Pedro Jacques de Magalhães, Governador das Armas do Partido de Almeida, na Província da Beira. E a Grande, e Notável destruição, que o Conde de S. João Governador das Armas da Província de Trás os Montes fez no Reino de Galiza, entrando, e saqueando mais de trinta vilas, e lugares, de que se tiraram despojos riquíssimos, e ficou arruinada toda</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12

<sup>27</sup> Apesar de nomear Freixinela, Dias (2010, p. XCV) refere que a menção diz respeito a Fregenal de la Sierra.

		<i>aquela parte.</i>			
Novembro de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro, Do Ano de 1664. Rota da Cavalaria de Badajoz, Ruina do forte de Vale de la Mula, chegada da frota do Brasil, e Embarcações da Índia, e outros diferentes sucessos.</i>	Omisso	Omisso	16
Dezembro de 1664	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro, Do Ano de 1664</i>	Omisso	Omisso	8
Janeiro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Janeiro Do Ano de 1665</i>	Omisso	Omisso	12
Fevereiro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro Do Ano de 1665</i>	Omisso	Omisso	4
Março de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março Do Ano de 1665</i>	Omisso	Omisso	24
Abril de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril Do Ano de 1665</i>	Omisso	Omisso	6
Maior de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio Do Ano de 1665</i>	Omisso	Omisso	8
Junho de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho Do Ano de 1665. A Valerosa defesa de Viçosa, a famosa vitória da batalha de Montes Claros, A importante assolação das praças de Zarza, e Ferreira, com outras particularidades</i>	Omisso	Omisso	20
2.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso	<i>Mercúrio Português extraordinario. De como fueron assoladas la Plaza de Sarça, y la villa de Ferrera en Castilla por las Armas Portuguesas, gobernadas por Alfonso Furtado de Castro Rio y Mendoça. Refiere lo en Castellano, para los que no quieren entender outra lengua.</i>	Henrique Valente de Oliveira	Omisso	12
3.º Número extraordinário (Julho de 1665)	Omisso	<i>Relacion verdadeira, y pontual, de la gloriosíssima vixtoria que en la famosa batalla de Montes Calros alcançò el Exercito del Rey de Portugal, de que es Capitan General Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantañede, contra el Exercito del Rey de</i>	Omisso	Omisso	54

		<i>Castilla, el Marquez de Caracena, El dia diez de Junio de 1665. Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa<sup>28</sup></i>			
Julho de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	12
Agosto de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Agosto do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	6
Setembro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Setembro do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	10
Outubro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Outubro do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	12
Novembro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Novembro do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	16
Dezembro de 1665	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Dezembro do Ano de 1665.</i>	Omisso	Omisso	12
Janeiro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1666.</i>	Domingos Carneiro	Omisso	12
Fevereiro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1666. E se refere o funeral da Rainha nossa Senhora que Deus tem.</i>	Omisso	Omisso	24
Março de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Março do Ano de 1666.</i>	Omisso	Omisso	8
Abril de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Abril do Ano de 1666.</i>	Omisso	Omisso	6
Mai de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. E tomada da praça de Sanlúcar del Guadiana.</i>	Omisso	Omisso	12
Junho de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Junho do Ano de 1666.</i>	Omisso	Omisso	12
Julho de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1666. Refere-se a vergonhosa fugida do Exército de Castela em Galiza.</i>	Omisso	Omisso	28

<sup>28</sup> Este número, apesar de constar do conjunto do *Mercúrio Português*, é tido como um folheto “quase avulso”, que tem por objectivo neutralizar a informação que circulava em Espanha. Alguns autores, inclusivamente, atribuem a autoria deste folheto a João Aires de Moraes (Dias, 2010, p. CXV).

		<i>E a milagrosa vitória que as armas Portuguesas alcançaram nas partes de Angola, do poderoso Rei de Congo, que foi morto em uma batalha.</i>			
Agosto de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. Refere-se a vinda de França, e famosa entrada em Lisboa da Rainha Nossa Senhora.</i>	Omisso	Omisso	38
Setembro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Setembro do Ano de 1666</i>	Omisso	Omisso	4
Outubro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666. E resumo breve das festas que se fizeram em Lisboa pelo casamento de Suas Majestades.</i>	Omisso	Omisso	24
Novembro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Novembro do Ano de 1666</i>	Omisso	Omisso	12
Dezembro de 1666	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1666</i>	Omisso	Omisso	4
Janeiro de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Janeiro do Ano de 1667.</i>	João da Costa	Omisso	26
Fevereiro de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Fevereiro do Ano de 1667.</i>	António Creasbeeck de Melo	Omisso	8
Março de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Março do Ano de 1667.</i>	António Creasbeeck de Melo	Omisso	22
Abril de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Abril do Ano de 1667.</i>	António Creasbeeck de Melo (à custa de André Godinho)	Omisso	4
Mai de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português com as novas do mês de Maio do Ano de 1667.</i>	António Creasbeeck de Melo (à custa de André Godinho)	Omisso	6
Junho de	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês</i>	Omisso	Omisso	8

1667		<i>de Junho do Ano de 1667.</i>			
Julho de 1667	Omisso	<i>Mercúrio Português, com as novas do mês de Julho do Ano de 1667.</i>	Omisso	Omisso	12

Escalpelizando este quadro, pode-se estabelecer seis pontos de análise, um para cada coluna.

Primeiramente, olhando para o mês e ano de publicação, constata-se que não houve qualquer intervalo entre cada número, cumprindo escrupulosamente o princípio da periodicidade. A juntar a todos estes números impressos mês a mês está a existência de três números extraordinários: o primeiro publicado em Julho de 1664 e os restantes, escritos na língua de Cervantes, foram difundidos um ano depois, em Julho de 1665. Ao todo, o jornal compilou 55 números regulares e acrescentou ainda três números excepcionais, o que perfaz um total de 58 números, distribuídos por 795 páginas.

Depois, observando a segunda coluna, o ponto que mais se salienta é o facto de em apenas três números (Setembro e Outubro de 1663 e no primeiro número extraordinário) haver registo para o dia exacto em que o *Mercúrio* foi impresso. Em Setembro de 1663, diz-se que o número começou a correr a partir do dia 20 do mês seguinte e o número de Outubro, de acordo com a publicação, correu em 14 de Novembro; o número extraordinário correu, então, a 7 de Julho de 1664. Coincidentemente, os meses de Setembro e Outubro do primeiro ano de publicação são os únicos que contemplam uma menção ao presumível censor que avaliava os conteúdos antes da consequente disseminação – esta tarefa esteve a cargo, pelo menos nos números indicados, de D. Rodrigo P. Monteiro Velho Silva.

No que toca aos títulos dos jornais, não houve uma clara regularidade. O título que identificava cada número respeitava o mesmo princípio, porém, em alguns casos era acrescentada uma manchete, que remetia o leitor para os temas principais que estariam descritos nas páginas subsequentes. Geralmente, quando o título ganha uma extensão para além daquilo que era normal, o motivo reside em vitórias importantes nos campos de batalha, que eram importante discriminar no próprio frontispício. A título de exemplo, o número referente ao mês de Outubro de 1663 aborda o processo de conquista do forte de Gaião e o número alusivo a Junho de 1665 menciona uma das vitórias mais importantes alcançadas pelo contingente português: a batalha de Montes Claros; os números extraordinários, uma vez que fugiam da periodicidade mensal, exibiram sempre títulos vastos.

A quarta coluna, concernente aos impressores, também apresenta algumas nuances que merecem ser esmiuçadas. Em primeiro lugar, o privilégio real concedido passou em grande medida pela oficina de Henrique Valente de Oliveira, que imprimiu a maioria dos *Mercúrios*. Analisando atentamente a cronologia das impressões, salta à vista o vasto número de publicações que omitem a oficina onde se desencadeou o seu processamento; sobre essas omissões, é crível que Henrique Valente de Oliveira tenha sido o responsável pelas publicações que não especificam o impressor. Desta maneira, até Dezembro de 1666, exceptuando o mês de Janeiro de 1666, em que a oficina de Domingos Carneiro teve a incumbência, é altamente provável que a oficina de Henrique Valente de Oliveira tenha detido todas as impressões. Depois, em Janeiro de 1667, João da Costa foi quem teve as licenças necessárias para imprimir e a partir de Fevereiro até Julho de 1667 o encargo esteve nas mãos da oficina de António Craesbeek de Melo.

A próxima ponto respeita o preço que custava a aquisição do *Mercúrio*. Em apenas quatro números é possível descortinar a taxa que vigorava: o primeiro exemplar de Janeiro de 1663 teve um preço exorbitante, cerca de 10 réis; os dois números ulteriores, Fevereiro e Março de 1663, registaram outro valor, 5 réis, metade do que custara o primeiro número; este valor é depois reiterado unicamente no *Mercúrio* de Setembro de 1663. De resto, todos os outros exemplares não têm qualquer indicação de quanto custaram. Estas ausências devem significar que a taxa de 5 réis foi aplicada até ao término do periódico.

Por último, o número de páginas ou fólhos que compuseram o jornal. Não há qualquer regularidade neste particular, o que denota uma postura impremeditada desta publicação. Por exemplo, números como os de Dezembro de 1666 e Abril de 1667 possuem apenas 4 páginas cada, ao contrário do terceiro número extraordinário (o segundo em língua castelhana), de Julho de 1665, o maior de todos, que congrega cerca de 54 fólhos. Julgando os dados presentes na sexta coluna, é notório que a densidade ou a escassez de matérias não eram uma situação preocupante nem condicionavam o que se pretendia lá inscrever.

### 3.3.3 – Outras publicações

As *Relações* de Manuel Severim de Faria, a *Gazeta* da “Restauração” e o *Mercúrio Português* foram as publicações mais importantes durante o Portugal seiscentista, mas houve ainda alguns registos de actividade jornalística de menor relevância, para além das *relações* que avulsamente iam sendo distribuídas.

A primeira publicação que importa sublinhar é o *Le Mercure Portugais ou relations politiques de la fameuse révolution d'État arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien jusque au couronnement de D. Jean IV*, comumente denominada como *Le Mercure Portugais*, e foi publicada em 1643. (Tengarrinha, 1989, p. 42).

Cunha (1941, p. 63) alega que este registo de índole jornalística é um livro revestido com 500 páginas, escrito em francês e impresso em Paris, pelo que não pode ser considerado como um periódico português, nem tão-pouco figurar como património do jornalismo português. Todavia, estudos mais recentes estabelecem algumas ligações entre esta publicação e Portugal.

A autoria do *Le Mercure Portugais* é enigmática e durante algum tempo apontou-se a dupla composta por Antoine de Sommarville e Augustin Courbé (ambos profundos conhecedores da realidade portuguesa da época) como a perscrutadora desta publicação. Contudo, parece restar poucas dúvidas de que quem escreveu este periódico foi Chastonnier de Grenaille, já que o nome figura no final da apresentação do próprio jornal. Ainda assim, os dois autores acima referenciados terão coadjuvado Grenaille nesta tarefa. Manuel Fernandes Vila Real foi também apontado como potencial escritor. (Dias, 2005, pp. 1-2).

O surgimento do *Le Mercure Portugais*, que tinha o privilégio de impressão aprovado por Luís XIII, deveu-se a uma estratégia concertada entre portugueses e franceses, no âmbito da Guerra da Restauração, que se propunha a derrubar Espanha, o inimigo comum de ambos os países. O público-alvo deste periódico pertencia à nata da sociedade francesa e os conteúdos concerniam, em suma, ao processo revolucionário que estava em curso em Portugal e à sua legitimidade. As matérias deste jornal estão indexadas numa *Table de Narrations*, presumivelmente organizada depois da publicação de toda a série de documentos agrupados e encadernados num volume (Dias, 2005, 2-6); o *Le Mercure Portugais* está dividido em 7 números, o último dos quais datado de 4 de Abril de 1643, e ainda não foi objecto de análise profunda por parte da comunidade científica (Tengarrinha, 1989, p. 42).

Outra publicação que merece destaque foi publicada em 1645 e dá-se pelo nome de *Mercurius Ibernicus*, embora a sua designação integral seja *Mercurius Ibernicus Que Relata Algunos Casos Notables Que Sucedieron en Irlanda despues Que Tomó las Armas por Defender la Religion Católica* (Tengarrinha, 1989, p. 42).

Este periódico contou apenas com um número e não há o mínimo indício de quem tenha sido o articulista, embora se possa pressupor que tenha nacionalidade portuguesa ou, pelo menos, que tenha residido em Portugal. Apesar da escassez em termos de números publicados, deve ver-se o *Mercurius Ibernicus* de forma desprezível, isto porque foi taxado com as licenças necessárias e exigências burocráticas (Dias, 2010, p. XLI) e foi publicado na Oficina Domingos Lopes Rosa, em Lisboa, uma das que editaram a *Gazeta* da “Restauração” (Tengarrinha, 1989, p. 42).

No que toca a temáticas, o *Mercurius Ibernicus* debruçou-se sobre acontecimentos “prodigiosos” ocorridos na Irlanda, à altura ocupada pelas tropas inglesas, e algumas manifestações “sobrenaturais”, tidas como um sinal de intervenção divina, pelas castas católicas irlandesas. Apesar do aparente cariz religioso-propagandístico, Dias (2010, p. XLII) defende que o autor desconhecido não deixava de procurar uma atitude de isenção em relação à população inglesa que estava em Portugal e que buscava a veracidade dos acontecimentos relatados e uma fundamentação teológica que confirmasse aquilo que asseverava. Aparentemente, o *Mercurius Ibernicus* não tinha pretensão de cessar após a publicação do primeiro número, no entanto, um conjunto de circunstâncias desconhecidas impediu a sua prossecução (Dias, 2010, p. XLII).

Uma outra publicação trazida a lume no século XVII diz respeito à *Gazeta do Parnaso Prolegetica*, um registo jornalístico enigmático que, tal como os outros jornais aludidos, carece de uma investigação cabal. Dias (2010, p. XLII-XLIII) chega mesmo a duvidar da existência deste periódico, pois não existe qualquer cópia nos acervos documentais que consultou, que terá sido lançado em meados de 1649.

Já Alfredo Cunha (1941, p. 63) diz que este jornal é constituído por um só folheto, de 164 páginas, é escrito em castelhano e não deve ser incluído no elenco de periódicos portugueses seiscentistas. A redacção dessas páginas e a sua edição são desconhecidas, embora Dias (2010, p. XLIII) ventile que o seu conteúdo fosse dedicado à exaltação da figura de D. João IV e à causa restauracionista de 1640, assim como a temáticas mitológicas com uma marcada conotação política.

Posteriormente, surgiu uma *relação* denominada “terceira” e “quarta”, que tocava algumas vitórias de teor bélico das forças portuguesas orientadas por D. Sancho Manuel de Vilhena, 1.º conde de Vila Flor. O facto de a *relação* conter no seu frontispício a indicação de que se

trata de um terceiro e quarto números indicia que houve uma primeira e segunda partes que ter-se-ão pelo tempo ou estão em algum repositório documental com uma catalogação deficiente (Dias, 2010, p. XLIII).

A autoria da obra é desconhecida, embora se saiba que foi impressa por Domingos Carneiro, reputado impressor lisboeta. Esta publicação teve o condão de receber patrocínio régio pelo 3.º conde de Castelo Melhor, foi taxado em 6 réis em 22 de Agosto de 1662, e foi alvo de uma análise censória régia e eclesiástica. Olhando para o conteúdo deste periódico, pode dizer-se que produzia notícias satisfatórias para as hostes portuguesas, que serviam como um incremento de confiança, quando se atravessava o período crítico da Guerra da Restauração. Pode ainda referir-se que esta *relação* antecipou o aparecimento do *Mercúrio Português* (Dias, 2010, pp. XLIII-XLIV).

Por último, deve salientar-se a existência de uma publicação chamada *Mercúrio da Europa com as notícias principais, não só dos sucessos da Liga Sagrada contra os Infiéis, mas descreve-se o caminho, que fez El-Rei da Grã-Bretanha, Jacobo II defensor da Fé, desde que saiu de Londres a França, até chegar a Irlanda, aonde fica de caminho para vir ao Reino da Escócia e descrição do Reino de Inglaterra*, título abreviado para *Mercúrio da Europa* (Cunha, 1641, p. 63).

Este *mercúrio* teve uma periodicidade semanal, publicou três números, de 20 de Maio a 7 de Junho de 1689, na Oficina de Domingos Carneiro (Tengarrinha. 1989, p. 42), e não era mais do que um somatório de notícias traduzidas do estrangeiro (Cunha, 1941, p. 63).

#### 4. As primeiras reflexões sobre o jornalismo no século XVII

O Mundo conheceu desde a Antiguidade Clássica grandes pensadores que emprestaram enormes benefícios à humanidade e contribuíram para o seu desenvolvimento através da sabedoria que souberam pôr em prática. O século que aqui examinamos com mais densidade, o XVII, conheceu famigeradas personalidades dos mais diversos quadrantes: o físico Isaac Newton, o filósofo Wilhelm Leibniz, o matemático René Descartes, o político e filósofo Francis Bacon, o escritor e jornalista Daniel Defoe ou o astrónomo e físico Galileu Galilei. O rol de nomes é extenso e evidencia bem a sapiência que grassava naquela altura.

O século XVII desencadeou um movimento intelectual de magnitude considerável; a Revolução Científica<sup>29</sup> atingia o seu apogeu neste século, algo que viria a repercutir-se nas reflexões sobre um fenómeno em ascensão: o jornalismo. A arte de informar estava cada vez mais em voga e o período seiscentista testemunhou os primeiros trabalhos académicos que visavam um estudo mais aprofundado sobre a matéria jornalística.

Entre os pensadores que mais se notabilizaram, começemos por dar destaque a Christophorus Besoldus, que nos anos 20 do século XVII tentou caracterizar, através do ponto de vista jurídico, o que o jornalismo e as notícias seriam. A obra *Thesaurus Practicus*, editada em 1629, consubstancia a ideia de jornalismo com o aparecimento do periódico de notícias. Em suma, terá sido este o primeiro grande contributo no sentido de ajudar a compreender a nova realidade que o jornalismo trouxe (Sousa, 2008 c, p. 156).

Um ano mais tarde, foi a vez de Ahasver Fritsch estudar o jornalismo, desta feita numa perspectiva crítica. Através do *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu*, este autor alemão pôs em evidência os conteúdos veiculados pelos jornais da altura, chegando mesmo a desaconselhar a sua leitura. Fritsch consideraria que muitos dos assuntos contidos nas publicações não respeitavam os princípios básicos da veracidade, pelo que censurou os eventuais “efeitos perversos” que emanavam de alguns artigos (Sousa, 2008 c, p. 156).

---

<sup>29</sup> A Revolução Científica, em geral, compreende mais de 100 anos entre os séculos XVI e XVII; o seu prólogo data de 1543, aquando de *Sobre as revoluções das órbitas celestes*, de Nicolau Copérnico; o epílogo, por seu turno, situa-se em 1687, quando Newton elaborou a obra *Principia mathematica* (Tambosi, 2004, p. 50).

Após a incursão alemã pelo desbravamento dos meandros do jornalismo, eis que os teóricos britânicos também decidem participar activamente nesta onda de reflexões. O primeiro a destacar-se é John Milton, com um manifesto contra as restrições acopladas à actividade jornalística. O inglês clama, na sua obra *Areopagitica*, pela liberdade de expressão desfigurada pela censura de um poder político absolutista (Traquina, 2002, p. 28).

Milton defende que “só a apresentação de todos os lados de uma questão poderá permitir a sua compreensão” e que “entre o verdadeiro e o falso, a verdade será triunfante” (Traquina, 2002, p. 28). O autor inglês inicia assim uma cruzada contra a censura, que seria mais tarde abolida em Inglaterra no ano 1695; a *Areopagitica* foi o primeiro passo dado nesse sentido. Depois, autores como Thomas Hobbes – no seu livro *Leviathan* – retomariam esta temática com afinco (Sousa, 2008 c, p. 156); já no século XVIII, seria Mirabeau a aproveitar o legado de Milton para elaborar a Primeira Constituição democrática (Fontcuberta *et al.*, 1986, p. 38).

Um outro nome britânico que podemos juntar nesta equação é o de John Locke. O filósofo, apologista dos ideais liberais, também se debruçou sobre questões inerentes ao jornalismo. Decorria o ano de 1690 quando, no seu *Ensaio sobre o Governo Civil*, Locke especula sobre uma imprensa que opere em liberdade numa sociedade democrática e liberal (Sousa, 2008 c, p. 156). Uma outra obra do autor publicada na mesma altura, *Two Treatises on Government*, vai ainda mais longe, arrogando o direito e o dever dos cidadãos a revoltarem-se contra os tiranos que estão no poder, uma vez que os governos actuariam de forma austera devido à passividade e consentimento do povo (Traquina, 2002, p. 29). Locke reabria a discussão em torno da liberdade aplicada ao jornalismo e aos direitos da poluição em aceder a matérias de cariz jornalístico de forma livre.

A cadência de trabalhos que visavam o estudo do jornalismo foi assaz frutuosa, no que concerne ao século XVII. Mas aquele que porventura terá sido o contributo mais valioso não foi ainda abordado; tal contributo deve ser atribuído a Tobias Peucer, autor da primeira tese doutoral sobre jornalismo: *De Relationibus Novellis*, o que traduzido para o português significa qualquer coisa como *Os Relatos Jornalísticos*. O documento produzido por Peucer em 1690, apresentado à Universidade de Leipzig, contém cerca de 29 parágrafos e versa sobre temáticas directamente relacionadas com o âmago dos jornais: as notícias e os efeitos produzidos nos leitores. Podemos mesmo afirmar que a tese de Peucer possui um cariz contemporâneo, já que algumas das questões que o alemão de Görlitz analisa ainda hoje são alvo de uma ampla discussão.

Apesar da importância que é atribuída ao opúsculo de Tobias Peucer, não se pode afirmar que daí tenha resultado uma “teoria do jornalismo” da qual o teórico seria o natural precursor (Tambosi, 2004, p.50). Ainda assim, não se pode negar o epíteto de progenitor dos Estudos Jornalísticos, bem como das Ciências da Comunicação (Sousa, 2008 c, pp. 159-160).

Ao analisarmos o documento na sua plenitude<sup>30</sup>, deparamo-nos com uma panóplia de temáticas que ainda hoje levantam imensas dúvidas. No sexto parágrafo, por exemplo, Peucer (2004, p.16) fala desde logo na eventual origem do jornalismo, tocando ao de leve no pretense pioneirismo de gregos e romanos.

A credibilidade dos conteúdos também está patente no manifesto (parágrafo VIII): “(...) no ano de 1609, apareceram os mercúrios franco-belgas, que, apesar de anunciar fábulas falsas junto com histórias verdadeiras, conseguiram a graça da curiosa novidade encontrar credibilidade aos olhos de muitos e maneira indiscriminada” (Peucer, 2004, p. 17).

Mais adiante, podemos verificar que a qualidade e quantidade das fontes de informação também preocupam o teórico: “É por isso preciso averiguar se quando um facto acontecido recentemente é anunciado imediatamente em locais diversos, é confirmado pelo testemunho de muitos” (Peucer, 2004, p. 20).

No capítulo XV, Peucer (2004, pp. 20-21) fornece algumas pistas sobre o conceito de valor-notícia; tendo em consideração as temáticas mais abundantes em pleno século XVII, o teórico delimita os três assuntos mais cativantes: i) os artigos que baseiam o seu conteúdo no sensacionalismo; ii) as notícias sobre as guerras que se estavam a travar e iii) as peças que abordam a religião e a literatura.

Convém dar também nota de realce a um dos temas mais polémicos dos escritos sobre jornalismo: a censura. Ora, Tobias Peucer (2004, p.22) era apologista da introdução de mecanismos censórios no seio do jornalismo; a força que a Igreja Católica detinha por certo norteou o pensamento do germânico: “É por isso que em algumas cidades se estabeleceu com uma prudente decisão que não seja permitido imprimir periódicos sem que tenham sido aprovados pela censura”.

---

<sup>30</sup> Por razões de inteligibilidade, recorreremos à tradução para a língua portuguesa de Paulo Rocha Dias, presente na revista digital *Estudos em Jornalismo e Mídia*.

Por último, merece destaque a alusão que o alemão faz aos info-excluídos (efeito de distanciamento social – *knowledge gap*) e aos intelectuais que têm a possibilidade de aceder e desfrutar dos conteúdos jornalísticos:

“É ainda maior o prazer encontrado na leitura dos periódicos pelos eruditos: aqueles que gozam do conhecimento da geografia, da genealogia e dos afazeres cívicos. Porque todo o relato é mais agradável se se conhece o local, as pessoas notáveis que foram autoras de um feito, ou as causas pelas quais se empenharam”. (Peucer, 2004, p. 28)

Em suma, foram estas contribuições mais relevantes que o século XVII germinou. A seriedade e empenho incutidos pelos teóricos fizeram com que o jornalismo fosse encarado como uma actividade determinante na sociedade e proporcionou o seu contínuo desenvolvimento nos séculos seguintes.

# Capítulo III

## Análise do Discurso

## 1 – Metodologia

A feitura de uma análise de conteúdo, ancorada em pressupostos quantitativos, é um instrumento científico que permite averiguar com relativa segurança determinadas deduções legítimas sobre as mensagens que um analista esteja a estudar. Nas palavras de Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é vista como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objectivos em termos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos que decorrem das condições de produção e recepção dessas mensagens.

Os objectivos inerentes a uma análise de conteúdo passam por explicar a matéria de um discurso, isto é, descortinar as invariáveis, as qualidades e estruturas que são independentes dos sujeitos que lêem esse mesmo discurso. Além disso, deve tornar explícita a substância de um discurso, por forma a permitir a elaboração de inferências válidas e justificadas sobre as relações promovidas entre esse discurso e os fenómenos que lhe deram origem. Por fim, permite perspectivar os fenómenos que objectivamente produziu (Sousa *et al.*, 2009, p. 304).

Esta metodologia é recorrente em estudos preconizados pelas ciências da comunicação. Aliás, é bastante empregue em pesquisas que têm por objectivo analisar, tal como esta dissertação, os conteúdos de jornais ou revistas, pois consegue conferir rigor à investigação aquando da recolha de dados quantificáveis. (Sousa, 2006, p. 334). A capacidade de ser rigorosa é, em boa verdade, uma das principais qualidades desta metodologia:

“Ao invés de entrevistar o leitor sobre os seus hábitos de leitura, utiliza-se o processo inverso ou seja, analisar aquilo que é oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha reflecte suas atitudes e valores em relação ao facto noticiado (...)

Outra vantagem deste tipo de pesquisa é o facto de trabalhar com valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares. Desta forma, a colecta de dados é baseada na mensuração de textos e as conclusões expressas em forma numérica, o que facilita o cruzamento de informações e a elaboração de tabelas e gráficos explicativos, além de permitir com facilidade a reavaliação e comprovação de todo o projecto ou parte dele.” (Marques de Melo, *cit. in* Sousa, 2006, pp. 344-345).

Mas o rigor, por si só, não é razão suficiente para validar a análise de conteúdo como uma metodologia pertinente. Ou seja, há que mencionar outras vantagens deste tipo de pesquisa para se perceber a sua importância em estudos deste género. De acordo com Bryman (2008, p. 144), o acto de medição ao nível textual, sugerido pela análise de conteúdo, comporta desde logo três benefícios: i) uma maior facilidade em detectar diferenças entre categorias mais subtis; ii) uma consistência ao longo do tempo dos resultados, apesar de as medições irem ganhando novos significados consoante as mudanças sociais operadas e, finalmente, iii) fornece a base para estimativas mais precisas, no que toca ao grau de relação entre os conceitos da pesquisa. Já Quivy e Campenhoudt (1992, p. 230) apontam que análise de conteúdo permite ao investigador manter uma distância assinalável em relação a interpretações extemporâneas e às suas próprias interpretações. Neste sentido, o pesquisador não recorre às suas referências ideológicas para julgar as dos outros, mas analisa-as a partir de critérios que incidem com mais intensidade sobre a organização externa do discurso, ao invés de incidirem sobre o conteúdo explícito.

Quando se recorre à análise conteudística para estudar um fenómeno, pode muitas vezes confundir-se com uma análise linguística, pois teoricamente partilham o mesmo objecto: a linguagem. Contudo, Bardin (1977, pp. 43-44) faz questão de elucidar sobre os antagonismos que separam uma e outra análises. Ora, o objecto da linguagem é a língua, o aspecto virtual da linguagem, ao passo que o objecto da análise de conteúdo é a palavra, a prática da língua efectuada pelos emissores; enquanto a linguística estuda a língua para descrever o seu funcionamento, a análise de conteúdo procura conhecer o que está por trás dos vocábulos sobre os quais se debruça e visa o conhecimento de variáveis a vários níveis por meio de mecanismos de dedução baseados em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens.

A análise de conteúdo pressupõe a obediência a vários critérios, que têm de ser seguidos para a formulação de uma pesquisa assertiva e assente em desígnios científicos válidos. Para Sousa (2006, pp. 343-344), independentemente de se tratar de uma investigação quantitativa ou qualitativa, a análise de conteúdo compreende três fases de contextualização que antecedem a formulação de conclusões. São elas a contextualização do órgão de comunicação que se pretende analisar, a contextualização do fenómeno em estudo e o conhecimento científico anterior.

Por seu turno, Boudon (1989, pp. 24-54) sistematiza os procedimentos de análise quantitativa em quatro passos fundamentais: i) a formulação de hipóteses; ii) a construção de um projecto de observação; iii) construção das variáveis e iv) análise das relações entre as variáveis.

Wimmer e Dominick (*cit. in* Sousa, 2006, pp. 345-351) propõem uma sequência de nove passos a ser seguidos para a realização de uma análise de conteúdo: i) formulação de hipóteses e/ou perguntas de investigação; ii) definição do universo de análise; iii) selecção da amostra; iv) selecção da unidade de análise; v) definição de categorias de análise; vi) estabelecimento de um sistema de quantificação; vii) categorização ou codificação de conteúdo; viii) análise de dados e ix) interpretação dos resultados.

Olhando para as sugestões metodológicas apresentadas, destaca-se a importância que a formulação de hipóteses acarreta. Resumidamente, a hipótese é “uma maneira de apresentar a relação entre variáveis” (Huot, 2002, p. 55). O processo de elaboração de uma hipótese abrange três etapas – num primeiro momento, deve realizar-se uma hipótese de trabalho, que norteie o rumo do investigador; depois, passa-se para um segundo patamar, para a hipótese de investigação, após um trabalho de reflexão, leitura e análise, em que se deverá mostrar qualidades como o rigor, a previsibilidade, a refutabilidade, entre outras; a derradeira etapa, a hipótese estatística, sugere que o analista deva verificar a hipótese de investigação, ou, por outras palavras, determinar se aquilo que se observou confirma ou não a hipótese aventada (Huot, 2002, pp. 56-57).

Este tipo de análises já foi feito em trabalhos anteriores, pelo que se diluem eventuais dúvidas sobre a sua fiabilidade. As obras de Sousa *et al.* (2006) e Sousa *et al.* (2009) referentes, respectivamente, ao estudo aturado das *Relações* de Manuel Severim de Faria e à *Gazeta* da “Restauração”, reflectem o êxito alcançado pela análise conteudística na pesquisa de publicações de âmbito jornalístico. Por isso, estando esta dissertação direccionada para o estudo de uma outra publicação jornalística portuguesa do século XVII, o *Mercúrio Português*, entende-se que o *background* legitima a aplicação desta metodologia como forma de analisar o discurso produzido para posteriormente formular inferências sobre este segundo periódico português.

## 2 – Descrição do estudo

No sentido de averiguar os dados quantitativos do discurso do *Mercúrio Português* utilizou-se a matéria individual como unidade de análise. Esse desiderato passou pela escarpelização de todas as notícias que se puderam apurar. Não se contabilizaram como matérias noticiosas avisos a que o jornalista aludia, frases de incitamento propagandístico e tabelas com informação escalonada sobre prisioneiros ou artigos saqueados. Decidiu-se, igualmente, não contar os números extraordinários, uma vez que estes não seguem a periodicidade mensal contida nesta publicação. Ainda assim, há um ponto neste estudo em que se comparam os três números extraordinários com os números que saíram escrupulosamente em cada mês.

Buscando o essencial da teorização da análise de conteúdo e seguindo o raciocínio patente na obra sobre a *Gazeta* da “Restauração” (Sousa *et al.*, 2009), esta dissertação percorreu quatro passos essenciais para a recolha de dados: levantamento de hipóteses, formulação de perguntas de pesquisa, identificação das variáveis e categorização das componentes de análise do discurso.

### **Tabelas de hipóteses, perguntas de pesquisa, variáveis e categorias de análise quantitativa do discurso**

#### **Tabela 1**

**Hipótese 1:** Considerando que as várias publicações do jornal tinham número de páginas irregulares, há diferenças significativas entre os dois períodos em análise.

**Pergunta de pesquisa 2:** Em média, qual é o número de matérias e de linhas em cada um dos cinco anos de publicação?

**Variáveis:** Número de matérias, número de linhas e percentagens.

**Categorias de análise do discurso:**

**Matéria individual:** Decidiu-se recorrer a esta expressão – utilizada por Sousa *et al.* (2009, p. 308) – para traduzir toda a matéria que seja entendida como “uma notícia individualizada sobre um determinado acontecimento” constituída num determinado parágrafo.

## **Tabela 2**

**Hipótese 2:** Sabendo de antemão o eminente carácter noticioso daquela altura (Sousa *et al.*, 2009, p. 308), o *Mercúrio* não foge à regra e apresenta um maior número de notícias.

**Hipótese 3:** O parco aprofundamento nas matérias leva a considerar que o número de notícias curtas é vasto.

**Hipótese 4:** A falta de consolidação da actividade jornalística e distinção entre notícia e comentário faz antever que muitas das matérias tenham o cunho pessoal do autor.

**Pergunta de pesquisa 2:** Qual é a proporção de notícias comparada com outros géneros?

**Pergunta de pesquisa 3:** Qual é a proporção de notícias curtas?

**Pergunta de pesquisa 4:** Qual é a proporção de matérias comentadas no *Mercúrio*?

**Variáveis:** Número de matérias e percentagens.

**Categorias de análise do discurso:** De acordo com Benetti (*cit. in* Sousa *et al.*, 2009, p. 308), o género jornalístico é como que uma *moldura* em que diversos textos são susceptíveis de serem classificados. Assim sendo, fez-se a seguinte categorização:

**Notícia factual:** Enunciado em que são patenteados factos que pretendem ser verdadeiros, sem qualquer tipo de subjectividade. Neste particular, fizemos a divisão entre notícias factuais curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.

**Notícia comentada:** Enunciado com carácter noticioso, mas que possui, também, um cariz analítico e interpretativo por parte do autor. Neste particular, fizemos a divisão entre notícias comentadas curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.

**Outro género:** Toda a matéria não correspondente às duas outras categorias.

## **Tabela 3**

**Hipótese 5:** O *Mercúrio* possui dois números extraordinários. Isto significa que estes dois números destoam do restante conteúdo produzido.

**Pergunta de pesquisa 5:** Há algum assunto inovador nesses dois números? Se sim, qual?

**Pergunta de pesquisa 6:** Há diferenças significativas no número de matérias e de linhas?

**Variáveis:** Número de matérias e percentagens;

**Categorias de análise do discurso:**

**Notícia factual:** Enunciado em que são patenteados factos que pretendem ser verdadeiros, sem qualquer tipo de subjectividade. Neste particular, fizemos a divisão entre notícias factuais curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.

**Notícia comentada:** Enunciado com carácter noticioso, mas que possui, também, um cariz analítico e interpretativo por parte do autor. Neste particular, fizemos a divisão entre notícias comentadas curtas – até 4 linhas – e longas – com 5 ou mais linhas.

**Outro género:** Toda a matéria não correspondente às duas outras categorias e que corroborem a hipótese aventada.

**Tabela 4**

**Hipótese 6:** A existência do *Mercúrio* atravessa a segunda fase da Guerra da Restauração, pelo que a temática mais abordada diz respeito às guerras envolvendo Portugal e Espanha.

**Hipótese 7:** Levando em linha de conta que os valores-notícia se mantiveram até aos dias de hoje (Sousa *et al.*, 2009, p. 309) podemos concluir que o *Mercúrio* contém notícias sobre temas que em pleno século XXI são noticiáveis.

**Pergunta de pesquisa 7:** Quais os temas mais frequentes, considerando a esfera portuguesa, espanhola e internacional?

**Variáveis:** Número de matérias, número de linhas e percentagens

**Categorias de análise do discurso:** As seguintes categorias foram integralmente retiradas da obra sobre a *Gazeta* da “Restauração” (Sousa *et al.*, 2009, pp. 309-311). Assim, torna-se mais fácil fazer uma análise ao discurso, assim como elaborar um cruzamento de dados que estabeleçam uma comparação mais cabal entre ambos os periódicos.

**Vida política e administrativa:** Matérias que envolvem a política e a administração dos países. Nesta categoria estão contempladas as seguintes características: nomeações e exonerações para cargos políticos, celebração de Cortes, visitas de Estado e festas de cariz eminentemente político.

**Crimes Políticos:** Matérias relacionadas com crimes, julgamentos, prisões, condenações por motivos exclusivamente políticos.

**Vida diplomática:** Nesta categoria, engloba-se tudo o que tenha que ver com diplomacia: nomeações

diplomáticas, missões diplomáticas, tratados, recepções de embaixadores e festas de cariz diplomático.

**Vida social e religiosa:** Aqui contabilizam-se as matérias que abordam acontecimentos sociais, bem como acontecimentos de cariz religioso. Cabem aqui matérias sobre nascimentos e falecimentos (não consumados em guerra) doenças, duelos nomeações e exonerações para cargos religiosos. Além disso, são contemplados também os julgamentos, prisões e execuções por motivos que dizem respeito à religiosidade. Actividades da Inquisição estão também englobadas, como as notícias que contem sobre prisões e fugas de portugueses em Espanha.

**Vida económica:** Nesta secção, consideram-se as matérias que aludem à actividade económica e/ou financeira. Portanto, serão contabilizadas matérias que tratam a pesca e a agricultura (sob a perspectiva económica), as indústrias, impostos e chegada e partida de navios comerciais.

**Vida militar e conflito bélico:** Matérias sobre batalhas e guerras, as suas preparações, pequenos conflitos, nomeações para cargos militares e actividades marítimas que visem o ataque e a defesa contra a pirataria.

**Catástrofes naturais:** Nesta categoria, incluem-se as matérias relacionadas com tempestades marítimas, temporais, vendavais e cheias ou fenómenos provocados pelo homem, tais como a navegação deficiente ou a falta de conservação dos navios, que tiveram como corolário a vitimização de seres humanos.

**Doenças e fome:** Matérias que tratam sobre a fome entre as populações, assim como matérias que abordem a temática de doenças exclusivamente epidémicas.

**Crimes não políticos:** Aqui aglutinam-se as matérias relacionadas com crimes, prisões, julgamentos, condenações e exílios sem teor político.

**Acontecimentos insólitos:** Matérias abrangidas pelo cariz invulgar das mesmas: milagres, aberrações da natureza, animais monstruosos, enfim, bizarras.

**Matérias de índole não informativa:** Esta categoria engloba as matérias que não possuem um carácter informativo: as matérias de teor propagandístico são um exemplo elucidativo.

**Outros temas:** Todas as matérias que não condizem com as características aventadas.

**Várias categorias:** Matérias impossíveis de possuírem uma única classificação, devido ao seu carácter multitemático.

## **Tabela 5**

**Hipótese 8:** Durante a publicação do *Mercúrio Português* – 1663-1667 – uma parte significativa dos conflitos entre Portugal e Castela ocorreu no Alentejo, pelo que as localidades pertencentes a esta região (Vila Viçosa, Elvas, Évora, Beja, etc.) foram mencionadas com muita insistência.

**Hipótese 9:** Dado que o *Mercúrio Português* aborda o conflito entre Portugal e Espanha, escasseiam menções a outros países e localidades fora do espaço ibérico.

**Pergunta de pesquisa 8:** Qual a proporção de matérias envolvendo localidades alentejanas? É significativa se comparada com restantes localidades do país?

**Pergunta de pesquisa 9:** Qual a proporção de matérias envolvendo o estrangeiro? Que importância é dada a acontecimentos ocorridos fora do âmbito português e espanhol?

**Variáveis:** Número de referências às localidades e percentagens.

### **Categorias de análise do discurso:**

**Localidades alentejanas:** Matérias que envolvam lugares pertencentes ao Alentejo, região onde se privilegiaram uma parte significativa dos combates entre Portugal e Castela. Serão excluídos da contagem as localidades que façam

**Restantes localidades portuguesas e castelhanas:** Matérias que envolvem localidades castelhanas, assim como restantes regiões portuguesas extra-Alentejo.

**Outras regiões:** Matérias que dizem respeito a uma qualquer localidade fora da Península Ibérica.

## **Tabela 6**

**Hipótese 10:** Tendo em conta o interesse de D. Pedro II em tomar o lugar de D. Afonso VI como rei de Portugal, há matérias que abordam esta problemática a favor deste último e contra o primeiro.

**Pergunta de pesquisa 10:** Qual a proporção de matérias envolvendo o engrandecimento dos feitos de D. Afonso VI?

**Pergunta de pesquisa 11:** Qual a proporção de matérias que visam denegrir a imagem de D. Pedro II?

**Variáveis:** Número de matérias, número de linhas e percentagens.

### **Categorias de análise do discurso:**

**Empobrecimento da imagem de D. Pedro II:** Todas as matérias em que é possível vislumbrar um

enfraquecimento pessoal e profissional do irmão de D. Afonso VI.

**Exaltação da imagem de D. Pedro II:** Todas as matérias em que é possível descortinar um enobrecimento pessoal e profissional do irmão de D. Afonso VI.

**Exaltação da imagem de D. Afonso VI e empobrecimento da imagem de D. Pedro II:** Todas as matérias em que é possível vislumbrar, ao mesmo tempo, o elogio às capacidades do Rei e a crítica ao Infante D. Pedro.

### **Tabela 7**

**Hipótese 11:** Levando em linha de conta o cariz propagandístico do jornalismo do século XVII, é provável que o *Mercúrio Português* esteja imbuído nesse espírito de propaganda. Por conseguinte, regista-se um número expressivo de matérias a favor da causa independentista portuguesa e contra a monarquia castelhana.

**Pergunta de pesquisa 12:** Qual a importância das matérias propagandísticas a favor de Portugal e contra Castela, isoladamente, e das matérias que simultaneamente exprimem o fervor pela casa de Bragança e o desprezo para com a coroa castelhana?

**Variáveis:** Número de matérias, número de linhas e percentagens.

**Categorias de análise do discurso:**

**Menções positivas para Portugal restaurado:** Matérias em que é possível descortinar louvores – a vários níveis, desde a capacidade estratégica nas batalhas, capacidade de governação, reconhecimento de outrem – a Portugal.

**Menções negativas para Castela:** Matérias em que Castela vê a sua reputação manchada – perda de batalhas, má governação, o mau jornalismo que pratica.

**Menções concomitantemente positivas para Portugal e negativas para Castela:** Matérias que relacionam ambas as coroas: derrotas dos espanhóis frente aos portugueses, regresso de portugueses ao país-natal depois terem estado em Espanha.

**Outras situações:** Matérias cujas incidências são ao mesmo tempo positivas e negativas para Portugal.

### **Tabela 8**

**Hipótese 12:** Tendo em consideração os indícios fornecidos pela teoria do jornalismo (Sousa *et al.*, 2009, p. 313), os protagonistas das notícias são os actores sociais dominantes

**Pergunta de pesquisa 13:** Quais os actores sociais mais em evidência?

**Variáveis:** Número de referências e percentagens.

**Categorias de análise do discurso:**

As categorias de análise subdividem-se em seis categorias: Soberanos, Nobres, Clérigos, Soldados, Comerciantes e Povo, tipificando assim a estrutura social daquela altura.

### **Tabela 9**

**Hipótese 13:** Considerando a estrutura social seiscentista, os protagonistas das notícias são, na sua maioria, masculinos e são referenciados individualmente.

**Pergunta de pesquisa 14:** Em termos de referências masculinas e femininas, estas tendem a ser individuais ou colectivas?

**Variáveis:** Número de referências e percentagens.

**Categorias de análise do discurso:**

**Protagonistas femininas individuais:** referências em nome individual a todas as pessoas do sexo feminino.

**Protagonistas femininas colectivas:** referências em nome colectivo a todas as pessoas do sexo feminino. Serão contemplados termos como “mães”, “mulheres”.

**Protagonistas masculinos individuais:** referências em nome individual a todas as pessoas do sexo masculino.

**Protagonistas masculinos colectivos:** referências em nome colectivo a todas as pessoas do sexo masculino. Serão contemplados termos como “soldados”, “homens”. Para além destes, serão consideradas terminologias que se referem a nacionalidades, como “castelhanos” ou “franceses”, desde que se refiram a forças do exército.

**Protagonistas institucionais colectivos:** referências a instituições como a Igreja, o Governo ou o

Conselho de Estado.

**Outros protagonistas colectivos:** referências a actores sociais de ambos os sexos, como “crianças” ou “idosos”, seguidores de uma determinada religião, nacionalidades (desde que as expressões não designem forças do exército).

### 3 – Análise e discussão dos dados recolhidos

**Quadro 2 – Número de matérias e de linhas do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Nº de matérias	%	Nº de linhas com informação	%
<b>1663-1666</b>	435 (média de 9 notícias em cada número)	74	8446 (média de 176 linhas por número)	80
<b>1667</b>	156 (média de 22 notícias por número)	26	2107 (média de 301 linhas por número)	20
<b>Total</b>	591	100	10553	100
Média de 19,4 linhas por notícia entre 1663-1666				
Média de 13,5 linhas por notícia em 1667				

O primeiro quadro mostra desde logo uma fractura assinalável entre os dois períodos em análise. Como seria de esperar, o primeiro período apresenta 74% das matérias noticiosas, ao passo que o segundo apresenta a menor parte, cerca de 26%. O número de linhas com informação segue no mesmo sentido: entre 1663 e 1666, foram escritas 80% das linhas contendo informação; em 1667, contabilizou-se apenas 20% de linhas informativas. Estes dados não são propriamente uma surpresa, já que o primeiro período abarca quatro anos ininterruptos de matérias mensais, enquanto o segundo período cinge-se somente a sete números publicados no ano de 1667.

Contudo, deve ser alvo de reflexão as médias de cada período. Ora, apesar de na primeira fase haver o maior número de matérias, as sete publicações de 1667 registam uma média bastante superior em relação aos anos compreendidos entre 1663-1666: 22 notícias contra 9. A mesma situação reflecte-se no número de linhas: média de 301 linhas por número contra 176.

Estes dados vêm corroborar a hipótese 1 aventada, ou seja, constata-se que há uma disparidade do número de matérias entre os dois períodos. O afastamento de António de Sousa de Macedo da redacção dos artigos do *Mercúrio Português* pode ter precipitado uma mudança na linha editorial do jornal, que a partir de 1667 adoptou uma postura menos propagandística, ou seja, em cada número houve a preocupação de dar mais notícias, assim como desenvolvê-las com mais detalhe.

**Quadro 3 – Géneros jornalísticos do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros (%)
	Curtas (%)	Longas (%)	Curtas (%)	Longas (%)	
<b>1663-1666</b>	8	44	10	37	1
<b>1667</b>	20	43	4	33	0
<b>Total</b>	11	44	6	38	1

Os resultados concernentes à Tabela 2 apontam para um número maior de notícias factuais, apesar do elevado número de notícias comentadas em ambos os períodos.

No período decorrente entre 1663-1666, pode verificar-se que há uma predominância das notícias longas factuais (44%), mas não muito longe (com 37%) encontram-se as notícias comentadas longas. Podem tirar-se desde logo duas ilações: em primeiro lugar, havia a necessidade de escrever notícias com algum detalhe (com cinco ou mais linhas); em segundo lugar, houve um certo equilíbrio entre os conteúdos factuais e os comentados.

No ano de 1667, a situação é semelhante, mas apresenta algumas nuances. A mais flagrante é o incremento de mais notícias curtas factuais (cerca de 20% contra 8%) nos números do *Mercúrio Português*. Realce também para o afrouxamento em toda a linha das notícias comentadas, pelo que se pode concluir que se procurou reduzir o carácter panfletário do jornal a partir de 1667.

Deste modo, podemos aceitar parcialmente a segunda hipótese, já que o periódico possui um maior número de notícias factuais, mas a *décalage* entre conteúdos factuais e comentados é manifestamente pouca. A terceira hipótese, porém, não pode de forma alguma ser aceite, pois não se verificou uma vastidão de notícias curtas. O Jornal apresenta um maior número de conteúdos longos, o que poderia indiciar o esboço do género jornalístico da reportagem. Atente-se aos seguintes excertos, que comprovam a densidade de algumas notícias, assim como a intervenção opinativa do articulista.

*Mercúrio Português* de Junho de 1663

“Segunda-feira vinte e cinco deste ao meio dia chegou a Lisboa o aviso da Restauração de Évora, cuja felicidade se duplicou com a da frota do Brasil, que na mesma hora vinha entrando entre a maior alegria; oferecendo-se à vista quarenta e tantos navios mercantis (além dos de guerra) que todos

juntos com inchadas velhas, e vários galhardetes, na maior serenidade do tempo, formando um bizarro esquadrão, sabiam o famoso Tejo; soando nos ouvidos sua artilharia, e a correspondência de seus clarins, e deixando-se considerar a riqueza daqueles, e de outros trinta e tantos baixéis, que se ficavam em diferentes portos do Reino, e de suas ilhas, (por ordem especial que queles portos devem a El-rei nosso Senhor, depois de entrar no governo) carregados de açúcar, tabaco, couros, pão do Brasil, e de outras mercadorias, que tudo se avalia em sete ou oito milhões de cruzados.”

*Mercúrio Português* de Janeiro de 1663

“Em 19. deste mês partiu El-rei a fazer exercício na caça das suas coutadas de Salvaterra, e Almeirim, e com ele o Sereníssimo Infante Dom Pedro seu irmão, com quem em todas as saídas, e entretenimentos se acompanha, amando-se tão estreitamente, que se livra de uma das felicidades do Reino nessa conformidade de ambos. Não cessa lá o despacho dos negócios, para o que levou consigo um dos Secretários, e alguns Conselheiros; deixando outro em Lisboa para se comunicarem; e um ou dois dias antes do de Cinza voltará a esta Corte.”

**Quadro 4 – Géneros jornalísticos do *Mercúrio Português* envolvendo os números extraordinários**

Período do <i>Mercúrio</i>	Notícias factuais		Notícias comentadas		Outros géneros
	Curtas (%)	Longas (%)	Curtas (%)	Longas (%)	(%)
1663-1667	11	38	6	44	1
Números extraordinários	14	36	7	43	0
Total	12	44	6	38	1

O quadro 4 mostra por si só que a hipótese cinco elaborada não se concretiza, logo, os números extraordinários não introduzem diferenças significativas se os compararmos com os mais de cinquenta números publicados mensalmente. Há um ligeiro abaixamento nas notícias longas – quer sejam factuais ou longas – e um pequeno aumento da percentagem das notícias curtas, mas as diferenças não são muito consideráveis.

Por isso, pode afirmar-se que os números extraordinários publicados na língua de Cervantes não passaram de uma mera provocação aos castelhanos, que, alegadamente, não relatavam nas suas gazetas aquilo que os portugueses consideravam ser a verdade. Em termos de factualidade, as percentagens são bastante aproximadas, pelo que não se pode inferir que os números extraordinários tenham destoadado das restantes publicações. Para validar esta conclusão, atente-se a estes dois trechos – um respeitante a um número periódico do *Mercúrio* e outro respeitante a um número extraordinário, escrito em castelhano – que pretendem evidenciar as similitudes descritas no quadro:

*Mercúrio Português* de Janeiro de 1664

“Nos últimos dias deste, mandou João Leite de Oliveira Governador da praça de Campo Maior esperar junto do lugar de Lobão o Correio ordinário para Madrid, tendo sabido por línguas o dia e a hora em que costumava passar por aquela parte. Foi a esta diligência Francisco Galvão Tenente muito valeroso da companhia de cavalos do Capitão Inácio Coelho da Silva, com doze soldados escolhidos, e bem armados, em que iam oito cabos de esquadra.”

*Mercúrio Português Extraordinário*

“ Encargò su Majestad de Portugal la execucion a Alfonso Furtado de Castro Rio y Mendoza de su Consejo de Guerra, Gobernador de las Armas del partido de Castel-Branco en la Provincia de la Beira. Juntó Alfonso Furtado de quatro a cinco mil infantes, cerca de quinientos cavallos, tren de seis pieças de artilleria, con las municiones, carruage, y provision que era necessario. Escogió para emprender la placa de Sarça, y la villa de Ferrera, lugares de que los nuestros recibian gran daño, y por esso se desseô siempre su desolacion.”

**Quadro 5 – Temário do *Mercúrio Português* em relação a Portugal**

Período do <i>Mercúrio</i>	Vida Política e administrativa		Crimes Políticos		Vida diplomática		Vida Social e Religiosa	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	13	12	2	1	10	13	7	9
1667	10	10	3	2	14	17	8	11
Total	13	12	2	1	12	14	8	9

Período do <i>Mercúrio</i>	Vida económica		Vida Militar e conflitos bélicos		Catástrofes naturais		Doenças e fome	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	2	1	49	48	1	1	1	1
1667	4	2	44	41	1	1	1	1
Total	2	1	47	47	1	1	1	1

Período do <i>Mercúrio</i>	Crimes não políticos		Acontecimentos insólitos		Matérias de índole não informativa		Outros temas/ Vários temas sem um preponderante	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	2	1	2	1	10	12	1	1
1667	3	1	2	1	7	12	3	1
Total	2	1	2	1	9	11	1	1

Neste particular, pode observar-se com mais clarividência a predominância de temáticas no que à situação portuguesa diz respeito. A primeira ilação a tirar é a supremacia, em ambos os períodos, dos temas relativos à vida militar e conflitos bélicos, com quase 50% de matérias e linhas de todos os conteúdos do *Mercúrio*. Num segundo patamar, encontram-se quatro categorias com dados mais ou menos idênticos: vida política e administrativa, vida diplomática, vida social e religiosa e matérias de índole não informativa.

Deste modo, torna-se claro que um dos objectivos primordiais deste jornal – quiçá o mais primordial – era o de relatar os conflitos ocorridos na fase final da Guerra da Restauração;

praticamente metade dos artigos respeitantes à situação portuguesa aborda os conflitos, de maior ou menor envergadura, que opuseram os países ibéricos.

No entanto, o *Mercúrio Português* também privilegiou outras temáticas, enobrecendo a carácter noticioso do periódico. O seguinte trecho evidencia que houve a preocupação deliberada de fazer chegar aos leitores outros assuntos que não os da guerra:

*Mercúrio Português* de Novembro de 1663:

“Demais dos sucessos da guerra, o que neste mês houve digno de saber-se, foi que em cinco saíram do porto de Lisboa para Inglaterra as oito fragatas de guerra Inglesas com o seu Almirante João Lauson, que no verão passado andaram nestes mares em serviço de Portugal e hão-de tornar para a primavera. El-rei nosso senhor mandou dar ao sito almirante uma boa rosa de diamantes e um colar de ouro com a sua medalha; e a cada um dos Capitães das ditas fragatas uma cadeia também com medalha. E o mesmo se deu ao Capitão da outra fragata, que poucos dias depois chegou da Costa de Cadiz.”

Os exemplos de trechos que abarcam o teor bélico são inúmeros e fáceis de identificar. Cite-se um para se ter uma noção mais aclarada da forma como António de Sousa de Macedo enveredava quando relatava este tipo de matérias:

*Mercúrio Português* de Maio de 1666

“Partiu o Conde de Schomberg de Estremoz Domingo, que se contaram vinte e três deste mês, à noite, pouco acompanhado por ir mais oculto. O Vedor geral do exército, e o da artilharia foram com ele para executarem o que fosse necessário nos seus ministérios. Na terça feira à noite, que foram 25. chegou a Beja, a cuja paragem tinha convocado as tropas que havia de levar, que foram de Portugueses, e Estrangeiros mil e duzentos cavalos, e coisa de três mil infantes; não havendo ainda chegado os terços do Algarve, e de Setúbal, que não quis esperar por não se arriscar às mudanças que na dilação costuma haver.

Ali se não pode esconder a jornada; mas já não importava o descobrir-se, pela pressa com que ele a fazia, e porque posto que o Marquês de Caracena

quisesse acudir aquela parte, não poderia consegui-lo, senão depois de muitos dias, por haver de ir pelo largo caminho de circunferência da rota que Portugal mete em Castela, o qual nós atalhamos pelo centro.”

Deve ainda realçar-se a percentagem considerável de matérias de índole não informativa. Ou seja, houve o propósito de, muitas vezes, Sousa de Macedo incutir nos seus escritos um cariz opinativo, versando a elevação das qualidades de D. Afonso VI e da Dinastia Nova e menosprezando Espanha e as gazetas deste país que não estariam a relatar com exactidão o progresso da Guerra da Restauração.

Por conseguinte, a sexta hipótese elaborada é aceitável, na medida em que a temática mais referenciada ao longo dos cinco anos de existência está, sem sombra de dúvida, ligada às batalhas, escaramuças ou simples preparação de um ataque ao inimigo. A sétima hipótese também se pode aceitar, já que o *Mercúrio* dá-nos conta de situações que hoje em dia são noticiáveis. Embora distantes no tempo, a actividade jornalística do século XVII e do século XXI tendem a descrever com relativa exactidão os assuntos mais importantes de cada época.

**Quadro 5 – Temário do *Mercúrio Português* em relação a Espanha**

Período do <i>Mercúrio</i>	Vida Política e administrativa		Crimes Políticos		Vida diplomática		Vida Social e Religiosa	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	20	10	5	4	5	3	6	3
1667	19	12	2	2	8	4	8	6
Total	20	10	3	2	6	2	4	3

Período do <i>Mercúrio</i>	Vida económica		Vida Militar e conflitos bélicos		Catástrofes naturais		Doenças e fome	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	1	1	53	67	1	1	0	0
1667	2	1	48	61	0	0	1	0
Total	1	1	54	65	1	1	1	0

Período do <i>Mercúrio</i>	Crimes não políticos		Acontecimentos insólitos		Matérias de índole não informativa		Outros temas/ Vários temas sem um preponderante	
	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas	Matérias	Linhas
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1663-1666	1	1	1	0	7	10	0	0
1667	2	2	0	0	10	12	0	0
Total	2	1	1	0	7	15	0	0

Os dados da tabela concernente às temáticas inscritas no *Mercúrio Português* tendo em conta a situação espanhola não diferem em muito se comparados com os da tabela anterior. Em termos de mudanças significativas, destaque-se o afrouxamento de matérias envolvendo a vida diplomática e a vida social e religiosa; em sentido contrário, encontram-se as matérias relativas à vida política e administrativa.

Tal como na situação lusitana, a maioria das notícias reportam-se à vida militar e conflitos bélicos; nada de surpreendente, já que a grande fatia dos conflitos relatados aludem à Guerra da Restauração.

Portanto, sobre esta tabela, tal como se verificou na anterior, ambas as hipóteses aventadas podem ser totalmente validadas. Último realce neste particular para a matéria não informativa envolvendo os espanhóis:

*Mercúrio Português* de Abril de 1663

“Entre outro se chegou um português velho de presença venerável a saber a causa daquele ajuntamento e quando viu o que era disse com algum enrado: *Guides que se liam algumas novas; inventaram os castelhanos comédia e relações semelhantes não são novas, é já coisa muito ordinária e velha.* Respondeu-lhe o cônsul de Inglaterra: *Antes há muito que ver nisto, porque nunca se viu tanta mentira em tão pouco papel.* Acudiu um gentil homem francês que milita em Portugal: *Entendo que não foi tenção dos autores mentir tanto; isto foi sonho, porque os castelhanos sonham (e têm razão) com o conde de Cantanhede que ali nomeiam por general daquele exército.* Replicou-lhes um moço português de muito engenho vivo: *Sim senhores estrangeiros, mas os castelhanos sabem mais que vossas mercês, imprimem estes papéis para os enganar e o conseguem, sustentando-se na opinião do que metem em cabeça às nações estranhas, sem elas se desenganarem com tantas experiências.* Disse então o cônsul dos estados de Holanda muito pausado: *Vossa mercê e eles são os que se enganam, porque estamos tão firmes que nunca falam verdade, que ainda que alguma vez a queiram falar, não lhe daremos crédito. Ora senhores (tornou um cavaleiro do hábito de Cristo) daqui me fica grande consolação em que depois de ver estas relações, não hei-de crer as que vir de seus bons sucessos em outras partes, cujas novas me poderiam dar pena. E que lhe parece a v.m. (acrescentou um capitão reformado) da ignorância com que falam das pessoas, sítios e distância das nossas praças? Parece-lhe a vossa mercê que quem sabe tão pouco delas nos há-de conquistar?”*

Este trecho demonstra na perfeição o sentimento de repulsa perante Espanha, consubstanciado aos escritos desse país. Desta forma, fica patenteado que era objectivo do *Mercúrio Português* desvalorizar aquilo que era feito no país vizinho.



**Quadro 6 – Localização geográfica dos relatos do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Alentejo (%)	Lisboa (%)	Porto (%)	Trás-os-Montes (%)	Algarve (%)	Minho (%)	Beiras (%)
1663-1666	21	16	8	5	2	5	2
1677	20	19	7	3	1	4	3
Total	21	18	8	4	1	3	2

Período do <i>Mercúrio</i>	Castela a Velha (%)	Catalunha (%)	Galiza (%)	Andaluzia (%)	Extremadura Espanhola (%)
1663-1666	14	7	6	3	2
1677	16	6	8	4	1
Total	16	6	6	3	2

Período do <i>Mercúrio</i>	Províncias Unidas (%)	Sacro-Império (%)	Europa e outros países (%)	Possessões Africanas (%)	Possessões Orientais (%)	Brasil (%)
1663-1666	2	1	2	1	1	2
1677	1	2	1	2	1	1
Total	2	2	1	2	1	2

Tendo em conta os dados aqui consignados, ter-se-á de aceitar, novamente, as hipóteses oito e nove colocadas. Por um lado, confirma-se que é no Alentejo (21% no total) que as acções se passam com mais frequência, devido aos múltiplos conflitos registados nas localidades alentejanas. Por outro lado, abordando a nona hipótese, pode constatar-se que as menções feitas às Províncias Unidas, ao Sacro-Império, às possessões africanas e orientais, ao Brasil, Europa e restantes países são assaz escassas. As diversas regiões pertencentes a Portugal e Espanha preenchem quase por completo o *Mercúrio Português* no que à questão geográfica diz respeito.

Olhando para quadro, não é possível vislumbrar modificações significativas de um período para o outro. Saliente-se apenas a subida em três pontos percentuais das menções feitas à cidade de Lisboa.

Como forma de comprovar a predominância das regiões portuguesas, atente-se ao próximo trecho, revelador da importância de diversas regiões, designadamente Estremoz, Évora e Lisboa:

*Mercúrio Português* de Junho de 1663

“Na noite de sábado para Domingo, que se contaram dez deste mês, chegou a nova deste feliz sucesso à Corte de Lisboa, cuja alegria se deixa considerar, e a de todo o Reino por onde logo voou. No mesmo Domingo pela manhã foi Sua Majestade com o senhor Infante em procissão de todos os Religiosos com o Senado da Câmara, da Capela Real à Sé, a dar graças a Deus nosso senhor, e na Capela antes de saírem houve sermão (...)

Alcançada a vitória, foi o exército refrescar-se a Estremoz, e em cinco dias que ali se deteve meteu guarnição nas praças da fronteira para ficarem prevenidas enquanto ia sobre Évora.”

**Quadro 7 – Ângulo de abordagem de matérias não-informativas do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Positivo para D. Pedro II		Negativo para D. Pedro II		Concomitante positivo para D. Afonso VI e negativo para D. Pedro.	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	99	98	1	2	0	0
1667	91	90	5	4	4	6
Total	97	93	2	4	1	3

Aqui, pode constatar-se que o *Mercúrio Português* não fazia questão de mencionar as querelas internas que começavam a perturbar Portugal a partir de 1667. O redactor do periódico, António de Sousa de Macedo, pretendia, assim, salvaguardar uma imagem de não-conflito entre dois partidos.

Nas matérias que envolvem D. Pedro, a esmagadora maioria não faz qualquer alusão a uma eventual disputa pelo poder com o seu irmão. Aliás, o articulista não raras vezes enaltece a relação próxima entre ambos, relatando actividades lúdicas e institucionais em que o monarca e o infante participaram. Mesmo assim, pode aceitar-se como parcialmente válida a décima hipótese, concernente a esta tabela, já que em determinados excertos se pode verificar, ainda que timidamente, uma crítica a D. Pedro II e à sua aproximação à cunhada D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.

No entanto, não deixa de ser curioso o facto de que a partir do *Mercúrio* de Fevereiro de 1667 D. Pedro II não é mais mencionado, ou seja, nos cinco últimos números deste jornal, há uma ocultação à participação do infante, o que pode indiciar algum mal-estar entre as duas facções que lutavam pelos destinos da dinastia brigantina. O seguinte trecho visa demonstrar que, nas entrelinhas, se pode interpretar uma aproximação entre D. Pedro II e a rainha na presença de D. Afonso VI:

*Mercúrio Português* de Janeiro de 1667:

“Com toda a pressa acompanhado da soberana Alteza do senhor Infante, chegou à praia a tempo que a Rainha nossa senhora deixava o bergantim, e ocupando ambos, o respaldo de um coche, para isto preparado, Sua Alteza à frente, e o estribo a Maqueza Camareira mor, chegaram ao Palácio aonde toda a Corte que lhes assistia beijou a mão a uma e outra Majestade.”

**Quadro 8 – Ângulo de abordagem das matérias do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Positivo para Portugal		Negativo para Castela		Concomitantemente positivo para Portugal e negativo para Castela		Outras situações	
	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)	Matérias (%)	Linhas (%)
1663-1666	68	72	24	21	7	6	1	1
1667	73	65	20	27	6	7	1	1
Total	75	71	19	24	5	4	1	1

Tal como já foi aqui exposto, o *Mercúrio Português* tinha como intuito evocar os sucessos mais gloriosos que ia alcançado na Guerra da Restauração; tinha, também, o objectivo declarado de vexar tudo aquilo que dizia respeito a Espanha, como forma de consolidar a sua posição independente do domínio Habsburgo:

*Mercúrio Português* de Junho de 1665

“Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo grande poder e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação. Sempre viverá a memória de tais defensores, cujos nomes pregoará a fama, ainda que, ou forçada, ou mal cortada, os cale a pena.”

Analisando o quadro, podemos verificar que houve um aumento de cinco pontos percentuais do primeiro para o segundo período no que toca às matérias positivas para as cores lusitanas, no entanto, isso não significou um aumento da percentagem de linhas, uma vez que desceu sete pontos a partir de 1667.

No que toca às matérias negativas para Castela, há um decréscimo de 4% do primeiro para o segundo período, contudo, as alusões feitas no jornal tiveram mais desenvolvimento, uma vez que o número de linhas aumenta 6 pontos percentuais.

Em suma, confirma-se a hipótese onze levantada para este caso.

**Quadro 9 – Protagonistas sociais nas matérias do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Soberanos e similares (%)	Nobres (%)	Clérigos (%)	Soldados (%)	Comerciantes, empreendedores e outros burgueses (%)	Povo (%)
1663-1666	29	36	8	22	2	3
1667	34	25	12	26	1	2
Total	31	33	11	22	1	2

**Quadro 10 – Protagonismo do género nas matérias do *Mercúrio Português***

Período do <i>Mercúrio</i>	Protagonistas femininas individuais (%)	Protagonistas femininas colectivas (%)	Protagonistas masculinos individuais (%)	Protagonistas masculinos colectivos (%)	Protagonistas institucionais colectivos (%)	Outros protagonistas colectivos (%)
1663-1666	5	1	63	20	7	4
1667	6	1	61	21	6	5
Total	6	1	66	19	5	3

Os quadros das tabelas 8 e 9 comprovam as hipóteses levantadas para cada um destes casos, isto, é, as hipóteses 12 e 13. De facto, as notícias abordam na sua essência os homens das elites, geralmente envolvidos nos conflitos bélicos da Restauração, deixando para segundo plano as pessoas do povo, burgueses e pessoas ligas ao comércio. No plano do género, os dados dizem que as menções a personagens femininas, sejam individuais ou colectivas, têm uma representatividade muito baixa, ao contrário das personagens masculinas, que detêm a maior fatia nesta problemática. Pode então concluir-se que havia, no período seiscentista, um pendor ideológico, uma vez que respeitava a hierarquia social vigente naquele tempo.

## Conclusão

Após a discussão dos resultados obtidos, é possível formular algumas conclusões genéricas sobre o conteúdo deste jornal seiscentista, que por sua vez respondem às perguntas de investigação que conduziram esta dissertação.

Em primeiro lugar, urge reconhecer a dupla orientação que norteou os conteúdos do *Mercúrio Português*: por um lado, houve a intenção inequívoca de dar a conhecer as mais variadas notícias sobre as individualidades mais marcantes da época, com um claro enfoque para as incidências da Guerra da Restauração, que estava na sua fase final; por outro lado, houve uma tentativa deliberada de imprimir um estilo propagandístico ao jornal, no sentido de legitimar o movimento restauracionista ocorrido em 1640. Os leitores deste periódico, assim sendo, puderam ler os demais sucessos bélicos (e alguns insucessos) que os portugueses iam conquistando na contenda com os castelhanos, assim como outros assuntos, mas também liam matérias sem cunho noticioso, cujo objectivo passava por exaltar as competências das gentes lusas, com destaque para os combatentes e para o reino, e denegrir a imagem das forças espanholas que somavam derrotas nos campos de batalha, dos governantes que não mostravam tenacidade para gerir o país e dos periódicos que, alegadamente, não transmitiam para o público a verdade dos acontecimentos.

O redactor do jornal, António de Sousa de Macedo, demonstrou uma preocupação em transmitir os acontecimentos positivos da Guerra da Restauração sob o prisma português. Ao longo dos mais de 50 números que compilam o *Mercúrio Português*, pode observar-se uma tendência para relatar os êxitos alcançados, ocultando desaires de envergadura assinalável que, certamente, surgiram. De forma esporádica, apareciam algumas referências negativas para as cores lusitanas (a perda de algum militar com uma alta patente, uma praça perdida para o inimigo, a perda de gado que se furtava), contudo, eram acontecimentos de pouca relevância, quase insignificantes, pelo que era impossível descortinar uma supremacia espanhola no âmbito das batalhas que se iam travando.

A existência deste periódico coincidiu com um período conturbado do Portugal seiscentista: para além da já desgastante Guerra da Restauração em que Portugal se via envolvido, o país estava mergulhado numa querela interna pelos destinos do reino; de um lado, estava o partido do regente D. Afonso VI e do conde de Castelo Melhor, do outro, o partido do infante D. Pedro e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Ora, esta trica foi

habilmente camuflada no *Mercúrio Português*. As matérias políticas no jornal não foram assim tão escassas, e não há sequer um indício de que o redactor tenha, mesmo ao de leve, exposto a briga entre os partidos dos dois irmãos. Partindo do pressuposto que António de Sousa de Macedo era um dos elementos do núcleo duro do clã de D. Afonso VI, pode dizer-se que esta postura circumspecta era expectável por algumas ordens de razões: i) publicar esta briga interna podia comprometer a reputação de uma dinastia que suportava uma guerra com mais de duas décadas; ii) era necessário mostrar para o exterior que Portugal gozava de saúde governativa e que toda a gente estava focada em vencer o conflito ibérico iii) D. Afonso VI era já uma pessoa instável a vários níveis e noticiar a fragilidade da relação entre os mais altos representantes do reino podia desencadear uma crise de maiores proporções; iv) as constantes exaltações ao governo, patentes em diversos números, não faziam crer que, de um momento para o outro, se debruçasse sobre um tema tão sensível. Não é de estranhar, portanto, este calculismo. Nem mesmo a saída abrupta de Sousa de Macedo fez com que este tipo de acordo tácito se desfizesse.

Outro ponto fulcral para se entender o *Mercúrio Português* prende-se com a tentativa de endeusamento do soldado português. Ora, esta espécie de herói colectivo era alvo de inúmeros galanteios, pelos feitos inigualáveis que granjeava e pela bravura demonstrada perante os inimigos espanhóis. Tal como em relação ao reino e aos seus representantes, Sousa de Macedo não se coibiu de evocar as qualidades que os soldados emprestavam em nome de Portugal renascido. Ainda neste ponto, não é de somenos fazer referência à característica *milagreira* patenteada ao longo dos quase cinco anos de publicação mensal: muitas vezes, procurou-se justificar os avanços conquistados na contenda com menções à intervenção divina; era ela que regulava o conflito e quem impelia a coragem e a ousadia das tropas lusas que se agigantavam face a um inimigo de maior dimensão.

Lendo com profundidade todos os números deste jornal, chega-se facilmente à conclusão de que é dada uma atenção diminuta aos acontecimentos que ocorreram fora do espaço ibérico. As missões do jornal estavam bem definidas – relatar as notícias de âmbito bélico e fazer propaganda – e a importância concedida às notícias redundava em escassez. E quando se abordava algum assunto do estrangeiro raramente não dizia respeito às possessões portuguesas ou aos países que auxiliavam Portugal na Guerra da Restauração. Com o afastamento de Sousa de Macedo, o critério editorial sofreu um ligeiro desvio, atendendo ao aumento do volume de notícias a respeito de países estrangeiros, que, por sua vez, forneciam

assuntos que porventura agradariam a uma franja considerável dos leitores. Ainda assim, pode afiançar-se que houve uma tentativa deliberada em publicar os assuntos mais relevantes e interessantes para o público-alvo. Tal como no jornalismo hodierno, no século XVII ressalvava-se, de alguma forma, a teoria do *agenda-setting* em relação ao *Mercúrio Português*, pois privilegiou os conteúdos em função dos leitores e dos interesses a eles acoplados. Neste caso concreto, os interesses balizavam entre o apologismo ao movimento restauracionista e as novas que decorriam dos conflitos envolvendo Portugal e Espanha.

Pôde verificar-se, igualmente, que, em comparação com a *Gazeta* da “Restauração”, o *Mercúrio Português* apresenta algumas diferenças no que ao volume das notícias diz respeito. Dissecando ambas as publicações, denota-se claramente uma tendência para publicar menos notícias, mas com um desenvolvimento mais amplo, na obra de António de Sousa de Macedo. Esta opção demonstra que houve o cuidado explícito de relatar detalhadamente os acontecimentos, fornecendo muitas pistas para uma compreensão mais bem conseguida. Em alguns casos, aliás, as matérias eram tão densas que poderiam considerar-se como um esboço de um outro género jornalístico, a reportagem.

Outro ponto chamativo concerne à pouca precisão numérica quando se pretendia detalhar um acontecimento. Em algumas situações, o redactor era incapaz de facultar um número exacto – sugeriu diversas hipóteses quando, por exemplo, se tratava de um pagamento ou de algum saque cometido contra o inimigo. Esta falta de minúcia pode ser explicada das seguintes formas: i) o jornalista não teve o cuidado de saber o valor rigoroso, revelando, assim, desleixo perante o seu público; ii) a informação ter-lhe-á sido partilhada dessa forma, pelo que as próprias fontes também não sabiam precisar a informação; iii) os meios de que dispunha, numa altura em que a actividade jornalística era incipiente, para averiguar a veracidade não lhe permitiam saber ao certo determinados valores.

Finalmente, convém salientar que os dois períodos do jornal aqui analisados – vigência de Sousa de Macedo entre 1663 e 1666 e os setes meses em 1667 de autoria desconhecida – não apresentam diferenças significativas. Portanto, o autor que terá redigido as matérias de 1667 estava ao corrente dos critérios editoriais que pautaram o seu funcionamento desde 1663 e era, certamente, uma pessoa próxima e da confiança de António de Sousa Macedo. Talvez por essa razão, por não apresentar um estilo dissemelhante, a duração do *Mercúrio* não tenho ido para além de Julho de 1667, fechando um ciclo da imprensa periódica portuguesa seiscentista.

## **Bibliografia**

- Aguilera Castillo, C. (1996). Comunicação e Informação antes da impressão. *In: Pizarroso Quintero, A. (Coord.). História da Imprensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 13-28.
- Albert, P. e Terrou, F. (1970). *Histoire de la presse*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Almeida, O. T. (1986) *Sobre o Papel de Portugal nas Etapas Preliminares da Revolução Científica do Século XVII*. Separata de *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- Álvarez, J. T. (2004). Los Medios y el Desarrollo de la Sociedad Occidental. *In: Barrera, C. (Coord.). Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Ariel, pp. 25-40.
- Alves das Neves, J. (1989). *História Breve da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo*. Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Barrera, C. (Coord.) (2004). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Ariel.
- Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*. Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.
- Boudon, R. (1989). *Os métodos em sociologia*. São Paulo, Editora Ática.
- Braojos Garrido, A. (1999). De los antecedentes a la conquista de la libertad de expresión. *In: Gómez Mompert, J. L. e Marín Otto, E. (Eds.). Historia del Periodismo Universal*. Madrid, Síntesis, pp. 13-48.
- Bryman, A. (2008). *Social Research Methods*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- Cádima, F. R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa, Edições Século XXI.
- Castelo Branco, F. (1992). A Restauração e a Europa. *In: Portugal e a Europa – Séc. XVII a XX*. Actas do III Colóquio e Dia da História Militar. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 47-57.

- Cimorra, C. (1946). *Historia del Periodismo*. Buenos Aires, Atlantida.
- Coelho, J. P. (Dir.) (1984). *Dicionário de Literatura*. Vol. I. Porto, Figueirinhas.
- Costa, F. D. (2004). *A Guerra da Restauração, 1641-1668*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa.
- Dias, E. G. (2010). *Olhares sobre o Mercúrio Português [1663-1667] – Transcrição e Comentários, volumes I e II*. Lisboa, CEPESE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Dias, E. G. (2005). A contribuição do *Le Mercvire Portvgais* para o movimento periódico português e para a construção de História de Portugal. ArtCiência.com, nº.0. [Em linha]. Disponível em <http://www.artciencia.com/Admin/Ficheiros/EURICODI130.pdf>. [Consultado em 09/09/2011].
- Faria, M. I. R. e Faria, M. G. P. (1975). *Índice do «Mercurio Portuguez»*. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII. Coimbra, Coimbra Editora.
- Fontcuberta, M. (Coord.) et al. (1986). *El periodismo escrito*. Barcelona, Editorial Mitre.
- Gómez Mompart, J. L. e Marín Otto, E. (Eds.) (1999). *Historia del Periodismo Universal*. Madrid, Síntesis.
- Guillamet, J. (2004). De las gacetas del siglo XVII a la libertad de imprenta del XIX. In: Barrera, C. (Coord). *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona, Ariel, pp. 43-76.
- Hazard, P. (1948). *A Crise da Consciência Europeia: 1680-1715*. Lisboa, Edições Cosmos.
- Hermann, C. e Marcadé, J. (2002). *A Península Ibérica no Século XVII*. Mem Martins, Europa-América.
- Hermano Saraiva, J. (1984). *História concisa de Portugal*. Mem Martins, Europa-América.
- Hespanha, A. M. (Coord.) (1998). O Antigo Regime (1620-1807). In: Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Editorial Estampa.

- Huot, R. (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Jeanneney, J. (2003). *Uma história da Comunicação Social*. Lisboa, Terramar.
- Lourenço, P. (Coord.) et al. (2011). *Amantes dos Reis de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Marques de Melo, J. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, 3ª edição, revista e ampliada. Campos do Jordão, Mantiqueira.
- Martínez Albertos, J. L. (1997). *El Ocaso del Periodismo*. Barcelona, Editorial CIMS.
- Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa, Editorial “Inquérito”.
- Mattelart, A. (1996). *A invenção da comunicação*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Mattoso, J. (Dir.) (1998). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Editorial Estampa.
- Monteiro, N. G. (2010). Idade Moderna (Séculos XV-XVIII). In: Ramos, R. (Coord.) et al. *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, pp. 199-435.
- Oliveira Marques, A. H. (2006). *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.
- Oliveira Martins, J. P. (1989). *D. Afonso VI: drama português em 4 actos*. Lisboa, Guimarães Editores.
- Pena Rodriguez, A. (1996). História do jornalismo português. In: Pizarroso Quintero, A. (Coord.). *História da Imprensa*. Lisboa, Planeta Editora, pp. 351-396.
- Peucer, T. (2004). Os relatos jornalísticos. *Estudo em Jornalismo e Mídia*, vol. I, número 2, pp. 13-29. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese de Doutorado em Periodística – Universidade de Leipzig, 1690).
- Pizarroso Quintero, A. (Coord.) (1996). *História da Imprensa*. Lisboa, Planeta Editora.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento.
- Ramos, R. (Coord.) et al. (2010). *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

- Rizzini, C. (1977). *O Jornalismo Antes da Tipografia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Rodrigues, E. (1998). *Mágico Folhetim – Literatura e Jornalismo em Portugal*, Coleção Artes e Ideias. Lisboa, Editorial Notícias.
- Rodrigues Pereira, J. (1992). A Marinha Portuguesa nos conflitos europeus dos séculos XVII a XX. *In: Portugal e a Europa – Séc. XVII a XX. Actas do III Colóquio e Dia da História Militar*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 73-81.
- Saraiva, A. J. e Lopes, Ó. (1982). *História da Literatura Portuguesa*, 12ª edição. Porto, Porto Editora.
- Serrão, J. V. (1998). O Quadro Económico. *In: Mattoso, J. (Dir.). História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Editorial Estampa, pp. 67-109.
- Silva Lopes, V. (1980). *Iniciação ao Jornalismo*. Lisboa, Quid Juris.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, 2ª edição revista e ampliada. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (Coord.) et al. (2006). *A Génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. [Versão Online]
- Sousa, J. P. (2008 a). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. *In: Sousa, J. P. (Coord.) et al. Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 12-93.
- Sousa, J. P. (2008 b). Uma história do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In: Sousa, J. P. (Coord.) et al. Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 93-118.
- Sousa, J. P. (2008 c). Pesquisa e reflexão sobre Jornalismo: até 1950... e depois. *In: Sousa, J. P. (Coord.) et al. Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 154-226.

- Sousa, J. P. (Coord.) et al. (2008). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (Coord.) et al. (2009). *A Gazeta “da Restauração”: Primeiro Periódico Português. Uma análise do discurso*. Covilhã, LabCom. [Versão online].
- Sousa, J. M. M. e Veloso, L. M. M. (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa: Subsídios Para Uma Bibliografia*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Stephens, M. (1993). *História das comunicações: do tantã ao satélite*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Stephens, M. (2007). *A History of News*. New York, Oxford University Press.
- Tambosi, O. (2004). Tobias Peucer e as origens do Jornalismo. *Estudo em Jornalismo e Mídia*, vol. I, número 2, pp. 49-59.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª edição revista e ampliada. Lisboa, Caminho.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*, Série «O que é». Lisboa, Quimera.
- Traquina, N. (2004 a). *A Tribo Jornalística: uma Comunidade Transnacional*, Coleção Media & Sociedade. Lisboa, Editorial Notícias.
- Traquina, N. (2004 b). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis, Insular.
- Valdez dos Santos, N. (1992). Portugal e a sua preparação militar para a Guerra da Sucessão em Espanha. In: Portugal e a Europa – Séc. XVII a XX. Actas do III Colóquio e Dia da História Militar. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 83-100.
- Varela Gomes, P. (2001). *Arquitectura, Religião e Política no século XVII – A Planta Centralizada*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.
- Veríssimo Serrão, J. (1962). *História de Portugal: A restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V. Lisboa, Verbo.

Weill, G. (2007). *El periódico: Orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Sevilla, Comunicación Social Ediciones y Publicaciones.